

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**ACAMPAR, ASSENTAR E ORGANIZAR: RELAÇÕES
SOCIAIS CONSTITUTIVAS DE CAPITAL SOCIAL EM
ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DO
PARANAPANEMA**

VANILDE FERREIRA DE SOUZA

CAMPINAS – SP
FEVEREIRO DE 2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**ACAMPAR, ASSENTAR E ORGANIZAR: RELAÇÕES
SOCIAIS CONSTITUTIVAS DE CAPITAL SOCIAL EM
ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DO
PARANAPANEMA**

Tese submetida à banca examinadora para a
obtenção do título de Doutor em Engenharia
Agrícola na área de concentração de Planejamento
e Desenvolvimento Rural Sustentável.

AUTOR: VANILDE FERREIRA DE SOUZA

Orientador: Profa. Dr. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

CAMPINAS – SP
FEVEIRO DE 2006

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE - UNICAMP

So89a Souza, Vanilde Ferreira de
Acampar, assentar e organizar: relações sociais
constitutivas de capital social em assentamentos rurais
do Pontal do Paranapanema / Vanilde Ferreira de Souza
.--Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador: Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Capital social (Sociologia). 2. Desenvolvimento
rural – Aspectos sociais. 3. Tipos de assentamento
agrário. 4. Sociologia rural. 5. Administração rural. I.
Bergamasco, Sônia Maria Pessoa Pereira. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Engenharia Agrícola. III. Título.

Título em Inglês: To camp, to seat and to organize: constitutive social relationship of
social capital in rural settlements of Pontal do Paranapanema

Palavras-chave em Inglês: Social capital, Rural organization, Social relations

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

Titulação: Doutora em Engenharia Agrícola

Banca examinadora: Maria Teresa Miceli Kerbauy, Vera Lucia Silveira Botta Ferrante,
Wirley Jerson Jorge e Julieta Teresa Aier de Oliveira

Data da defesa: 23/02/2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais e irmãos que mais uma vez acreditaram em mim. Aos assentados dos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, pela confiança e compreensão dedicadas.

Agradeço à minha orientadora Sonia Bergamasco por ter acreditado nesse projeto e pela confiança e amizade depositadas em mim.

Aos professores, Fernando Lourenço e Julieta T. A. de Oliveira pelas sugestões em meu exame de qualificação.

Aos professores, Wirley Jerson Jorge, Vera L. S. B. Ferrante, Maria Teresa M. Kerbauy e Julieta T. A. de Oliveira pelas sugestões dadas.

Ao Julio, pelo carinho e dedicação durante o período do doutorado.

Ao incentivo e apoio de uma grande amiga: Gláucia.

Aos amigos: Ana, Rose, Fátima, Carlos, Rojane, Leonardo, Lucia, Kellen, Lívia, e todos aqueles que apoiaram a realização deste trabalho das diferentes formas.

À Ana, Marta e Rosângela, sempre prestativas e amigas.

À Comissão de Pós-Graduação da Feagri.

Ao CNPq pelo apoio financeiro dado durante a realização da tese.

À Fapesp pelo auxílio pesquisa concedido.

À FEAGRI/UNICAMP pelo apoio institucional.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	v
LISTA DE SIGLAS	vii
LISTA DE TABELAS.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT	xi
1. INTRODUÇÃO	1
2. ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA CONQUISTA.....	10
2.1. Os assentamentos rurais no estado de São Paulo	17
3. PONTAL DO PARANAPANEMA: TERRA DE GRILOS.....	21
3.1. Assentamento São Bento e Santa Clara/Che Guevara: duas histórias num mesmo caminho	33
4. ASSENTAMENTOS SÃO BENTO E SANTA CLARA/CHE GUEVARA: CONVERGÊNCIA DE INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES.....	49
4.1. A influência mais presente: o MST	49
4.2. A presença do Setor Público.....	55
4.3. A cooperativa dos assentados - Cocamp	59
4.4. Associações e grupos informais	65
4.5. Outras Instituições: Ong, Igreja, CPT e Sindicato.....	78
5. DESENVOLVIMENTO E CAPITAL SOCIAL: DOIS CONCEITOS QUE CAMINHAM JUNTOS.....	81
5.1. O capital social nos assentamentos.....	93
5.2. Cocamp: sonhos e esperanças	119
5.3. As associações e o capital social	137
5.4. O papel das instituições e organizações na formação do capital social.....	154
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	174

ANEXOS	185
APÊNDICES.....	188

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa dos Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema-SP.	20
Figura 2. Mapa da divisão dos lotes do assentamento São Bento, Pontal do Paranapanema-SP.	39
Figura 3. Croqui Assentamento Santa Clara, Pontal do Paranapanema-SP.	45
Figura 4. Mapa dos Associados da Associação dos Trabalhadores Rurais do Pontal do Paranapanema Unipontal, Assentamento São Bento, 2005.	66
Figura 5. Mapa dos Associados da Associação Getúlio Vargas, Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.	67
Figura 6. Mapa das Associadas da Associação das Mulheres Assentadas do Pontal, AMAS, e do Grupo Informal da Padaria, Assentamento São Bento, 2005.	73
Figura 7. Mapa dos Associados dos Grupos de Tratores, Assentamento São Bento, 2005.	76
Figura 8. Mapa dos Associados do Grupo de Tratores da Associação Getúlio Vargas, Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.	77
Figura 9. Ocupação do Banco do Brasil do município de Teodoro Sampaio pelos assentados, agosto de 2005.	87
Figura 10. Foto da igreja católica localizada no Pé-de-Galinha, assentamento São Bento (em fase de construção), 2005.	102
Figura 11. Placa de indicação do caminho da igreja evangélica “Assembléia de Deus”, setor II, Assentamento São Bento, 2005.	103
Figura 12. Igreja Assembléia de Deus, setor II, Assentamento São Bento, 2005.	103
Figura 13. Foto da vista externa da capela construída no lote da Sra. M.C.S., assentamento São Bento setor I, 2005.	105
Figura 14. Foto da vista do interior da capela construída no lote da Sra. M.C.S, assentamento São Bento setor I, 2005.	105
Figura 15. Foto da preparação da rama de mandioca para o plantio, no sistema de troca de dias, assentamento São Bento, 2004.	110
Figura 16. Foto da vista externa do parque agroindustrial da Cocamp, 2005.	120
Figura 17. Foto da placa do convênio (em frente à Cocamp) realizado entre a Conab, o Incra e a Cocamp, 2005.	133

Figura 18. Foto da vista externa do escritório (parte administrativa) da Cocamp, 2005.....	134
Figura 19. Foto da caixa d'água do assentamento Santa Clara/Che Guevara pintada com a bandeira do MST.	155

LISTA DE SIGLAS

ACAP – Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal do Paranapanema
ADUV – Associação de Desenvolvimento União da Vitória
AMAS – Associação de Mulheres Assentadas do Pontal
APOEMA – Projeto Apoema de Educação Ambiental
AS-PTA – Assessoria e Serviços em Projetos de Tecnologia Alternativa
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral
CCA – Cooperativa Central dos Assentados
CESP – Centrais Elétricas de São Paulo
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COCAMP – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema Ltda.
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
FEPASA – Ferrovias Paulistas S/A
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IAC – Instituto Agrônomo de Campinas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas
ITESP – Fundação Instituto de Terras “José Gomes da Silva” do Estado de São Paulo
MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONG – Organização Não-Governamental
PNRA – Plano Nacional da Reforma Agrária

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

UNESP – Presidente Prudente – Universidade Estadual Paulista – Campus Presidente Prudente

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Formas de Obtenção de Terras para a Reforma Agrária, Brasil - 1995-1998 e 1999-2002 (em hectares).....	14
Tabela 2. Tempo das famílias no Assentamento São Bento, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.....	40
Tabela 3. Estado civil do titular do lote, Assentamento São Bento, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.	41
Tabela 4. Melhor lugar para viver, Assentamento São Bento, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.....	41
Tabela 5. Estado civil do titular do lote, Assentamento Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.	47
Tabela 6. Tempo das famílias no assentamento Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.....	48
Tabela 7. Reclamação, por carta ou pessoalmente, a instituições, Assentamento São Bento e Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.	86
Tabela 8. Melhorias recebidas após o assentamento, Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.	88
Tabela 9. Condições de vida depois de assentado, Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.....	91
Tabela 10. Grau de confiança em parentes, amigos e vizinhos, Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.	92
Tabela 11. Forma de acesso ao lote, Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.	98

RESUMO

Nas últimas décadas registrou-se um incremento no número de assentamentos rurais e, conseqüentemente, da população assentada no Brasil, embora não se possa ainda constatar um reordenamento fundiário importante. Mas, mesmo assim, os assentamentos passam a fazer parte da realidade rural brasileira. Neste novo espaço que vai se construindo ao longo dos anos há o estabelecimento de relações sociais entre os indivíduos e entre esses e as diversas instituições e organizações que se fazem presentes nestes assentamentos. Tendo em vista, que essas relações estabelecidas podem ter valores que constituem o capital social, este trabalho objetivou analisar as relações sociais que se estabeleceram entre as instituições e organizações e os assentados que convergiram num processo organizativo no interior dos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, localizados no município de Mirante do Paranapanema, na região do Pontal do Paranapanema em São Paulo. Nossa hipótese é a de que nas áreas e nas organizações onde a participação dos indivíduos, seja por meio de parcerias formais ou informais, é acentuada, conseqüentemente haverá uma maior presença de capital social, o que poderá se traduzir no desenvolvimento desses assentamentos. As diferentes instituições e organizações presentes nestes assentamentos respondem algumas vezes por fortes vinculações entre seus participantes e outras por relações extremamente tênues, o que nos leva a perceber, por um lado, a existência de um capital social já estabelecido mas, por outro, há ainda a necessidade de que as relações sociais entre os atores envolvidos se tornem mais sólidas. Percebemos que nos diferentes grupos encontrados há uma esperança entre os seus participantes para que essa atitude organizativa simbolize uma melhoria das condições de vida.

Palavras-chave: capital social, organização rural, relações sociais.

ABSTRACT

In the last decades there has been noticed an increase in the number of rural settlements and, consequently, in the settlers population in Brazil, although it is not yet possible to verify any important rearrangement in the land ownership structure. Even so, the rural settlements become a part of the Brazilian agriculture reality. In this new scenario that is being built along the years, there is the establishment of social relations among the settlers and between them and the several institutions and organizations present in these rural settlements. Considering that these established relations may show values that constitute the social capital, this work aimed to analyze the social relations established between the institutions and organizations and the rural settlements, which converged to an organization process in the São Bento and Santa Clara/Che Guevara settlements, in the Mirante do Paranapanema County, located in the Pontal do Paranapanema region, in the State of Sao Paulo. Our hypothesis relies in the fact that in the areas and organizations where the settlers' involvement is higher, by means of formal or informal partnership, the presence of social capital is also higher, what may signify the development of these settlements. The different institutions and organizations present in these settlements are answerable, sometimes, for a strong link between their participants and, other times, for extremely tenuous relations, what makes us to realize, on the one hand, the existence of an established social capital, but, on the other hand, that there is the need of stronger social relation between the involved people. For the different found groups, we have realized a hope for this organizational attitude to become a life condition improvement.

Keywords: social capital, rural organization, social relations.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a visão dominante da agricultura “moderna” é profundamente mediada pela questão da escala de produção. A mecanização intensiva é percebida como pressupondo grandes áreas cultivadas que possam responder economicamente ao capital aplicado. Fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes geneticamente “melhoradas” completam o padrão tecnológico vigente tornando-se compatíveis com as grandes monoculturas. Ou melhor, tornam-se necessárias à prática monocultural, já que esta simplifica o ecossistema agrícola e propicia o estreitamento das bases genéticas.

Com a intensa difusão do processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira esta se converteu numa atividade cada vez mais especializada dispensando, a antes necessária, mão-de-obra familiar. Na agricultura paulista podem ser percebidas as conseqüências do processo de modernização da agricultura brasileira, pois com a expansão da agricultura no Estado, a partir da mudança da base tecnológica de produção, registrou-se, nas últimas décadas, uma alta concentração das terras, valorização de seus preços, redução da mão-de-obra familiar e, conseqüentemente, a expulsão de milhões de trabalhadores rurais do campo.

Neste sentido, as políticas de modernização da agricultura brasileira foram excludentes para um setor importante de produção, a agricultura familiar. Esse novo modelo tecnológico de produção ao se desenvolver de maneira excludente abrangeu apenas alguns produtores, sobretudo, os médios e grandes, bem como algumas regiões, como o sudeste e o sul do país e alguns produtos, especialmente, aqueles voltados à exportação. Desta forma, a produção familiar no Brasil sempre ocupou um lugar secundário no cenário agrícola, o que pode ser observado desde a época da colonização, onde o modelo de propriedade foi baseado na grande exploração monocultural de exportação. Embora tendo ocupado um lugar secundário nas políticas agrícolas, a agricultura familiar persistiu e é atualmente um setor de grande importância social e econômica para o país, possuindo um papel de extrema relevância nos debates sobre a reforma agrária.

No estado de São Paulo, apesar da agricultura altamente modernizada e industrializada, a agricultura familiar faz parte da paisagem rural e, muitas vezes, esse tipo de agricultura é representada pelos assentamentos rurais. Desta forma, esse Estado configura-se

no cenário de programas de reforma agrária, uma vez que conta com 167 projetos de assentamentos rurais, acolhendo 10.049 famílias em uma área total de 220.411,82 ha, com uma área agrícola total de 163.620,57 ha (Fundação Itesp, dez. 2005).

A constituição destes assentamentos resulta das lutas e pressões dos trabalhadores rurais sem terra. Por meio das ações dos trabalhadores rurais compreendemos as formas de resistência aos processos de expropriação, de expulsão e de exclusão. A extensão da luta pela terra é conhecida através das diversas manifestações cotidianas dos sem-terras, que vai desde o trabalho de base às ocupações de terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde etc. Afinal, a transformação do latifúndio em assentamento rural é a construção de um novo território, o qual requer condições adequadas para a sobrevivência das famílias, transformando-se em uma nova lógica de organização do espaço geográfico. Em vista disso, as políticas públicas para este setor não nascem apenas do interesse do Estado, mas, sobretudo, da organização desses trabalhadores rurais (FERNANDES, 2000).

As famílias assentadas possuem estratégias com as quais organizam-se de maneira a permitir sua permanência na terra. Diante disso, essas famílias optam por participar de organizações como cooperativas, associações, ou mesmo unindo-se com parentes e/ou vizinhos mais próximos. A organização pressupõe confiança mútua e reciprocidade entre os atores envolvidos. A confiança é um dos valores que constituem o capital social, que por sua vez não é apenas um atributo cultural, passado de geração em geração; o capital social pode ser criado, por meio de fortes organizações que indiquem aos indivíduos alternativas às convenções ditadas pela sociedade. Também não é simplesmente um novo termo para falar da organização de trabalhadores; é, antes de tudo, o estabelecimento de relações entre pessoas e grupos sociais cujos interesses comuns nem sempre se evidenciam. Assim sendo, sua construção exige uma ação voluntária e coordenada (ABRAMOVAY, 1998).

A noção de capital social surge de diferentes debates sob diversas teorias. A colaboração da discussão acadêmica das diferentes teorias torna-se significativa à medida que as situações contrapõem-se com fatos empíricos e assim legitima-se a capacidade de explicar a realidade por meio dessas teorias. Como a noção de capital social está, muitas vezes vinculada com a questão de desenvolvimento, partimos nosso estudo da teoria de Amartya Sen (2000), a

qual dissocia a noção de desenvolvimento do crescimento econômico; para este autor, o desenvolvimento está diretamente associado às liberdades que os indivíduos possuem ou que deveriam possuir.

No que diz respeito à questão do capital social, discussão central de nossa pesquisa, destacamos autores como Bourdieu (1986), primeiro autor a definir o capital social como um conjunto de relações de ajuda mútua que podem ser mobilizadas para o benefício das pessoas ou da comunidade. Para este autor, o capital social é propriedade do indivíduo e do grupo social. A noção de capital social remete aos recursos resultantes da participação de relações mais ou menos institucionalizadas, como parcerias, associações, cooperativas, entre outras. O estudo desse autor é extremamente importante, uma vez que parte do princípio que o capital social, assim como outros tipos de capitais é uma forma de poder e assim pode ser criado em comunidades que possuem algumas características como a solidariedade, a confiança, a reciprocidade, a ajuda mútua, ou seja, sentimentos de altruísmo. Além disso, para esse autor o capital social, assim como outras formas de capital, pode ser transformado.

Outro importante autor, Putnam (2000) embora afirme que o capital social está presente somente nas sociedades onde existe um forte sentimento cívico, através de sua pesquisa empírica na Itália Contemporânea, nos indicou elementos para analisarmos a realidade dos assentamentos rurais à luz da teoria de capital social. Para este autor, o capital social compreende características da organização social, confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. O capital social, quando presente em uma sociedade, fortalece a tomada de decisões e a execução de ações colaborativas que beneficiam toda comunidade.

Destacamos também Coleman (1990) como um dos importantes autores sobre o tema, definindo o capital social como os recursos sócio-estruturais que constituem um ativo de capital para o indivíduo e facilitam certas ações dos indivíduos que estão dentro dessa estrutura. Para este autor o capital social, assim como outras formas de capital, é produtivo e possibilita o alcance de certos fins que não seriam possíveis na sua ausência.

Além desses três importantes autores, analisamos também pesquisas de outros estudiosos sobre o assunto como Durston (1999) e Evans (1996) cujas abordagens teóricas estão vinculadas com a questão da presença do Estado como um dos promotores do capital social apresentando, portanto, uma análise mais institucionalizada sobre esse tema.

Os autores ao trabalharem com a teoria do capital social nos indicam que o estabelecimento ou a reprodução das relações sociais altera as relações contingentes, como a vizinhança, o local de trabalho, entre outras. Essas relações também originam elos de obrigações subjetivas, como sentimentos de gratidão, respeito, amizade, etc., que geram e potencializam o capital social. Os indivíduos são agentes transformadores da realidade social, nos permitindo, portanto, o estudo das interações que ocorrem nos diversos tipos de relações sociais presentes nas diferentes organizações, como por exemplo, os assentamentos rurais, as instituições governamentais e não-governamentais atuantes numa determinada região, bem como, o estudo da ação de líderes para a modificação do espaço social.

O conceito de capital social foi apresentado através de diversas definições expressadas pelos diferentes autores, desse modo não seguiremos a definição de um único autor por acreditarmos que cada um, a seu modo, contribuiu para a análise das relações sociais estabelecidas entre os atores envolvidos no processo de constituição e formação dos assentamentos. Dessa forma, entendemos ser o capital social aquele que ocorre por meio das relações instituídas entre as pessoas, sendo essas relações mais ou menos fortes a partir de alguns elementos constitutivos desse tipo de capital como a confiança, a solidariedade, o sentimento de gratidão, a reciprocidade.

Como área de estudo escolhemos dois assentamentos da região do Pontal do Paranapanema pelo fato desta região ser bastante representativa em termos de quantidade de assentamentos e de processos organizativos. Entre as transformações sociais da região do Pontal do Paranapanema podem ser destacados os reordenamentos territoriais a partir da formação de assentamentos rurais, as diferentes estratégias das famílias assentadas em permanecerem na terra, a melhoria na relação pessoal dos assentados com alguns órgãos governamentais, o surgimento de novos atores sociais na região, entre outros.

Os dois assentamentos escolhidos foram: o assentamento São Bento e o assentamento Santa Clara/Che Guevara¹, os quais localizam-se no município de Mirante do Paranapanema com início em julho de 1994. Esses assentamentos foram escolhidos devido às relações

¹ Utilizamos nessa pesquisa a denominação assentamento Santa Clara/Che Guevara pelo fato de termos percebido as duas denominações ao assentamento, sendo que Che Guevara está mais comumente associado às falas da militância e Santa Clara aos demais assentados. Também nos documentos oficiais da Fundação Itesp aparecem as duas denominações.

estabelecidas durante o processo de sua constituição, contando com a atuação de diversas organizações e instituições e movimentos sociais, e porque a história dos dois assentamentos se encontra imbricada, uma vez que durante a luta das famílias pela conquista da Fazenda São Bento foi mobilizado um novo grupo para a ocupação da Fazenda Santa Clara, atual assentamento Santa Clara/Che Guevara.

Essa região é uma das principais áreas de conflitos fundiários do país em que ocorre grande número de ocupações de terra; além disso, o Pontal é conhecido também por ser uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo e por possuir milhares de hectares de terras improdutivas, devolutas e griladas por latifundiários, o que torna a concentração de terras bastante grande na região, impedindo assim o seu desenvolvimento.

As lutas por terra desencadeadas pelos trabalhadores rurais, por meio de ocupações e acampamentos na região, pressionaram o governo a implantar projetos de assentamentos, os quais resultou na maior extensão de assentamentos do Estado (LEITE, 1998). Assim, surgiu na região uma enorme quantidade de movimentos sociais relacionados com a luta pela terra, sendo o mais significativo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. A forte presença do MST na região resultou em um grande número de organizações baseadas na cooperação, como por exemplo, a Cocamp (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema Ltda) que reúne atualmente 2.471 associados.

Neste sentido, faz-se necessário estudar as instituições e organizações atuantes nos assentamentos, para que seja possível compreender como se estabelecem as relações sociais entre os atores envolvidos na constituição e no desenvolvimento dos assentamentos e, com isso, determinar a formação do capital social através das diferentes instituições e organizações, isto é compreender de que maneira o capital social pode se fazer presente nessas relações.

Diferentemente de outros tipos de capital, o capital social nasce das relações sociais e abre caminho para uma nova forma de relações entre os indivíduos; com a sua presença formas de cooperação mútua são facilitadas². Diante da perspectiva que o estudo do capital social traz, perante a maior ou menor presença, à atuação de instituições e organizações ou

² A nossa participação anterior em outros trabalhos realizados na região nos permitiu delimitar o objetivo de nossa pesquisa, bem como a área a ser estudada.

ainda ao envolvimento dos assentados durante o processo de transformação ocorrido em suas vidas a presente pesquisa objetivou a análise das relações sociais que se estabeleceram entre as instituições e organizações e os assentados que convergiram num processo organizativo no interior dos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, tendo em vista que essas relações poderão ser constitutivas de um capital social.

Como hipótese, acreditamos que nas áreas e nas organizações onde a participação dos indivíduos, seja por meio de parcerias formais ou informais, é acentuada, conseqüentemente poderá ocorrer a formação de capital social, o que poderá se traduzir no desenvolvimento desses assentamentos. Através deste estudo pretendeu-se contribuir com as reflexões acerca das relações sociais estabelecidas para a formação dos processos organizacionais nos assentamentos rurais.

Os instrumentos de investigação adotados foram: **1) Questionário:** os questionários tiveram por finalidade apresentar um panorama geral sobre os assentados, como por exemplo, a forma de aquisição do lote, o tempo na propriedade, capacitação técnica e política, o grau de confiança em algumas instituições, ou seja, o questionário nos serviu como um instrumento de obtenção de dados quantitativos.

Para a elaboração do questionário foi necessário um aprofundamento sobre a história da região, especialmente, sobre os assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara. Antes da aplicação do questionário foi realizado um teste do mesmo objetivando avaliar a eficácia desse instrumento, isto é, medir a capacidade de compreensão e o grau de aceitação pelos atores envolvidos. A amostra para aplicação dos questionários foi calculada em 15% do total de lotes. Desta forma, no assentamento São Bento foram aplicados 27 questionários (182 famílias) e no assentamento Santa Clara/Che Guevara 10 questionários (46 famílias). Os lotes para a aplicação dos questionários foram sorteados aleatoriamente de modo que contemplasse uma distribuição homogênea dentro dos assentamentos. O questionário utilizado encontra-se como apêndice 1. **2) Entrevistas com agentes de atuação:** nas ciências sociais, a entrevista é uma técnica por excelência utilizada para investigação em campo. A entrevista tem por definição ser um método de obtenção de informações através de uma conversa informal com um indivíduo para fins de pesquisa. É uma técnica diferente da conversa pelo fato de ser previamente planejada para que se alcance o objetivo específico (ALMEIDA, 1989).

De acordo com Queiroz (1988) a entrevista pode ser realizada até mesmo sem roteiro, porém a conversa ocorre conforme uma sistematização de assuntos estabelecidos pelo pesquisador, sendo este o condutor da entrevista. Portanto, na realização de uma entrevista há necessidade de uma interação entre o entrevistador e o entrevistado.

As entrevistas, na presente pesquisa, foram realizadas de forma diretiva, ou seja, estruturadas, onde as perguntas foram determinadas com antecipação. Para isso foi necessário, portanto, o uso de roteiros de entrevistas. Essas entrevistas tiveram por objetivo compreender as relações existentes entre os assentados e os mediadores dos assentamentos. Em virtude dessa orientação, analisamos quais seriam as melhores questões a serem feitas aos entrevistados, já que nosso objetivo foi, com a entrevista, coletar dados qualitativos referentes às associações formais e informais, parcerias, cooperativa, instituições e grupos de trabalho que fazem parte do cotidiano dos assentados, uma vez que serão, não apenas a presença de tais instituições mas, sobretudo, a qualidade das relações estabelecidas entre essas instituições e os assentados que nos indicarão a presença do capital social. Escolhemos de maneira aleatória os assentados que seriam entrevistados, no assentamento São Bento entrevistamos 18 assentados e no Santa Clara/Che Guevara 05 assentados (10% do número total de famílias). Realizamos também entrevistas com dois técnicos do Itesp de Mirante do Paranapanema e com um técnico do Itesp de Teodoro Sampaio. Entrevistamos ainda o secretário da Secretaria de Desenvolvimento Agrário da prefeitura municipal de Mirante do Paranapanema. Com relação às associações e à Cocamp, entrevistamos dois técnicos da Cocamp e um de seus diretores. Além dessas entrevistas, realizamos uma com o bispo da Diocese de Marília, numa oportunidade que tivemos durante um encontro da CPT em Rancharia e uma outra entrevista com a coordenadora do curso técnico em agricultura familiar, da Escola Técnica do Centro Paula Sousa de Rancharia. Para essas duas últimas entrevistas não seguimos um roteiro. Desta forma, formulamos quatro diferentes roteiros, os quais estão apresentados como apêndice 2. **3) Histórias de vida:** para Queiroz (1988) “história oral”³ é um termo vasto que recupera relatos sobre fatos antes não registrados por outra técnica, ou cujos fatos se deseja complementar. Pode ser colhida através de entrevista de forma variada, podendo registrar a experiência de apenas um indivíduo ou de uma coletividade. A “história de vida” faz parte

³ O relato oral é a base de obtenção de todas as informações, antecedendo qualquer outro tipo de técnica de obtenção e conservação do saber, pois a palavra é uma das técnicas mais antigas utilizadas para tal fim.

da “história oral”, mas não se pode confundir “história de vida” com entrevistas ou depoimentos pessoais, pois apesar de serem semelhantes, possuem características e definições diferentes. Diferentemente das entrevistas, as histórias de vida são técnicas, de obtenção de dados, diretivas, ou seja, sem a interferência do pesquisador na fala do narrador.

Na “história de vida”, segundo Queiroz (1988), apesar do pesquisador “sub-repticiamente” dirigir a conversa, é o narrador quem decide o que relatar, sendo ele o fio condutor da conversa. A “história de vida” é definida como o relato de um narrador sobre sua existência no tempo consistindo numa técnica que demanda um longo tempo. Embora o pesquisador procure não interferir durante a narração, o comando é seu, pois foi ele quem escolheu o tema da pesquisa e propôs os problemas que procura resolver, sem, no entanto, impor temas ao narrador que os abordará, ou não, segundo seus próprios critérios.

Nas histórias de vida, a análise de discurso e de conteúdo foram trabalhadas por diversos autores franceses, entre eles Laurence Bardin, que em seu livro *L'analyse de contenu*, objetiva explicar, da forma mais simples possível, a análise do conteúdo utilizada nas ciências sociais, sendo uma de nossas referências de estudo.

A utilização da técnica da “história de vida” teve como objetivo resgatar a trajetória de vida de algumas lideranças e, a partir de então, compreender as estratégias de organização nos assentamentos rurais. Sendo a história de vida uma técnica contada pelo narrador sem a interferência do pesquisador, optamos pela não realização de um roteiro escrito. Ao realizar a história de vida apenas pedíamos para que o assentado nos contasse a sua trajetória de vida até o tempo presente. Para isso, o próprio narrador relatava sua história antes da chegada ao assentamento, passando pelo tempo de acampado até se tornar um assentado, sem a necessidade da interferência do pesquisador. As histórias de vida foram realizadas com três assentados do São Bento e três do Santa Clara/Che Guevara. Para tanto, utilizamos o recurso da gravação em fitas microcassetes, aliado às anotações de campo.

Dividimos nosso trabalho em quatro capítulos. O primeiro capítulo se refere à discussão da questão agrária brasileira, importante para compreendermos o processo de constituição dos assentamentos no País e no estado de São Paulo. No segundo capítulo apresentamos a história do Pontal do Paranapanema, desde o processo de ocupação pelos primeiros bandeirantes que por lá chegaram, a grilagem de terras e a modificação do espaço a

partir da formação dos assentamentos rurais, especificando, nesse caso, os assentamentos Santa Clara/Che Guevara e São Bento.

Após essa primeira parte de revisão sobre a questão agrária no Brasil e no Pontal do Paranapanema, o terceiro capítulo apresenta as instituições e organizações que, de acordo com os assentados, se encontram presentes nos assentamentos e fazem parte da vida dos assentados. No quarto capítulo, encontra-se a análise e a discussão dos dados a partir da reflexão sobre capital social, onde pudemos perceber que em determinados casos ocorreu a formação do capital social quando as pessoas ainda se encontravam na fase de acampamento.

2. ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA CONQUISTA

Historicamente, a concentração fundiária no Brasil remonta a 1530, com a implantação das capitâneas hereditárias, as quais eram grandes extensões de terras concedidas pelo rei de Portugal aos nobres portugueses (donatários) que aqui se instalaram. Os donatários deveriam explorar essas terras sem poder vendê-las, no entanto, tinham autorização para entregar parcelas de terras, as sesmarias, aqueles que quisessem cultivá-las. Em 1759 foi decretado o fim das capitâneas hereditárias, e em 1822 a independência do Brasil. Após a independência do país, suspendeu-se a concessão de terras através de sesmarias até a criação de uma nova lei para regulamentar a distribuição de terras no Brasil (MORISSAWA, 2001).

Durante o período que compreende os anos de 1822 a 1850 a terra poderia ser ocupada por aqueles que fossem livres. Após 1850, com a promulgação da Lei de Terras (Lei nº 601), o acesso à terra ficou restringido às pessoas que pudessem pagar por ela. Com tal medida houve um significativo favorecimento para a consolidação do latifúndio no Brasil, pois a forma de acesso à terra se dava pela aquisição em dinheiro, e por preços elevados. (SILVA, 1996).

Entre os anos 1889 a 1930, período denominado de República Velha, houve um aumento no número de proprietários e de imóveis rurais, porém esse aumento não significou uma mudança na estrutura fundiária do país, uma vez que as terras concentravam-se nas mãos de poucas pessoas.

Com o final da segunda guerra mundial a questão agrária passou a ser associada à idéia de desenvolvimento econômico. Assim, entre o início da década de 1950 e fins da década de 1960 sedimentam-se os interesses hegemônicos que permanecerão, até os dias de hoje, na definição do padrão tecnológico da agricultura brasileira. Isto porque foram estabelecidas as bases produtivas industriais para a produção de máquinas e implementos agrícolas, bem como a produção de agrotóxicos e fertilizantes. Com o estabelecimento deste padrão iniciava-se o processo de modernização da agricultura brasileira que, embora sofra intensas transformações em sua base técnica nada mudou em termos de sua estrutura agrária. Daí a chamada modernização tecnológica conservadora, onde a política de crédito rural foi o principal mecanismo que, juntamente com uma política de assistência técnica e extensão rural através da difusão de novas tecnologias, garantiu esse tipo de modernização. Esses fatores, aliados a

um sistema de governo autoritário pelo qual passava o país, acabaram por arrefecer os movimentos sociais que lutavam por uma reforma agrária (MOREIRA, 1999).

Como afirmam Martine e Garcia (1987) a modernização da agricultura não negou o caráter “eficaz” do desenvolvimento capitalista enquanto mecanismo de crescimento econômico, contudo não acabou com a pobreza rural e a precariedade das condições de emprego, assim como também não promoveu a distribuição igualitária dos “frutos do crescimento”, aumentando ainda mais as desigualdades sociais.

Ao assumir o poder, os militares incluíram a reforma agrária entre suas prioridades e no final de 1964 promulgaram a Lei nº 4.504, o Estatuto da Terra, considerada a grande lei de reforma agrária. Durante o período militar (1964 a 1985) foram implantados assentamentos rurais principalmente em áreas de conflitos marcadas por mobilizações dos trabalhadores rurais, a despeito do forte controle militar, sobretudo em áreas de fronteira, devolutas, o que caracterizou um processo de colonização e não de reforma agrária (BERGAMASCO; BLANC-PAMARD; CHONCHOL, 1997). Mas, contrariamente à lei, o projeto de reforma agrária foi esquecido e durante esse período a concentração fundiária e a desigualdade social aumentaram.

O caráter desigual e excludente que marca a modernização da agricultura brasileira recolocou a questão agrária – e a preocupação por parte das organizações de trabalhadores rurais em se realizar a reforma agrária – em pauta no final dos anos 70 (MOREIRA, 1999). Os trabalhadores rurais começaram a se mobilizar politicamente conduzindo a luta pela reforma agrária que se reiniciou através da identificação de áreas a serem disputadas (BERGAMASCO e NORDER, 1999).

De meados da década de 1960 até o final dos anos 70, as lutas camponesas surgiam por todo o país, os conflitos fundiários aumentavam, e o governo, numa tentativa de controlar a questão agrária, militarizava o problema da terra. Mas, segundo Fernandes (1999) foi através da repressão dos governos militares, que nasceu o mais amplo movimento rural organizado brasileiro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, registrando durante a década de 1980 um grande avanço e fortalecimento dos movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária no Brasil.

Em 1985, com a mudança do regime político brasileiro, intensificaram-se os movimentos de luta pela terra, que apontavam para a necessidade de se resolver os problemas

fundiários. Os compromissos assumidos anteriormente por Tancredo Neves que deveria ser o primeiro presidente civil após a ditadura militar foi, de certa forma, o que norteou o governo Sarney a lançar o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, o qual estava previsto no Estatuto da Terra. Com metas bastante ambiciosas, almejando assentar 1,4 milhão de famílias durante os cinco anos de governo, ao final assentou apenas cerca de 90.000 famílias, isto é, menos de 6% do total pretendido. No Brasil, até o ano de 1990, os projetos de assentamentos rurais existentes eram 876 núcleos, sendo que destes, 515 foram realizados através do PNRA, 137 foram oriundos da colonização oficial e 224 foram realizados por políticas estaduais (BRASIL, MARA/INCRA, 1994).

Durante os dois anos do governo Collor (1990-1992) os programas voltados à implantação de assentamentos ficaram “adormecidos”, não ocorrendo, nesse período, nenhuma desapropriação de terra por interesse social para fins de reforma agrária. Com o governo Itamar Franco (1992-1994) houve uma retomada nos projetos de reforma agrária, mas não o suficiente para sanar as demandas. Esse governo tinha a previsão de assentar 20 mil famílias em 1993 e 60 mil em 1994, mas foram beneficiadas apenas 12.600 famílias (DAVID et al., 1998).

O programa de governo do candidato à presidência Fernando Henrique Cardoso reconhecia a necessidade de haver mudanças no campo, e considerava a reforma agrária uma importante política para resolver problemas como o da segurança alimentar, os conflitos agrários e para haver um fortalecimento da agricultura familiar. O conceito que a reforma agrária tinha no programa resumia-se a ações fundiárias mais agressivas quando comparadas aos governos anteriores, mas não havia a menor pretensão de mudança estrutural. Apesar deste governo assegurar a importância da desapropriação, enquanto instrumento para se conseguir novas terras requeridas para cumprir as metas para o assentamento de famílias, o governo FHC propôs uma nova forma de aquisição de terras, denominada reforma agrária de mercado (ANJOS e CALDAS, 2003). Dentro dessa perspectiva, em 1997 foi implantado, com apoio financeiro do Banco Mundial, o Programa Cédula da Terra em cinco estados brasileiros (Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais), previsto para três anos de duração.

Entre o período de 1995 a 1998 esse governo assentou sob diferentes formas (desapropriação, arrecadação, regularização fundiária, etc.) 284.228 famílias, em uma área total de 12,8 milhões de hectares, distribuídas por 2.428 projetos de assentamento

(FERREIRA e SILVEIRA, 2003). Apesar do expressivo número de famílias assentadas, comparados com os governos anteriores, a política econômica do governo FHC teve seus efeitos perversos, sendo que dois milhões de postos de trabalho foram perdidos no campo entre 1995 e 1996, e mais, o número de propriedades caiu, principalmente as pequenas propriedades de até 10 ha, consolidando a tendência de concentração fundiária do país (CARVALHO Fº, 2001).

No início do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso foi divulgado o que se denominou de “Nova Reforma Agrária”, que consistia numa iniciativa, amplamente divulgada na grande imprensa, cujas propostas eram consideradas modernas em sua concepção e objetivos, os quais, de acordo com seus idealizadores, apresentava um novo desenho institucional capaz de articular todas as instâncias do poder público na promoção do “novo mundo rural”. Como consequência dessas novas propostas algumas ações foram estabelecidas, entre elas a extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, o Proceca e a criação do Banco da Terra. Com tal medida, a reforma agrária de mercado ganhou força até o final deste governo.

Entre os anos de 1999 e 2002 o governo FHC assentou 139.585 famílias, em 2.672 projetos de assentamentos, em uma área total de 9,2 milhões de hectares. Aqui também estão inclusas todas as formas de acesso à terra, seja assentamentos implantados via programa tradicional de reforma agrária em terras públicas obtidas, sobretudo, por desapropriações e arrecadação de terras, ou por meio da compra direta de terras, através do Banco da Terra e do Crédito Fundiário (FERREIRA e SILVEIRA, 2003).

O que podemos perceber na política agrária desse governo foi, comparados os dois mandatos, a diminuição na quantidade total de terras disponibilizadas para a realização de novos assentamentos. A Tabela 1 demonstra que essa queda é mais acentuada para obtenção de terras por meio de processos de arrecadação e de desapropriação. Por outro lado, houve o aumento no volume de terras por meio da compra direta, cuja classificação no Cadastro do Sinfra/Incra aparece como “reconhecimento”, demonstrando a mudança na prioridade da política agrária do governo FHC. Desta forma, percebemos que ao invés da utilização de terras desapropriadas para a realização de uma efetiva reforma agrária, o instrumento utilizado passou a ser prioritariamente a compra de terras e a regularização fundiária.

Tabela 1. Formas de Obtenção de Terras para a Reforma Agrária, Brasil - 1995-1998 e 1999-2002 (em hectares).

Formas de Obtenção de Terras para a Reforma Agrária	1995 - 1998		1999-2002	
	nº	%	nº	%
Arrecadação	2.663.981,18	20,83	1.261.781,62	13,66
Desapropriação	6.922.525,51	54,13	3.319.679,19	35,94
Reconhecimento	340.041,26	2,66	2.868.042,51	31,05
Demais Formas/Diversas	2.862.376,57	22,38	1.787.352,64	19,35
Brasil	12.788.924,52	100,00	9.236.855,96	100,00

Fonte: MDA/INCRA/SD/Sipra. (Cadastro atualizado até 20/12/2002) apud FERREIRA e SILVEIRA, 2003.

A mudança de governo em 2003 despertou novas esperanças em relação à questão agrária no Brasil, pois a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva contou com o apoio de inúmeros movimentos sociais, entre eles o MST. Dessa forma, em novembro de 2003 o governo federal lançou o II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, apresentado durante a Conferência da Terra, em Brasília. O II PNRA tem como princípio geral a *“inclusão de uma significativa parcela da pirâmide social na economia agrária, regida por um novo marco de regulação dos mercados agrícolas, de sorte a garantir crescimento da renda, do emprego e da produção desse setor.”* (MDA/INCRA/II PNRA, 2003, p. 18)

As metas do II PNRA simbolizam a realização do maior plano de reforma agrária da história do país, expressando seu compromisso com uma reforma agrária massiva ao estabelecer como meta assentar 400.000 novas famílias no período 2003-2006 e a regularização fundiária de 100.000 propriedades. Entretanto, para 2003 o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, dispunha de R\$ 462 milhões, o que seria suficiente para o assentamento de, no máximo, 22 mil famílias, número muito abaixo da meta proposta até março de 2004, que era o assentamento de 60 mil famílias. De acordo com o ministro Miguel Rossetto, seria necessário, no mínimo, R\$ 1 bilhão para cumprir a meta deste ano.

Entre janeiro e dezembro de 2004 o INCRA assentou 81.254 famílias. Somando-se o desempenho de 2003, onde o governo federal conseguiu assentar 36.301 famílias, ao todo este governo assentou 117.555 famílias em dois anos, alcançando 81% da meta de 145 mil famílias

estabelecida, para esse período (60.000 em 2003 e 85.000 em 2004), pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (MDA/INCRA, 2005).

O balanço da reforma agrária de 2005 ainda não foi fechado pelo MDA, porém segundo dados de Fernandes (2006) o governo teria assentado nesse ano cerca de 127.000 famílias, tendo superado a meta desse. Além do assentamento de novas famílias, o governo federal atendeu 305.126 famílias assentadas com serviços de assistência técnica e extensão rural nos projetos de assentamentos. Para garantir a qualidade na Reforma Agrária, conseguiu-se duplicar os valores investidos por família, que de R\$ 7,7 mil em 2003, passaram para R\$ 16 mil em 2004, abrangendo recursos para elaboração de projetos produtivos, assistência técnica, construção de moradias, cisternas no semi-árido, obras de infra-estrutura básica e de preservação ambiental (MDA/INCRA, 2005).

Embora o governo comemore sua política de reforma agrária, o MST não vê esses dados com os mesmos olhos. Para esse Movimento o governo Lula tem sido melhor do que todo o período do governo FHC, porém do ponto de vista dos acordos firmados, o governo ficou aquém das expectativas dos trabalhadores rurais, em especial os que estão acampados por mais de três anos (MST, 2006).

De acordo com Fernandes (2006), das 36.031 famílias assentadas em 2003, 24% foram assentadas em terras desapropriadas ou compradas e 76% em lotes de assentamentos já existentes. No ano 2004, o governo Lula assentou 81.254 famílias, sendo 32% assentadas em terras desapropriadas ou compradas e 68% em lotes de assentamentos que já existiam. Em 2005 o número de famílias assentadas chegou a 127 mil famílias, no entanto 21% foram assentadas em terras desapropriadas ou compradas e 24% em lotes de assentamentos já existentes, 39% em assentamentos realizados em terras públicas e 16% em assentamentos já existentes em terras públicas. O autor conclui que durante os três primeiros anos do governo Lula, apenas 25% das famílias foram assentadas em terras desapropriadas. A maior parte das famílias foi assentada em assentamentos já existentes ou, em assentamentos implantados em terras públicas ou, ainda, em assentamentos já existentes em terras públicas.

Percebemos que apesar de todas as dificuldades, os assentamentos rurais fazem parte da realidade do espaço agrário do país. Embora com número limitado e com uma grande população ainda demandante por terra, os assentamentos são centros estratégicos no quadro das transformações da questão agrária brasileira desde os anos 60. Fazem parte de uma nova

forma de integração da população rural, num contexto de redistribuição da propriedade fundiária partindo da transferência da população beneficiária, e conseqüentemente, sua readaptação num novo espaço de vida e de trabalho. Surge, portanto, o desafio de se realizar uma articulação entre a agricultura familiar viável e as grandes explorações agroindustriais modernas (BERGAMASCO; BLANC-PAMARD; CHONCHOL, 1997).

Antuniassi et al. (1993) acreditam que os estudos têm mostrado que apesar das discontinuidades das políticas públicas, os assentamentos vêm apresentando resultados positivos, colocando-se como uma estratégia de políticas de integração social, já que possui uma potencialidade na geração de empregos e aumento do nível de renda das famílias assentadas (ROMEIRO et al., 1994).

Tendo em vista as dificuldades que a população urbana enfrenta em seu meio, tais como: desemprego, habitação, condições de vida bastante precárias, entre outras, as unidades de produção familiar na agricultura têm a função de conter o avanço da migração rural para as cidades (LAMARCHE, 1993). E mais, a idealização da agricultura familiar, na qual se inserem os assentamentos rurais, supõe uma lógica específica de reprodução da unidade familiar de produção dentro do universo capitalista. Assim, os assentamentos podem estabelecer locais privilegiados de experiências tecnológicas pouco rentáveis em termos contábeis de empresas capitalistas, mas perfeitamente rentáveis em termos da economia familiar dos agricultores. A agricultura familiar, segundo Abramovay e Carvalho Fº (1994), desempenha um importante papel no desenvolvimento brasileiro tornando-se o centro do debate sobre reforma agrária.

O assentamento rural é uma das formas objetivas de se fazer uma reforma agrária. Bergamasco e Norder (1996, p. 7) acreditam que:

“de maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.”

No contexto da reforma agrária brasileira, o termo assentamento está relacionado a um espaço preciso em que uma população será instalada é, portanto, uma transformação do espaço

físico, cujo objetivo é a sua exploração agrícola (BERGAMASCO; BLANC-PAMARD; CHONCHOL, 1997). Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária. Aliado a isto, está o fortalecimento e ampliação da agricultura familiar, que consiste na exploração de uma parcela de terra tendo como trabalho direto a mão-de-obra familiar.

2.1. Os assentamentos rurais no estado de São Paulo

No estado de São Paulo, as primeiras propostas de realização de assentamentos rurais, surgiram durante o governo Carvalho Pinto (1958 a 1962) através do Programa de Revisão Agrária, o qual tinha por objetivo assentar 500 a 1.000 famílias por ano, sendo que apenas dois projetos-piloto foram efetivamente implantados. Um deles localizado em Campinas com 72 famílias, cuja área fora desapropriada através de negociação amigável entre o governo estadual e um proprietário particular; e o outro localizado na cidade de Marília, com 103 famílias numa área da Secretaria Estadual da Saúde, transferida para a Secretaria Estadual de Agricultura. Depois de alguns anos o assentamento de Marília tornou-se, sobretudo, chácaras de recreio de empresários da região. O mesmo não ocorreu com o assentamento Fazenda Capivari em Campinas, que depois de 30 anos conseguiu manter, parcialmente, suas características iniciais. No período da Lei de Revisão Agrária o governo estadual tentou sem sucesso implementar assentamentos rurais em outras regiões (BERGAMASCO e NORDER, 1999).

Posteriormente, a política fundiária do governo militar não utilizou em grande escala os novos dispositivos jurídicos criados com o Estatuto da Terra. Assim, a situação permaneceu bloqueada no período militar compreendido entre o final dos anos 60 e os anos 70. Embora os conflitos pela posse da terra continuassem em várias regiões do Estado, as intervenções do governo federal só voltaram a se verificar anos mais tarde, quando o Estado, ao implantar grandes usinas elétricas no Pontal do Paranapanema, foi levado a transferir populações locais atingidas pelas construções de barragens. A partir de 1978, foram criados cinco novos núcleos

de assentamentos rurais nesta região sob responsabilidade das Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), abrigando 1.345 famílias em 25.738 ha.

Uma parte das disputas pela terra, no estado de São Paulo, se iniciou nos anos 80 através da organização dos movimentos sociais provocando a reinserção da reforma agrária no debate político, não sendo assim resultado de ações isoladas para conquista de áreas para assentamentos rurais. As lutas pela conquista de terras foram marcadas por meio das relações de trabalho e pelos conflitos pela posse da terra, ou seja, foram lutas de posseiros, arrendatários, parceiros e sitiantes atingidos por barragens, isto é, lutas de trabalhadores que disputavam terras. Os assentamentos rurais do Estado também tiveram origem na organização sindical de trabalhadores rurais assalariados no corte da cana e através de trabalhadores rurais sem terra, que nos anos 80 procuraram nos movimentos sociais organizados uma maneira para se fixarem na terra (BERGAMASCO e NORDER, 1999).

Em 1980, a Fazenda Primavera, na região de Andradina foi desapropriada por atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) durante o governo Figueiredo. Mas a situação só começaria a se alterar realmente com eleições mais democráticas para os governos estaduais em 1982. Grande parte dos assentamentos de trabalhadores rurais existentes no estado de São Paulo foi criada a partir de 1983, com o governo Franco Montoro, o qual propôs um programa fundiário tendo por base dois planos: o Plano de Valorização de Terras Públicas e o Plano de Regularização Fundiária. A implementação desses planos resultou na constituição e regulamentação de 38 núcleos durante o período de 1984 a 1995, numa área total de 3.934 ha abrigando cerca de 3.556 famílias. Nesse processo participaram autoridades estaduais e municipais, assim como as famílias a serem assentadas (ANTUNIASSI; AUBRÉE; CHONCHOL, 1993), resultado de forte mobilização e, conseqüentemente, pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, que naquele momento já se espalhava por todo o país.

Na década de 90 o processo de formação de novas áreas de assentamentos rurais foi intensificado, tanto no Brasil como no estado de São Paulo. Esse fato está, mais uma vez, associado à pressão exercida pelos movimentos sociais e pelas organizações em defesa da reforma agrária. No estado de São Paulo, apesar do aumento no número de assentamentos, não se pode considerar que houve uma reforma agrária, já que a estrutura fundiária pouco foi alterada (SANT'ANA et. al, 2003).

A política de formação de assentamentos rurais no estado de São Paulo pode ser classificada como uma “reforma agrária em migalhas”, pois essas pequenas áreas são reformadas sem, no entanto, alterar a estrutura fundiária das regiões que, geralmente, continuam extremamente concentradas (NEVES, 1997). Há, contudo, as exceções, como é o caso do município de Mirante do Paranapanema, localizado na região do Pontal do Paranapanema. Existe, nesse município, o maior número de assentamentos da região⁴, podendo se registrar um processo de desconcentração fundiária. No estado de São Paulo, a região oeste, denominada Pontal do Paranapanema vem sendo palco de inúmeros conflitos de terra resultando na conquista de um número significativo de assentamentos. Como afirma Fernandes et al. (2003, p. 92):

“a territorialização da luta pela terra ocorreu em áreas contínuas, modificando a paisagem. Onde antes existiam latifúndios, hoje há pequenas unidades familiares, que formaram novas comunidades. Esses assentamentos causaram importante impacto socioterritorial na estrutura fundiária e na distribuição geográfica da população”.

Numa pesquisa realizada por Bergamasco et al (2004), os autores mostram, através da queda do Índice de Gini durante o período de 1985 e 1995/96, o registro de uma diminuição substancial da desigualdade da distribuição da posse da terra no município de Mirante do Paranapanema, uma vez que esse índice passou de 0,801 para 0,755 durante o referido período. Mesmo assim, é importante considerar que esse índice continua extremamente alto.

Dessa forma, essa região tornou-se alvo de várias políticas públicas e de uma grande mobilização em termos de associações, cooperativas e grupos de produtores o que ganha um significado em relação a estudos e pesquisas sobre sua história e suas diferentes dinâmicas de desenvolvimento. A região do Pontal do Paranapanema está localizada no extremo oeste do estado de São Paulo, na microrregião Alta Sorocabana de Presidente Prudente, é uma região formada pelo encontro do rio Paranapanema com o rio Paraná e faz divisa com os estados do

⁴ De acordo com os dados da Fundação Itesp existia, até dezembro de 2005, 31 projetos de assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema, abrigando 1.324 famílias (Fundação Itesp, dez. 2005).

Paraná e Mato Grosso do Sul (Figura 1) e, desde a sua ocupação, tem sido alvo de diversos conflitos resultantes da luta pela terra.

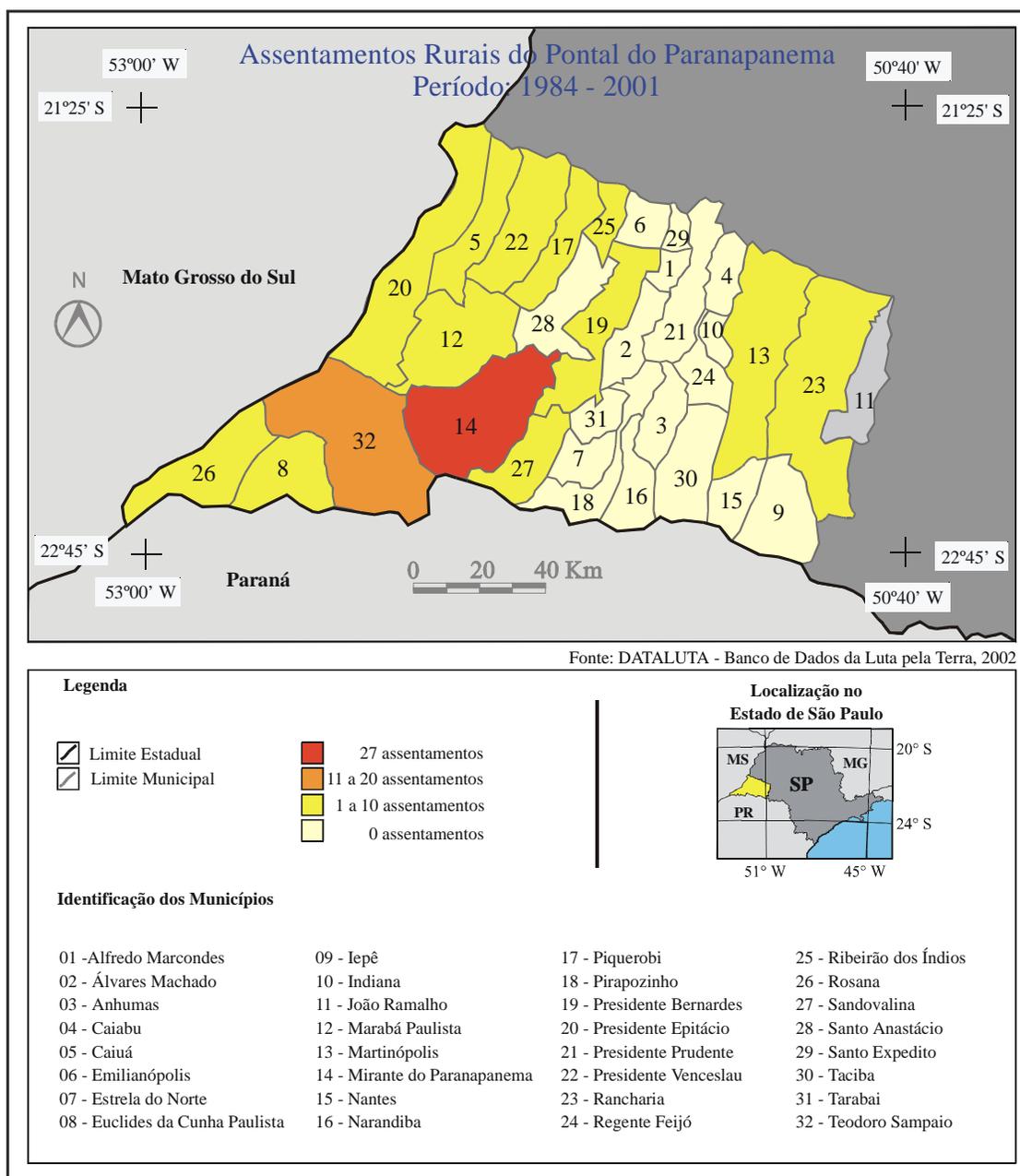


Figura 1. Mapa dos Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema-SP.

Fonte: Fernandes, 2003.

Assim, no capítulo seguinte apresentamos, por meio da literatura e de relatos dos assentados, a história de ocupação das terras da região do Pontal do Paranapanema, sobretudo, a história dos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara.

3. PONTAL DO PARANAPANEMA: TERRA DE GRILOS⁵

A primeira disputa por terras no Pontal do Paranapanema ocorreu entre as populações indígenas e os primeiros colonos que ali chegaram por volta do início do século XX. A violência dos conflitos era tanta que houve até intervenções dos governos federal e estadual por meio de expedições exploratórias, mas estas foram incapazes de acabar com os problemas do lugar.

Borges (2004) buscou, em seu trabalho, vestígios das populações indígenas que habitaram a região do Pontal, mas encontrou apenas sinais dispersos, pois pouco se sabe sobre os índios na região, uma vez que nada do território lhes restou e, portanto, nada restou também na memória das pessoas sobre sua história. Têm-se registros de que três tribos, em 1886, habitavam o Vale do Paranapanema, são elas: os Coroados, os Cayuás e os Chavantes, existindo ainda alguns Guaranis. Acredita-se que os Cayuás eram os mais numerosos.

Os conflitos pela posse da terra sempre se fizeram presentes na região do Pontal, isso pode ser percebido pelas inúmeras áreas que foram griladas e outras que são consideradas improdutivas. Tal fato indica que as ocupações de terras no Pontal do Paranapanema sempre estiveram associadas à violência, através das ações de grilagem de terras, destruição das reservas naturais, extermínio da população indígena e expulsão dos posseiros em benefício do latifúndio.

Como o Pontal é uma região caracterizada pela presença de grilos, a dinâmica acontecia da seguinte forma: num primeiro momento o grileiro arrendava as terras e com isso legitimava a posse das mesmas, depois expulsava as famílias das áreas e para aquelas que ofereciam resistência surgia a figura do jagunço para resolver o problema (ALMEIDA, 1993).

De acordo com Borges (2004, p. 99):

“(...) o processo de grilagens das terras do Vale e Pontal do Paranapanema e a conseqüente formação de latifúndios, foram movidos primeiro pelas ações dos bandeirantes na destruição

⁵ Para a falsificação das escrituras das terras os fazendeiros utilizavam canetas e selos da época do Império; passavam gordura nos documentos e os colocavam em cima do fogão para que estes ficassem amarelados; em seguida, os guardavam numa gaveta fechada com muitos grilos vivos; estes por sua vez, comiam as bordas dos documentos e neles deixavam seus dejetos. Com isso os documentos ficavam com uma aparência de velhos e eram utilizados para a legalização das terras. Daí surge o termo grilo e grileiro.

das antigas reduções e dizimação dos povos indígenas, e em seguida pela presença de “frentes pioneiras”, oriundas, em fins do século XIX, de Minas Gerais, responsáveis também pelo extermínio das populações indígenas e pelo início da grilagem de terras.”

Assim sendo, as terras do Pontal do Paranapanema começaram a ser griladas desde a segunda metade o século XIX, pois nessa época, devido à falta de uma legislação adequada ao trato da propriedade da terra no Brasil, usava-se como declaração de posse de glebas de terras uma escrituração efetuada em livros existentes nas paróquias, sendo realizadas pelo próprio pároco e assinadas pelo interessado ou por um procurador e algumas testemunhas. Esse termo de posse, onde se limitava o terreno, futuramente servia para a legitimação das terras em nome do interessado, desde que nas terras houvesse uma cultura efetiva e uma moradia, respeitando o Regulamento de Terras de 1850 (LEITE, 1998).⁶

De acordo com a história de ocupação do Pontal relatada por Leite (1998), a área hoje denominada Pontal do Paranapanema, fez-se a partir de uma antiga posse de terras, isto é a partir da formação da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio e, também, de uma outra, a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy. O resumo desta história é apresentado por Almeida (1996, p. 101) da seguinte forma:

“Consta que na área do Pontal do Paranapanema, existiam dois registros paroquiais, datados de 1856: um em nome de Antonio José Gouveia, possuidor de imensa gleba denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, feito por Frei Pacífico de Monte Falco, da Paróquia de São João do Rio Verde (Itaporanga); o outro garantia a posse a José Teodoro de Sousa, da gleba denominada Fazenda Aguapéi, conseguida junto ao pároco Modesto Marques Teixeira, da paróquia da Vila de Botucatu. É

⁶ É importante esclarecer que a Lei de Terras promulgada em 1850 possibilitava a legitimação de terras ocupadas antes de 1850 e proibia a ocupação de terras devolutas a não ser por meio da aquisição através da compra. A quem possuía terras foi dado um prazo para legitimação da posse até o ano de 1856. Desde a Lei de 1850 as terras que não eram registradas e legitimadas foram consideradas como devolutas, isto é, por não serem requeridas, pertenciam ao Estado (FERNANDES, 1999).

justamente a partir desse marco que se inicia a problemática fundiária do Pontal.”

Assim, o processo de grilagem de terras no Pontal do Paranapanema teve início com a chegada, em meados do século XIX, do mineiro José Teodoro de Sousa à região. Porém, sua história está ligada a outra posse, a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy.

Em maio de 1856, Antônio José Gouveia teria registrado a gleba denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, com aproximadamente 538.100 hectares na Paróquia de São João Batista do Rio Verde (hoje município de Itaporanga), com a lavra do Frei Pacífico de Monte Falco, para isto o Sr. Gouveia declarou ter morada na terra desde 1848 e assim conseguiu validar sua posse como anterior à Lei de Terras de 1850. A Fazenda do Rio do Peixe ou Boa Esperança do Água Pehy, de 872.200 hectares, tem em sua origem a posse de José Teodoro de Sousa, o qual obteve o registro paroquial do padre Modesto Marques Teixeira na vila de Botucatu, lavrado no mesmo mês e ano da posse de Gouveia.

Em abril de 1861, Antônio José Gouveia teria vendido a sua posse para Joaquim Alves de Lima com escritura lavrada em Pirassununga. Com o falecimento do Sr. Joaquim, seu filho João Evangelista de Lima assumiu a posse das terras e em 1886 tentou legitimar a posse da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Entretanto, a legitimação das terras foi feita com tamanha inabilidade que ficou clara a grilagem das terras.

“(...) o Sr. João Evangelista de Lima elaborou uma estória objetivando provar que a fazenda Pirapó-Santo Anastácio fora herdada por seu pai, Joaquim Alves de Lima, que tinha comprado dos senhores José Antonio Gouveia e Antonio José Gouveia (observe a troca de nomes), que falsamente havia declarado estas terras em 14 de maio de 1856, perante o Registro Paroquial de São João Batista do Rio Verde, ao Frei Francisco de Monte Falco (...). O suposto herdeiro da fazenda veio somente em 03/05/1886, requerer ao Juiz Comissário de São José dos Campos Novos (Campos Novos do Paranapanema) a medição do imóvel Pirapó-Santo Anastácio.” (ALMEIDA, 1993, p. 30)

A legitimação de posse da Fazenda Rio do Peixe ou Fazenda Boa Esperança do Água Pehy teve situação semelhante. Antes da tentativa de legitimação das terras, essas teriam sido vendidas, pois em 1865, grande parte das terras griladas por José Teodoro de Sousa já havia sido comercializada.

O Sr. João Evangelista de Lima tentando legitimar o grilo da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, em 1886, recomeçou o processo de grilagem. Dessa forma, em 1890 fez uma permuta com as terras griladas da Fazenda Boa Esperança do Água Pehy, que inicialmente tinha a posse registrada em nome de José Teodoro de Sousa, mas que em 1890 pertencia a Manuel Pereira Goulart, um dos fundadores da cidade de Presidente Prudente.

“(...) o Sr. João Evangelista de Lima, no dia 11/01/1890, através de escritura de permuta lavrada nas notas do Tabelionato de Santa Cruz do Rio Pardo, trocou o imóvel Pirapó-Santo Anastácio por outro grilo semelhante, conhecido por Boa Esperança do Aguapehi, ‘pertencente’ ao Sr. Manuel Pereira Goulart.” (ALMEIDA, 1993, p.31)

Mas, como não se pode permutar aquilo que não se pertence, juridicamente a ação não teve validade. Não desistindo da ação, Manuel Pereira Goulart encaminhou, em 1891, um pedido ao ministro da agricultura para receber colonos estrangeiros em sua fazenda. Como o parecer dado foi favorável, os termos “sua fazenda” foram suficientes para que Goulart tivesse força de legitimação da sua posse. A partir de então, conseguiu vender, trocar e doar as terras. Para uma parte da população paulista e mineira as terras continuavam devolutas, o que fez com que surgissem vários aventureiros em busca de terra, surgindo assim centenas de “grilos-filhos”. Até então a região do Pontal do Paranapanema era uma região tida como o “sertão desconhecido”.

Um dos fatores que acelerou a ocupação violenta das terras no Pontal foi a passagem de boiadas do estado do Mato Grosso pelos campos da região. Com o estabelecimento dessa passagem formou-se o pequeno comércio da carne, sendo cobrado um ‘pedágio’ pela passagem da boiada em terras de terceiros. Com o governo paulista de Jorge Tibiriçá a trilha nos campos foi melhor demarcada e este caminho ficou conhecido como a “estrada boiadeira”,

o rio de carne, que tinha início na barranca do Paraná e fim em Botucatu, pois era ali que os bois embarcavam de trem para a capital. A partir do momento que houve um trânsito maior de pessoas por essas terras elas ficaram conhecidas e cobiçadas, já que os mapas mostravam ao governo e aos homens de negócios que a terra não havia sido dividida no papel (DONATO, s/d). Ao longo da estrada foram se formando vários povoados o que aumentou o valor da terra.

Acredita-se que com a construção da estrada de ferro Sorocabana, com estímulo do governo federal da época, houve o crescimento da procura por terras para o plantio de café na região. Desta maneira, foram surgindo os municípios e os distritos do Pontal. Até a metade do século XX a ocupação da Alta Sorocabana aconteceu nas redondezas dos trilhos da ferrovia (SOUZA, 1994).

Donato (s/d) ao relatar, através de um romance, a ocupação dos campos do Pontal frisa que a “estrada boiadeira” foi a responsável por boa parte das coisas ruins que aconteceram na região e depois com o avanço da estrada de ferro Sorocabana, o ciclo de coisas ruins se completou. Isso ocorreu porque com a chegada da Sorocabana as terras iriam ter um maior preço, portanto, era necessário conseguí-las antes da sua chegada, o que na maioria das vezes ocorreu por meio da violência. O autor, numa das passagens do livro, relatando a estória de um capitão grileiro diz:

“O dilema dos grileiros tomara conta dele: tudo ou nada! E a voz mais ouvida era aquela de ‘liquidar os posseiros’, ‘fora com eles’, ‘a terra tem que ser minha’.” (DONATO, s/d, p. 74)

Mais adiante o autor completa:

“A terra passa de mão em mão carregada pelo dinheiro, raptada pela força, conquistada pelo sangue, alcançada pelo embuste, a trapaça, a safadeza, o ardil.

Os rios correm, a boiadeira leva o seu gado, a Sorocabana assenta os seus trilhos. Um bispo sai a crismar os filhos do mato, os madeireiros começam a despir a terra, a escolta de capturas escreve a tiros os capítulos da sua legenda. O posseiro perde a terra em que nasceu e onde esperava morrer.”

(DONATO, s/d, p. 85)

A ocupação do Pontal deixou marcas de violência que estão presentes na memória dos habitantes da região. No final do século XIX já havia um volume bastante grande de comercialização de áreas devolutas do Vale do Pontal do Paranapanema.

As ações dos grileiros ocorriam por meio de medições “fantásticas”, acompanhadas pelo descaso do Estado que ignorava o que estava ocorrendo na região, e assim, não tomava as medidas cabíveis para pôr fim à situação das irregularidades na ocupação das áreas devolutas e da violência contra os camponeses.

Apenas no ano 1930, o governo do estado de São Paulo julgou as terras da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio como devolutas; em virtude desse fato, em 1932 o estado alertou sobre o perigo de compra de terras na região do Pontal. Em 1908, Manuel Pereira Goulart negociou, ainda, um terço das terras, sendo o restante transferido para a Companhia dos Fazendeiros do Estado de São Paulo. Essa Companhia, em 1910, conseguiu um empréstimo de bancos franceses e deu como garantia as terras da Fazenda. Em 1927 foi decretada a falência da Companhia, e em 1928 a Companhia transferiu as terras para o Coronel Alfredo Marcondes Cabral; em 1937 o restante da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio foi vendido à Companhia Imobiliária Agrícola Sul Americana, mas todas as ações foram consideradas, pelo Estado, sem efeito.

Por um século, os grileiros mantiveram as terras devolutas no Pontal, chegando a grilar aproximadamente 1 milhão de hectares. Assim, até 1990 essas pessoas tiveram poucos problemas com a terra (FERNANDES et al., 2003). Na década de 1940 o governador do estado, Fernando da Costa, criou a primeira reserva florestal do Pontal do Paranapanema, conhecida como Reserva Florestal Morro do Diabo. Foram criadas ainda a Reserva Lagoa São Paulo e a Reserva do Pontal do Paranapanema. Essas reservas florestais tinham por objetivo retomar as terras e proteger as florestas, mas os grileiros conseguiram destruir a Grande Reserva do Pontal, e apenas a Reserva do Morro do Diabo não foi devastada totalmente (FERNANDES, 1999).

Borges (2004, p. 113) em seu trabalho também identificou o desmatamento das áreas realizado pelos grileiros:

“(...) a derrubada das reservas florestais e a ocupação de áreas pertencentes ao Estado pelos grileiros que, utilizando-se do

trabalho dos camponeses, colocaram abaixo milhares de hectares de reservas nas áreas devolutas do Pontal, com a derrubada de cerca de 8 alqueires por dia. Em menos de 30 anos (1950 a 1978), as reservas florestais do Pontal do Paranapanema foram, em grande parte, devastadas.”

Percebe-se que a ocupação do Pontal do Paranapanema, apesar de ser realizada de forma ilegal, predatória e com violência, contou com a inércia do Estado, que não impediu a prática abusiva de grilagens, e tampouco cuidou das terras que lhe pertenciam. Percebe-se ainda, que a maior parte dos negociadores e fazendeiros envolvidos com a questão das terras, eram políticos da região ou pessoas ligadas ao governo (SOUZA, 2002).

Ao ocorrer o povoamento da região do Pontal, os posseiros e sitiantes inicialmente foram expulsos das terras pelos grileiros que ali chegavam. Entretanto, num outro momento, esses ex-posseiros e sitiantes voltaram à cena como trabalhadores das fazendas, na condição de arrendatários. Durante as décadas de 1960 e 1970 a situação se inverteu, pois esses sujeitos tornaram-se novamente posseiros, formando as glebas no centro das fazendas e dando um novo teor ao processo de lutas.

Esses fatos tornam evidente que o processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema ocorreu por meio de perseguições sofridas pelos camponeses da região desde o início da sua colonização. Entre as décadas de 1960 e 1980, com o desenvolvimento de diversas lutas, essa região reuniu o segundo maior número de conflitos que ocorreu no estado de São Paulo. Um desses conflitos aconteceu no início da década de 1960 no município de Estrela do Norte, onde um violento confronto entre parceiros, arrendatários e o latifundiário da fazenda Rebojo só teve fim depois da desapropriação da fazenda em 1964 (FERNANDES, 1999). O início desse conflito se deu quando os posseiros e pequenos arrendatários recusaram-se a deixar as terras, que ocupavam há vinte anos, para o fazendeiro João Diniz Alves. Com esse conflito o Governo Federal decidiu pela desapropriação da fazenda e, em 1967 foi legalizada a área para a implantação de um projeto de reforma agrária. Esse foi o primeiro sinal de um movimento de trabalhadores rurais organizados no Pontal, mas foi um movimento em nível local onde os trabalhadores se organizaram pela questão da posse da terra e não por uma questão nacional, como a reforma agrária. Nesse mesmo ano, 1967, ocorriam na fazenda

Bandeirante, localizada no interior da Reserva Florestal Lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio, diversos conflitos violentos entre o fazendeiro e os camponeses, com a expropriação de pequenos arrendatários e posseiros (BORGES, 2004).

Na década de 1980 os diversos conflitos fundiários deram início, na região, a uma série de reivindicações por parte dos trabalhadores rurais. Esses conflitos aconteceram a partir da construção de barragens de usinas hidrelétricas na região do Pontal do Paranapanema a partir da década de 1970 por meio da Cesp, integrada no “Programa para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema”⁷. O objetivo do Programa, inicialmente cumprido, visava à implantação de usinas hidrelétricas e de açúcar e álcool na região para assim dinamizá-la. Mas alguns anos depois, com a diminuição de investimentos nas obras e com a desaceleração das construções das usinas, diversos trabalhadores foram demitidos e o cenário passou a ser o do desemprego o que acabou gerando conflitos em torno da questão da terra. Além disso, na medida em que se construíam os lagos das usinas hidrelétricas a população local era transferida para outro lugar, causando o descontentamento geral. É nesse contexto que se registra um aumento dos trabalhadores expropriados, excluídos e marginalizados no Pontal.

Diante da situação de expropriação e marginalização dos trabalhadores, em 1983 houve uma grande ocupação nas fazendas Tucano e Rosanela, onde aproximadamente 350 famílias, sendo a maioria composta de trabalhadores desempregados das obras das usinas hidrelétricas, reivindicavam essas áreas. Borges (2004) acredita que 1983 foi o ano marco quando se pensa nos ‘sem terra’ (sem hífen) no Pontal do Paranapanema, principalmente quando se analisa o movimento da gleba XV de Novembro. Os fatos que marcaram o surgimento desse movimento foram as ocupações, no dia 15 de novembro, da fazenda Rosanela, de propriedade da Vicar S/A Comercial e Agropecuária, e da fazenda Tucano, cuja proprietária era a Camargo Corrêa, uma das empreiteiras da Cesp. No dia 23 de novembro as famílias acampadas nessas fazendas foram despejadas, e foi a partir de então que essas famílias formaram os acampamentos 15 e 16 de Novembro, localizados às margens da rodovia SP-613, que liga Teodoro Sampaio a Euclides da Cunha, Rosana e Primavera. Com o passar dos dias, esses acampamentos foram aumentando, uma vez que havia um boato de que o Estado faria doação de terras na região (FERNANDES, 1999). Depois de várias negociações, o governador do estado de São Paulo assinou o primeiro decreto de desapropriação de uma área para o

⁷ Tal Programa era uma política da Secretaria da Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

assentamento de aproximadamente 466 famílias que estavam acampadas nas margens da rodovia SP-613.

“Os movimentos que desembocaram na XV de Novembro diferenciaram-se da luta de posseiros e pequenos arrendatários, por enunciar forma de resistência em meio a conflitos, jogos de interesses entre mediadores e acampados, ações do Estado a reboque das práticas de luta, mas também espaços de unificação das práticas, e, por outro lado, de exposição das diferenças, como, por exemplo, dos conflitos entre integrantes do PT e do PMDB. Ressalta-se, então, o surgimento de novos sujeitos, os quais, num futuro próximo contribuíram para que o MST adentrasse à região.” (BORGES, 2004, p. 161)

A continuidade da luta pela terra ocorreu após o assentamento das famílias, em 1984, que haviam ocupado as fazendas Tucano e Rosanela. No Pontal do Paranapanema, os assentamentos gleba XV de Novembro e o Lagoa São Paulo são os mais antigos da região e foram originados a partir desse processo que ocorreu na década de 1980 (BEDUSCHI Fº, 2003).

Borges (2004, p. 141) comenta, com bastante propriedade, os conflitos pela posse de terra durante essa década:

“O mês de novembro de 1983 expressou, então, a junção de forças entre pequenos arrendatários, posseiros, ribeirinhos e trabalhadores desempregados da Destilaria Alcídia e hidrelétricas da região para a organização do movimento da gleba XV de Novembro. O ano de 1985 demarcou a ocupação da fazenda Água Sumida, em Teodoro Sampaio, derivando, em 1988, no assentamento de 121 famílias. Nesse mesmo ano dava-se o assentamento Areia Branca, no município de Marabá Paulista, envolvendo 140 famílias. O Reassentamento Rosana, realizado pela Cesp, ocorreu no ano de 1986, também como uma medida pública de ressarcimento dos impactos causados

pelas barragens, mas fundamentalmente pela situação de conflito presente no interior do assentamento gleba XV de Novembro, devido à área desapropriada não ter sido suficiente para assentar as famílias que, naquele contexto, lutavam pela terra.”

É, portanto, a partir da segunda metade do século XX que posseiros, pequenos arrendatários, ribeirinhos se tornaram os pioneiros dos movimentos sociais no Pontal do Paranapanema. Para os assentados de hoje é bastante claro quem foram os atores que fizeram parte da luta de conquista da terra, uma vez que são esses mesmos sujeitos que dão corpo aos movimentos sociais existentes na região e, em especial, o MST. Nesse sentido é interessante observar, na fala, de um assentado militante a forma como ele divide os componentes dessa luta:

“Então eu defino como três estratos sociais dentro dessa luta que forma esse corpo ali pela década de 90, os arrendatários, os bóia-fria, a maioria lá do norte e noroeste do Paraná, e os desempregados aqui do próprio estado de São Paulo de barragens, de barragens. A barragem é a simbologia desse, desse desemprego, é claro que não era só de barragem.”⁸

Dessa forma, aquele homem que uma vez expulso, retornou para reivindicar o seu pedaço de chão. Em 1980 tem-se a imagem dos ‘sem terra’ e, em 1990, em conjunto com o MST, os sem terra recomeçaram o seu histórico de lutas, e como afirma Borges (2004) “hifenizaram a palavra ‘sem-terra’”. Apesar do MST ter surgido na região após a década de 1990, movimentos de pequenos posseiros e arrendatários já resistiam e lutavam para permanecerem na terra. Através de relatos e de textos de jornais, acredita-se que foi a partir do movimento surgido para a conquista da gleba XV de Novembro que surgiu a figura do ‘sem terra’ no Pontal do Paranapanema. E foi na ocupação da Fazenda Nova Pontal que os ‘sem-terra’, com hífen, nasceram, sendo que estes últimos são representados por camponeses do MST (BORGES, 2004).

⁸ História de Vida, Sr. Z.L.S., Assentamento São Bento, 2004.

Sendo assim, a situação no Pontal do Paranapanema começou a se modificar com as ocupações de terras realizadas pelo MST, tendo ocorrido, em julho de 1990, a primeira ocupação feita pelo Movimento na região, na fazenda Nova Pontal, a qual se localizava em Rosana que, na época, era distrito do município de Teodoro Sampaio. Apesar das pressões, o governo paulista não atuou imediatamente na região, o que conseqüentemente fez com que a atuação desse Movimento se estendesse para outros municípios, como Mirante do Paranapanema, Presidente Epitácio, Euclides da Cunha, Rancharia, Martinópolis, Sandovalina, entre outros (FERNANDES et al., 2003).

O processo de ‘territorialização e espacialização’ da luta pela terra provocou um aumento no número de ocupações no estado de São Paulo. No ano de 1995, a região do Pontal era uma das principais regiões de conflitos fundiários do país, acontecendo o maior número de ocupações. As ocupações de terras no Pontal ganharam projeção nacional, a partir da organização pelos sem-terra do maior movimento de ocupação do Pontal do Paranapanema, em 26 de agosto de 1995. As ocupações ocorreram simultaneamente em três fazendas, a Santa Cruz, a Washington Luiz e a Flor Roxa, reunindo cerca de 2 mil famílias. Essas ocupações foram acompanhadas por uma equipe de filmagem que, posteriormente, as divulgou para a imprensa nacional. Com isso, a questão sobre as tensões na região ganhou notoriedade nacional num momento em que se intensificava, pelo governo federal da época, o debate sobre a reforma agrária. Assim, neste momento, qualquer proposta deveria abranger uma solução para os conflitos no Pontal do Paranapanema (ALMEIDA, 1996).

Essa região é, no estado de São Paulo, a que possui o maior número de assentamentos e de famílias assentadas, sendo que em grande parte dos municípios há a presença de assentamentos. De acordo com os dados de Fernandes et al. (2003), no período de 1984 a 2001, foram implantados 81 assentamentos, com 4.683 famílias ocupando uma área de 116.471 ha⁹. Porém, é preciso deixar claro que esses assentamentos são resultados de lutas de movimentos sociais e de posseiros da região.

⁹ O número de assentamentos e, conseqüentemente, de famílias assentadas aumentou entre os anos de 2001 e 2005. De acordo com matéria publicada em 26/03/2005 no jornal de Presidente Prudente “O Imparcial”, através de dados da Fundação Itesp, a questão fundiária no Pontal do Paranapanema possui uma expressiva participação no cenário estadual, uma vez que das cerca de 10 mil famílias assentadas em 163 assentamentos no Estado, seis mil se encontram assentadas em 99 assentamentos no Pontal, correspondendo a 60% do total de assentamentos e de famílias assentadas no estado de São Paulo.

Dados de Fernandes et al. (2003) apontam que no período de 1990 a 2001 foram realizadas 349 ocupações. O confronto entre os grileiros e os sem-terra fez, na década de 90, com que a região do Pontal se tornasse uma das regiões de maior conflito fundiário do país e, com o apoio do MST, nessa região se constituiu um forte movimento de trabalhadores rurais organizados.

É percebido que durante a década de 1990 vários movimentos sociais começaram a se organizar e a ganhar força na região. Durante os anos de 1994 a 1999 surgiram novos movimentos de sem terra, como: o Movimento Sem-Terra de Rosana, o Brasileiros Unidos Querendo Terra, o Movimento Esperança Viva, o Movimento da Paz, o Movimento Terra Brasil, o Movimento Unidos pela Paz, o Movimento da Paz Sem-Terra, o Movimento Terra e Pão, o Movimento Sem-Terra do Pontal e o Movimento Terra da Esperança¹⁰. Esses movimentos tiveram várias mudanças nas suas trajetórias. O Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra expandiu-se passando a efetuar ocupações em outros municípios tornando-se o Movimento Unidos dos Sem-Terra, mas com a prisão de um dos seus líderes esse movimento perdeu força e foi extinto. Os outros movimentos uniram-se e formaram o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST). Assim, o MST juntamente com o MAST, através das ocupações realizadas, provocaram um importante impacto socioterritorial na região do Pontal.

O aumento dos conflitos fundiários fez com que o governo estadual tomasse providências e realizasse um estudo sobre a condição fundiária do Estado. Na região, durante a década de 1990, os assentamentos rurais implantados possibilitaram o desenvolvimento da agricultura familiar, promovendo a geração de emprego e renda para várias famílias.

¹⁰ O Movimento Esperança Viva é uma divergência do MST; o Movimento Terra Brasil é uma dissensão do Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra; e o Movimento Terra da Esperança é uma dissensão do Movimento Unidos pela Paz (FERNANDES et al., 2003).

3.1. Assentamento São Bento e Santa Clara/Che Guevara: duas histórias num mesmo caminho

“O momento em que ocorre a ocupação significa muito mais que cortar a cerca. No imaginário daquelas pessoas a ocupação transforma o sofrimento em esperança que é refletida na possibilidade do resgate da dignidade.” (ALMEIDA, p. 61, 1993)

Com a ocupação da fazenda Nova Pontal em julho de 1990, em Rosana, deu-se o início da luta pela terra por meio da organização do MST. As 700 famílias que ocuparam essa fazenda eram originárias de vários municípios da região do Pontal e do estado do Paraná. Ficaram acampadas na área por apenas uma semana sendo depois despejadas. Com o intuito de desmobilizar o grupo, alguns fazendeiros enviaram caminhões e jagunços para apressar o despejo e reconduzir as famílias aos seus municípios de origem. Contudo, cerca de 450 famílias conseguiram resistir à tentativa de dissolução do grupo continuando acampadas nas margens da rodovia SP-613. Um dia depois do despejo, algumas famílias retornaram, juntando-se novamente ao grupo, denominando o acampamento de Novo Pontal. Depois de um mês da ocupação, as famílias estavam vivendo o drama da fome e, para saciá-la, pararam um caminhão na rodovia que carregava boi e leite e exigiram o suficiente para matar a fome. Esse fato foi bastante explorado por aqueles que eram contrários ao Movimento e, diante da situação, afirmavam que estavam vivendo um momento de insegurança para o transporte do gado.

No dia 15 de agosto de 1990, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) requisitou, por meio de uma liminar de reintegração de posse das margens da rodovia, que as famílias fossem retiradas dali. A realização desse despejo ocorreu na madrugada do dia 16 de agosto sendo mobilizados 800 policiais. Esse fato foi inédito na questão agrária do Brasil, apanhando de surpresa os líderes do Movimento que, com isso, não tinham uma decisão sobre outro lugar para as famílias ficarem. Com esse despejo, os fazendeiros conseguiram desmobilizar grande parte das famílias acampadas, sendo que metade delas foi reconduzida aos seus municípios de origem. Ainda assim, as lideranças conseguiram que 223 famílias

ficassem numa área do assentamento gleba XV de Novembro. Essas famílias ficaram acampadas durante 35 dias e, nesse período, houve a negociação com o governo para que elas pudessem montar o acampamento em outro lugar. Assim, em setembro, as famílias foram transferidas para uma área pertencente à Secretaria da Agricultura, a qual localizava-se na mesma rodovia, a SP-613. Nesse espaço de tempo, resolveram renomear o acampamento, chamando-o de Acampamento João Batista da Silva¹¹.

Depois de oito meses acampadas nas margens da rodovia, as famílias decidiram ocupar, em 23/03/1991, uma área de 2.872 ha da fazenda São Bento, localizada no município de Mirante do Paranapanema. Essa fazenda tinha ao todo 5.106 ha e estava sob o domínio de um famoso grileiro, ex-prefeito de Presidente Prudente, o Sr. Antônio Sandoval Neto. Além da fazenda São Bento, o ex-prefeito de Presidente Prudente também tinha em seu nome outras fazendas, como a Santo Antonio, a Alvorada e a Santo Emílio, as quais possuíam cada uma, uma extensão de cerca de 1.500 ha, que eram destinados à criação de gado. Sendo essas fazendas vizinhas da fazenda São Bento, e não havendo divisas para separar-lhes, acabavam por virar uma única fazenda, a fazenda São Bento (BORGES, 2004).

A percepção dos assentados de que esta foi uma ocupação que entrou para a história do Pontal do Paranapanema e, quem sabe, para a história do país, no que tange à questão agrária, se faz presente na memória deles, uma vez que nas suas falas sempre aparece a história da ocupação da fazenda, assim como, o domínio que o latifúndio exercia na região:

“A São Bento ela é uma, é uma luta histórica né. A São Bento ela tem um nome, que eu acho que, eu queria que mudasse de São Bento pra outro nome né, porque São Bento era o nome antigo da fazenda e faz um marco histórico da São Bento no Pontal né, porque no início que foi, a primeira área que foi ocupada aqui em Mirante pelos trabalhador e que o poder do latifúndio era muito forte na região, inclusive tinha muita influência no comércio em Mirante, tinha muita influência na sociedade de Mirante e nós era meio que sozinho, porque nós era desconhecido pela sociedade, então nós enfrentava uma

¹¹ O novo nome foi dado em memória de uma liderança do MST do Mato Grosso do Sul falecido em agosto de 1990, homenageado pelo reconhecimento de sua participação na luta pela terra.

dificuldade muito grande e aí, é desde a primeira ocupação em 91, o pessoal veio pra cá, eu cheguei mais atrasado, eu cheguei em setembro de 91, mas a partir daí desenvolveu um processo de luta permanente pra conquista da São Bento por entender que era uma área de cinco mil e poucos hectare e era o pivô do latifúndio.”¹²

Os trabalhadores rurais organizados decidiram por ocupar essa fazenda porque, além dela ser a representante do poder do latifúndio na região, o governo federal já havia decretado que esta área deveria servir para fins de reforma agrária:

“Com efeito, em 31/03/1987, o Presidente da República assinou o Decreto 94.161, declarando de interesse social para fins de reforma agrária, uma parte da fazenda São Bento, que corresponde a 2.872,50 ha.” (ALMEIDA, p. 52, 1993)

Essa primeira ocupação da fazenda São Bento se deu sob tiroteio atado pelo fazendeiro, o que não impediu as famílias de continuarem na ocupação, e quando o tiroteio cessou, as famílias desceram dos caminhões para construir seus barracos e para que os caminhões pudessem voltar à gleba XV retornando com mais pessoas. A partir deste primeiro dia, 23/03/1991, mais 24 famílias também ocuparam a fazenda São Bento. A lembrança dessa ocupação está presente na memória dos assentados que vivenciaram o fato, assim como o violento despejo que sofreram com a presença da tropa policial.

“O acampamento João Batista da Silva aí veio pra cá, aí eu fui pra lá, aí fiz o barraco aqui e fiquei morando ali, nós era 247 família, com quatro dias que eu tava lá veio o despejo (...) e veio 500 policial, 200 cachorro, cavalaria né, tropa de choque e um caminhão de caixão ainda.”¹³

¹² Entrevista Sr. D.A.R., Assentamento São Bento, 2005.

¹³ História de Vida, Sr. J.R.F., Assentamento São Bento, 2004.

No dia 25 de março do mesmo ano foi concedida uma liminar de reintegração de posse a Antonio Sandoval Neto. Porém, os trabalhadores acampados, decidiram por não desocuparem a área e deram início ao tombamento da terra para o plantio de feijão.

“A terra tombada tornava-se um símbolo, uma representação do trabalho partilhado, bem como do desejo de ser e de viver camponeses na terra.” (BORGES, 2004, p. 218)

Em 9 de abril vários policiais chegaram à área para efetivarem o despejo das 247 famílias acampadas. Essa desocupação foi negociada entre as lideranças do Movimento e o comandante da operação militar que estabeleceram um prazo de trinta dias para que o governo encontrasse uma solução para as famílias, caso contrário elas voltariam a ocupar a fazenda São Bento. Na negociação os trabalhadores fizeram a proposta de acampar numa área da estação Engenheiro Veras, do ramal ferroviário desativado de Dourados, pertencente à Fepasa (Ferrovias Paulistas S/A).

Com o fim do prazo, e sem nenhuma solução para as famílias, os trabalhadores mais uma vez ocuparam a fazenda e fizeram o tombamento de 5 ha para o plantio de milho, mandioca, arroz e feijão. A área ocupada ficava cerca de 50 metros do lugar em que as famílias estavam acampadas na estação ferroviária desativada. Novamente o fazendeiro entrou com um pedido de reintegração de posse e as famílias tiveram que deixar a área. Nesse momento, as famílias optaram por uma nova tática, a de manter o acampamento na estação Engenheiro Veras e entrar nas áreas da fazenda somente para plantar. Assim, todas as vezes que os oficiais de justiça aparecessem, os trabalhadores estavam no acampamento localizado fora da fazenda. Na verdade, o acampamento nessa ferrovia desativada era uma estratégia do Movimento, já que ela localizava-se nas proximidades da fazenda e a cada nova ocupação as famílias tombavam a terra para o plantio de gêneros alimentícios, sendo esse plantio mais uma forma de legitimar a ação do Movimento do que uma forma de obtenção de rendimentos econômicos, além de expor para a sociedade a importância do trabalho rural. Deste modo, mesmo que as famílias estivessem acampadas fora da área plantada elas ainda assim cultivavam a terra. Com isso, ia-se esgotando a força do fazendeiro, e as famílias tentavam vencê-lo pelo cansaço, isto é, ocupando a fazenda tantas vezes fossem possível (BORGES, 2004). Descontente com tal situação, o fazendeiro-grileiro impediu, por meio de jagunços, a

entrada das famílias na fazenda e no dia 10 de junho ocorreu o primeiro confronto armado entre os jagunços e os trabalhadores, sendo que estes últimos foram recebidos a tiros.

Devido à tensão que se criou na região, o governador do estado da época, Luís Antônio Fleury Filho, assinou um decreto em 21 de junho de 1991 em que requisitava 2.872 ha da fazenda São Bento para o acampamento das 247 famílias. Porém, por meio de uma liminar, o fazendeiro-grileiro conseguiu suspender o decreto. Mas o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo destinou uma área de 10 ha da fazenda para as famílias montarem acampamento. Algumas famílias acamparam nesses 10 ha e outras continuaram acampadas na estação Engenheiro Veras.

No início de abril de 1992 o MST conseguiu mobilizar, através da divulgação da luta pela conquista da terra, cerca de 900 famílias dos municípios da região do Pontal e do norte do estado do Paraná para que no dia 01/05/1992 fosse realizada a reocupação da fazenda São Bento e ocupação da fazenda Canaã. Com a liminar de reintegração de posse as famílias novamente se viram obrigadas a se retirar da área ocupada e acamparam também às margens do ramal ferroviário. Este acampamento foi chamado de Primeiro de Maio. Mesmo acampados fora da fazenda São Bento, os trabalhadores continuaram com suas plantações dentro da fazenda.

Para fortalecer a luta pela conquista da terra, nos dias 27 e 28 de fevereiro de 1993 as famílias dos acampamentos João Batista da Silva, Primeiro de Maio e mais aproximadamente 600 famílias da região e do norte do Paraná se uniram e ocuparam uma área da fazenda São Bento, próxima ao assentamento Santa Clara. Mas, no dia 08 de março, mais uma vez as famílias foram despejadas da área da fazenda e acamparam nas margens do ramal ferroviário desativado da Fepasa. A união dessas famílias originou um único e grande acampamento, o União da Vitória, que tinha cerca de 1.800 famílias. A memória desse grande acampamento, chamado na época “cidade de lona preta”, está presente na fala dos assentados do assentamento São Bento:

“Eu cheguei, vim visitar o pessoal aqui do Movimento, vê como que era e, na época, tinha 1.780 famílias num acampamento do

Movimento, aí eu conheci o Movimento e vi aquela ilusão grande assim, eu me animei.”¹⁴

Em abril de 1993 as famílias do acampamento União da Vitória realizaram um mutirão de mais de mil pessoas e doze tratores para tombar 200 ha da fazenda São Bento para o plantio de feijão, milho e mandioca e, com isso, pressionar o governo para acelerar as negociações para o assentamento das famílias. O fazendeiro, através de seu advogado, entrou com um pedido de liminar de reintegração de posse, mas como as famílias estavam acampadas em outra área, criou-se um novo impasse. Com isso, o fazendeiro ameaçou destruir a plantação, mas as famílias resolveram fazer vigília na área para impedir a destruição. Assim, as famílias continuaram a plantar na área da fazenda e a acampar fora dela, até que em fevereiro de 1994 foi realizado um acordo entre o governo do estado e o fazendeiro para a indenização das benfeitorias da fazenda. Até abril de 1994 o Movimento havia realizado 22 ocupações na fazenda São Bento. Essas ocupações significavam uma estratégia do Movimento para agilizar o processo de assentamento das famílias acampadas (FERNANDES, 1999).

As ocupações na fazenda São Bento configuram-se em um marco histórico, uma vez que colocaram em evidência o movimento organizado pelos trabalhadores rurais sem-terra que exigia seus direitos frente ao Estado. O assentamento na fazenda São Bento foi a segunda conquista do MST no Pontal do Paranapanema e significou a derrota de um dos maiores grileiros da região. Depois de quatro anos de negociações, em julho de 1994 o governo do Estado começou a realizar o assentamento provisório de 996 famílias na fazenda São Bento, tendo sido atribuída uma área de três hectares e meio para cada família. A esperança e a vontade de voltar para a terra era muito forte entre os sem-terra e foi somente por isso que eles conseguiram passar por todas as mazelas durante todos esses anos de luta.

“Eu queria voltar pra terra e aqui tava saindo a terra, tava saindo..., aí eu vi aquele Movimento e eu fiquei animado, falei: eu vou entrar também, eu vou pegar um lote, eu vou voltar pra terra. Como de fato fiquei, e essa terra prometida, sai hoje, sai amanhã e com isso nós ficamos três, quatro anos, pegamos um emergencial de 2 ha, de 2 ha foi pra 4 ha, até que um dia saiu o

¹⁴ História de Vida, Sr. J.P.L, Assentamento São Bento, 2004.

definitivo e nesse definitivo eu tô até hoje, fez 10 anos, fez agora em um tempo atrás, em junho. E nós tamo aí, tocando a vida, plantando roça e trabalhando.”¹⁵

No final de 1995, 184 famílias foram assentadas nos lotes definitivos, distribuídos em quatro setores, tendo eles áreas entre 18 e 22 hectares, podendo ser verificado através da Figura 2.

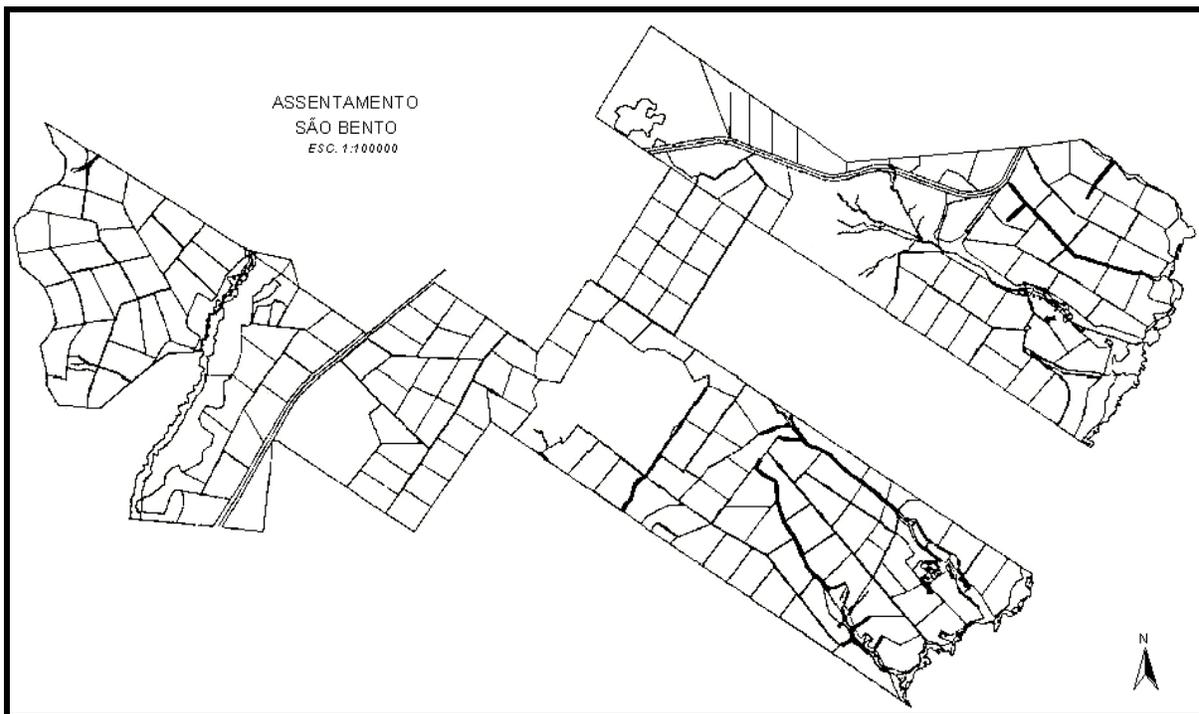


Figura 2. Mapa da divisão dos lotes do assentamento São Bento, Pontal do Paranapanema-SP.

Fonte: Itesp, 2005.

Na pesquisa sobre os impactos dos assentamentos rurais no estado de São Paulo, realizada por Bergamasco et al. (2004), foi verificado que a grande maioria dos assentados da fazenda São Bento encontrava-se empregada, antes de ser assentada. Isto significa que a luta pela reforma agrária é, antes de tudo, uma luta ampla, que não engloba apenas a questão do emprego, mas também a busca pela autonomia, pela habitação e, sobretudo, por uma nova forma de vida. Nessa pesquisa constatou-se que cerca de 87% dos assentados amostrados já

¹⁵ História de Vida, Sr. J.P.L., Assentamento São Bento, 2004.

possuía alguma experiência agrícola anterior, sendo que a maioria era arrendatário ou parceiro e apenas uma pequena porcentagem já havia possuído um pedaço de terra. Tal fato vem reafirmar a ligação que essas pessoas possuem com o campo.

Atualmente, a grande maioria dos agricultores, da nossa amostra, do assentamento São Bento está assentada entre seis e dez anos (Tabela 2), ou seja, são pessoas que participaram do processo de luta pela terra.

Tabela 2. Tempo das famílias no Assentamento São Bento, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.

Anos	Assentamento São Bento	
	n°	%
≤ 1	02	7,4
2 a 5	02	7,4
6 a 10	23	85,2
11 a 13	00	0,0
TOTAL	27	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

Para a maioria desses assentados amostrados a situação vivida por eles, nos dias atuais, está muito melhor se comparada com a fase anterior ao assentamento. Isto está refletido em algumas melhorias que ocorreram em suas vidas, como é o caso da moradia, da alimentação, da segurança e do poder de compra.

Através dos questionários aplicados junto aos assentados percebemos que a composição da família é representada, sobretudo, pela(o) esposa(o) e pelos filhos. Esses dados nos mostraram também que 81,5% dos titulares dos lotes, dentre aqueles amostrados, são casados, havendo apenas uma pequena porcentagem de viúvos, solteiros e separados, sendo que 66,6% têm entre 41 e 60 anos de idade, com filhos cuja faixa etária está entre 11 e 30 anos (70%).

Tabela 3. Estado civil do titular do lote, Assentamento São Bento, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.

Situação	Assentamento São Bento	
	nº	%
Casado (a)	22	81,5
Solteiro (a)	02	7,4
Viúvo (a)	02	7,4
Divorciado (a)	01	3,7
TOTAL	27	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

Como a atividade na roça é bastante desgastante, 59,3% dos assentados pesquisados preferem descansar quando lhes sobra algum tempo e apenas 22,2% optam por assistir televisão nesses momentos. Recebem visitas nos lotes, principalmente, de amigos do assentamento e parentes, a quem lhes é atribuída uma grande confiança. Os assentados desse assentamento costumam participar de mutirões quando estes ocorrem. Uma grande porcentagem da nossa amostra (92,6%) acredita que a vida no campo é melhor do que na cidade, pois conseguiram conquistar alguns elementos essenciais de infra-estrutura como energia elétrica, água encanada, posto de saúde e escola.

Tabela 4. Melhor lugar para viver, Assentamento São Bento, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.

	Assentamento São Bento	
	nº	%
Cidade	02	7,4
Campo	25	92,6
TOTAL	27	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

Apesar do registro na melhoria das condições de vida, para 70,3% dos assentados amostrados a situação dos agricultores da região estava, na época da pesquisa, regular e ruim, necessitando de maiores investimentos na produção, através de financiamento, pois 48,1% dos assentados acreditam que seu futuro depende, fundamentalmente, de políticas do Governo.

Pode-se dizer que a história de formação do assentamento São Bento está vinculada à história de formação do assentamento Santa Clara/Che Guevara, pois ao mesmo tempo em que iam acontecendo as ocupações na fazenda São Bento, também outras ocupações ocorriam no município de Mirante do Paranapanema, como as da fazenda Santa Clara e as da fazenda Flor Roxa, entre outras. E embora a luta pela conquista da fazenda São Bento ter se iniciado antes da luta pela conquista da fazenda Santa Clara, foi esta fazenda a primeira a ser desapropriada pelo Estado por pressão do MST, como descrito a seguir.

Com o decorrer da luta das famílias do acampamento João Batista da Silva para a conquista da fazenda São Bento, foi mobilizado, pelo Movimento, um novo grupo com 600 famílias de bóias-frias, arrendatários, parceiros e meeiros das cidades da região do Pontal e do norte do estado do Paraná. Esse grupo foi mobilizado em menos de três meses. No primeiro dia de setembro, essas famílias ocuparam uma parte da fazenda Santa Clara, de 5.000 ha. A definição por ocupar essa fazenda foi estratégica, pois ela faz divisa com a fazenda São Bento e, futuramente, poderia favorecer a implantação de outros assentamentos na área. Para se organizarem internamente foram formados, no acampamento, vários grupos de 20 a 30 famílias que se reuniam para discutir os problemas do acampamento. No decorrer da luta, o “proprietário” da fazenda entrou com um pedido de liminar de reintegração de posse e no dia 5 de setembro o comandante da polícia militar, juntamente com as lideranças do MST, negociaram a retirada das famílias transferindo-as para a área da estação Noêmia da Fepasa. Este acampamento foi batizado de Primeiro de Setembro. No mês de novembro, as famílias desse acampamento ocuparam duas vezes a fazenda Santa Clara e com cinco tratores tombaram uma área de 200 ha para a formação das lavouras de arroz, milho e mandioca.

“Nós entrava aqui, nós entrava aqui, ponhava o pessoal pra trabalhá (...). Nós ocupava, ponhava o pessoal pra trabalhá a terra e aí nós ficava atrás dum, dum médico pra quem tava

doente, atrás dum adevogado, dum juiz pra não ser despejado e no fim a gente tava assim sendo despejado.”¹⁶

Essas famílias seguiam a mesma estratégia utilizada pelas famílias que ocupavam a fazenda São Bento, isto é, ocupavam uma área da fazenda Santa Clara e começavam a tombar a terra para o plantio. Durante o dia as famílias trabalhavam nessa área e à noite elas voltavam para o acampamento na estação. Essa estratégia acabou sendo adotada por várias famílias “sem-terra” na luta pela conquista da terra (BORGES, 2004).

Em março de 1992, uma comissão formada pelas lideranças dos acampamentos Primeiro de Setembro e João Batista da Silva, reuniu-se com o governador do Estado, e foi nesse momento que os trabalhadores foram informados que o “proprietário” da fazenda Santa Clara e o Estado negociaram a desapropriação de 970 ha de terras devolutas, que faziam parte da fazenda, ficando o Estado responsabilizado pelo pagamento das benfeitorias da área ao suposto proprietário.

Com as várias ocupações que se seguiram, o MST procurava pressionar o Estado a se manifestar sobre as terras devolutas do 11º perímetro¹⁷. Assim, os prefeitos da região reuniram-se para que fosse acelerado o processo de acordo da fazenda Santa Clara. Juntamente com o grupo Primeiro de Maio, o grupo Primeiro de Setembro reocupou as fazendas Flor Roxa e Santa Clara no fim de outubro de 1992. O “proprietário” da fazenda Santa Clara negociava com os trabalhadores a permanência das famílias na área plantada. As famílias acampadas nessa fazenda já haviam demarcado os lotes e trabalhavam na primeira colheita quando, finalmente, em janeiro de 1993, o Estado indenizou as benfeitorias dos 970 ha da fazenda Santa Clara, iniciando assim o assentamento provisório de 315 famílias.

“A gente acampou dia 13/07/1990 e viemo a assentá aqui definitivo em 1998. Antes passemos por um lote provisório e ficamos um ano lá, 2 anos. Provisório é um acampamento a mesma coisa, só muda a característica porque fica mais espaçoso, mas é um acampamento porque tem é 1 ha pra você trabalhar e morar. Ali você

¹⁶ Entrevista, Sr. M.N.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

¹⁷ Perímetros são unidades territoriais utilizadas pela Procuradoria Geral do Estado, quando de sua constituição em 1939 (FERNANDES, 1999).

não poderia fazer um poço definitivo, você não poderia plantar uma árvore, você não poderia plantar um pé de fruta, porque mora um ano e você poderia sair e o que seria seu? Então é uma coisa, é provisório mesmo né.”¹⁸

Almeida (1996) constatou que das famílias que estavam no assentamento emergencial a maioria possuía, antes da entrada no assentamento, rendimentos que ficavam abaixo de um salário mínimo e esses rendimentos eram provenientes do meio rural, já que a grande maioria era arrendatária de terras.

Quando a área da fazenda Santa Clara foi destinada ao assentamento das famílias, estas optaram por manter o assentamento de forma emergencial, já que o número de famílias era grande e não haveria terra para todas. Assim, as famílias negaram a proposta do Itesp em demarcar os lotes definitivos (de 15 a 18 ha) e optaram por lotes emergenciais de 3 ha para que assim pudesse comportar todas as famílias. De certa forma, essa foi uma boa estratégia, pois impediu a fragmentação do processo de luta, mas por outro lado, dificultou o desenvolvimento do assentamento.

Após o assentamento emergencial das famílias iniciou-se a organização econômica, realizada a partir da organização anterior existente no acampamento, uma vez que as famílias já discutiam uma forma de como trabalhar a terra. Para isso, respeitou-se a configuração dos grupos, totalizando, no assentamento, 19 grupos de famílias que foram distribuídos por meio de sorteio. As famílias dividiram-se em lotes coletivos e lotes individuais. O grupo coletivo era composto por 55 famílias, cujos objetivos eram o aumento da produtividade, por meio da divisão do trabalho, e facilitar a comercialização de seus produtos (ALMEIDA, 1993).

Em 1995, época ainda de assentamento emergencial, o assentamento Santa Clara/Che Guevara estava organizado de duas maneiras. A primeira agregava as famílias de lotes individuais, os quais eram compostos por 18 grupos, que possuíam, cada um, seus coordenadores. Destacam-se entre os individuais dois grupos, o grupo 16 e o grupo 20, que embora trabalhassem individualmente, estavam organizados por meio de uma associação. A segunda forma de organização era a coletiva, a qual era composta por apenas um grupo, o grupo 17, formado por 24 famílias. No coletivo todos os processos da atividade agropecuária

¹⁸ História de Vida, Sr. V.M.D., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

eram organizados de maneira conjunta. A presença de grupos individuais e do grupo coletivo demonstraram a existência de modos distintos de organização do processo familiar de produção. Na Figura 3 pode-se ver a distribuição inicial destes grupos, num momento em que nem mesmo a agrovila estava demarcada.

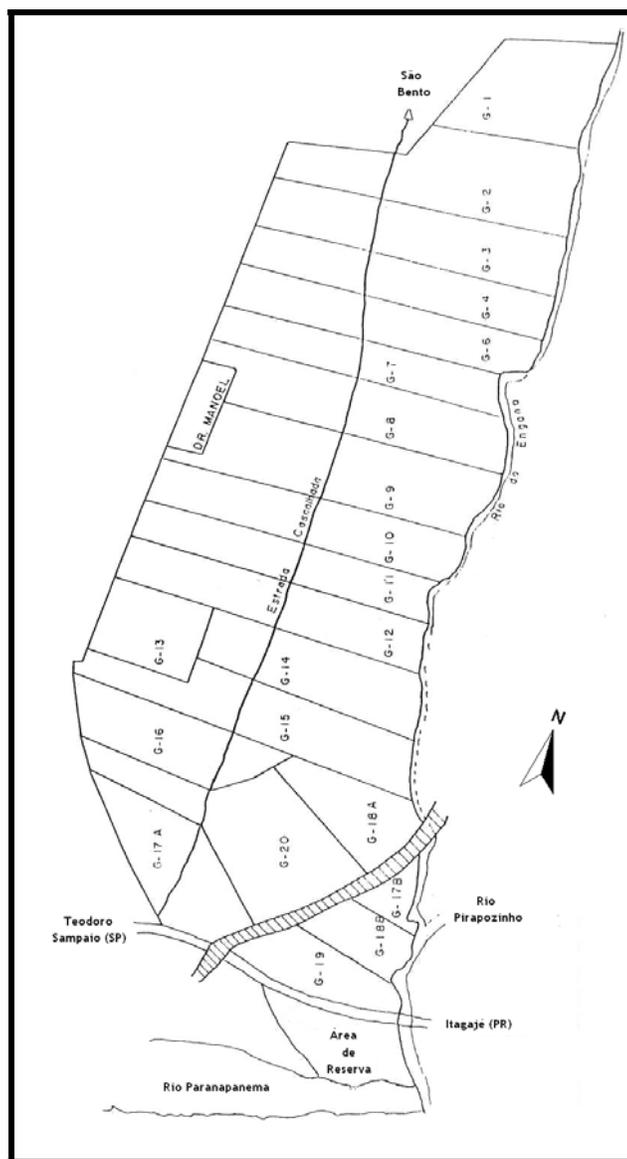


Figura 3. Croqui Assentamento Santa Clara, Pontal do Paranapanema-SP.

Fonte: Itesp, 2005.

As famílias que trabalhavam individualmente eram as mais descapitalizadas e optaram por essa forma de produção porque tinham o receio de se sentirem exploradas, o que não

impediu o fato de alguns assentados realizarem contrato com uma feccularia para o plantio de mandioca tornando-se um quase “empregado”.

Almeida (1996, p. 209) acredita que para os assentados:

“No seu universo de relações é permitido ser explorado pelo atravessador que representa o outro, mas jamais pelo assentado que representa um igual.”

Diante das incertezas e das dificuldades enfrentadas, grande parte dos assentados individuais optou pelo trabalho temporário fora do lote.

Foi, ainda, durante o acampamento que surgiu a idéia de organização coletiva da produção e, no assentamento emergencial, apenas 24 famílias optaram por essa forma de organização. Como o período de acampamento foi curto, em relação ao da fazenda São Bento, foi curto também o tempo para a formação de um referencial coletivo, assim, com o passar do tempo, houve a desistência de algumas famílias em continuar no grupo coletivo e, no final de 1995, apesar das conquistas realizadas por esse grupo, restavam apenas nove associados, sendo que dois destes já expressavam o desejo de trabalhar de maneira individual (ALMEIDA, 1997). Dessa forma, com o passar dos anos esse grupo coletivo acabou se dissolvendo, e atualmente ele já não mais existe.

O assentamento Santa Clara/Che Guevara tem em sua história um fato muito importante, uma vez que é a primeira grande conquista do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na região do Pontal do Paranapanema. Apesar disso, a conquista deste assentamento ocorreu de forma, relativamente, tranqüila se comparada à fazenda São Bento, pois a fase de acampamento foi de apenas nove meses e após esse tempo as famílias foram para uma área emergencial dentro da fazenda. Isso ocorreu porque o fazendeiro era uma pessoa que não queria conflitos, sendo então mais simples a negociação da terra. Apesar da fase de acampamento ter sido curta, no lote emergencial, de 3 ha, as famílias permaneceram durante cinco anos, pois o número de famílias era muito grande e a terra da fazenda não comportava todos. Neste sentido, quando foram assentadas, definitivamente, ficaram apenas 46 famílias. O restante partiu, novamente, para a luta continuando a conquista de outras áreas como, por exemplo, a área da fazenda São Bento (BORGES, 2004).

“Aqui no nosso acampamento nós ficamos acampado uns, uns oito, nove mês, aí depois dos oito mês aí nós ganhô o lote provisório, do lote provisório aí ficamos cinco, seis ano no lote provisório, aí depois pegamos o definitivo e tá aqui no definitivo.”¹⁹

É interessante observar que das 46 famílias que ficaram no lote definitivo, 39 eram oriundas de Itororó do Paranapanema, distrito de Estrela do Norte, localizado próximo à Mirante do Paranapanema. Em termos de infra-estrutura há nesse assentamento uma pequena agrovila, embora poucas famílias morem nela, pois a grande maioria preferiu morar no próprio lote e, nessa agrovila, considerada como sendo o centro do assentamento, há uma escola.

Os dados dos questionários, aplicados em 15% do número total de assentados, nos indicaram que a composição familiar nesse assentamento é representada, sobretudo, pela(o) esposa(o) e pelos filhos. Esses dados nos mostraram também que a quase totalidade dos titulares dos lotes pesquisados são casados, sendo que 80% deles pertencem a faixa etária de 30 a 50 anos e 80% de seus filhos possuem idade entre 11 e 30 anos.

Tabela 5. Estado civil do titular do lote, Assentamento Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.

Situação	Assentamento Santa Clara/Che Guevara	
	nº	%
Casado (a)	00	90,0
Solteiro (a)	10	00,0
Viúvo (a)	00	10,0
TOTAL	10	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

Atualmente, a grande maioria dos agricultores, da nossa amostra, do assentamento Santa Clara/Che Guevara está assentada entre onze e treze anos (Tabela 6), ou seja, são pessoas que participaram do processo de luta pela terra.

¹⁹ Entrevista, Sr. M.N.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

Tabela 6. Tempo das famílias no assentamento Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.

Anos	Assentamento Santa Clara/Che Guevara	
	nº	%
≤ 1	01	10,0
2 a 5	02	20,0
6 a 10	01	10,0
11 a 13	06	60,0
TOTAL	10	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

Quando possuem uma folga nas atividades realizadas na propriedade 50% dos titulares amostrados visitam ou recebem parentes e amigos. Assim como os assentados do assentamento São Bento, os assentados do Santa Clara/Che Guevara costumam realizar mutirões quando são requisitados. Para 80% da nossa amostra nesse assentamento a vida no campo é melhor do que na cidade. Em termos de infra-estrutura o assentamento tem água encanada, energia elétrica e escola, poucos são os assentados que possuem telefone em suas casas. Para 60% dos assentados pesquisados a vida depois que passaram para a viver no assentamento melhorou muito, sobretudo, no que se refere à moradia, à alimentação, à segurança e ao poder de compra. Para 90% desses assentados seu poder de compra aumentou depois de assentados. Embora avaliem que sua condição de vida tenha melhorado, 60% dos assentados amostrados acreditam que a situação dos agricultores da região está regular e ruim, pois precisam de maiores investimentos na produção, através de financiamento. Para isso contam com o apoio do governo através de políticas que possibilitem a melhoria das condições de produção, já que 50% deles acreditam que seu futuro depende do governo e deles mesmos.

É importante frisar o impacto demográfico que os assentamentos rurais exerceram na região do Pontal do Paranapanema, uma vez que existem milhares de famílias assentadas que dinamizam a economia de uma das regiões mais pobres do Estado. E, apesar de boa parcela dos assentados terem se transformado em agricultores familiares bem estabelecidos, com boa produção e rentabilidade, há ainda uma parcela não desprezível de assentados que encontram grandes dificuldades para se enquadrar aos mecanismos da política agrícola brasileira, que é ainda, bastante precária, inadequada e instável (BERGAMASCO et al. 2004).

4. ASSENTAMENTOS SÃO BENTO E SANTA CLARA/CHE GUEVARA: CONVERGÊNCIA DE INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES

O diagnóstico dos procedimentos das organizações e instituições²⁰ deve partir da análise dos seus propósitos. Apesar de, numa determinada localidade, haver a ocorrência de diversas organizações cujas linhas de atuação possam ser diferentes, elas possuem um ponto em comum, qual seja, a promoção do interesse comum dos seus membros. Desta forma, os indivíduos se reúnem em um grupo com o objetivo de promoção do interesse coletivo.

Nesse sentido, foram identificadas diferentes formas de organizações e instituições nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara. As organizações e instituições aqui relatadas são aquelas que mais apareceram nas falas dos assentados por fazerem parte de seu cotidiano e não, necessariamente, pelo grau de importância dado a elas. Sabe-se que outras instituições como universidades, Ongs, partidos políticos também desenvolvem atividades nos assentamentos, porém essas não foram identificadas pelos nossos entrevistados.

4.1. A influência mais presente: o MST

As ocupações das Fazendas São Bento e Santa Clara ocorreram por meio da organização dos trabalhadores rurais sem-terra através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo que este chegou à região do Pontal no início da década de 1990. Tal acontecimento foi observado nas lembranças das lideranças desses dois assentamentos, que ao narrarem suas histórias de vida apresentavam, com riqueza de detalhes, a chegada do Movimento nessa região.

“O Movimento vem pro Pontal em 90. Ele faz a primeira ocupação em 90, aqui já tinha a luta pela terra, já tinha uma movimentação, e o MST se instala, várias lideranças de outros cantos do país são remanejadas pra vim fazer esse trabalho no Pontal, essas pessoas forma então um corpo orgânico ao MST,

²⁰ Por organizações entendemos aquilo que é formado por indivíduos que se unem em busca de um determinado objetivo e que apresentam um comportamento cooperativo. As instituições são estruturas formadas pelo poder...

elas começa a desenvolver um trabalho e lá no norte, no noroeste do Paraná eles encontram ainda muita gente com fortes raízes com a terra, apesar de já estar na cidade, e é o meu caso e o caso de uma enormidade de gente, que ele sai recém da, da roça, vão pra cidade, tão naquela fase de perda da identidade, ela ainda não tá totalmente perdida, ela ainda tá em processar essa, essa fase porque aquela fase que ele não se define como urbano, nem como rural e é a fase mais crítica né, a perda da identidade, isso é complicado a perda da identidade né.²¹

O tempo de acampamento é bastante significativo, uma vez que é durante esse período que ocorre uma maior participação dos indivíduos, pois todos possuem o mesmo objetivo, qual seja, o de conseguir a terra. Assim, participar do acampamento é decorrência de decisões adotadas a partir de desejos e de interesses, com a função de transformação da realidade (FERNANDES, 2000).

Na fase do acampamento algumas instituições e organizações se fazem presentes e de acordo com o grau de envolvimento elas serão consideradas pelos assentados significantes ou não no decorrer dessa fase. Assim, durante a fase de acampamento, tanto os assentados do assentamento São Bento, quanto os do assentamento Santa Clara/Che Guevara declararam que a instituição de maior importância foi o MST, pois foi por meio das ações desse Movimento que houve pressão sobre o governo estadual para a desapropriação da área ocupada. O grau de confiança nesse Movimento social é bastante evidente nos dois assentamentos, chegando a 85% da amostra pesquisada no assentamento São Bento e 70% no assentamento Santa Clara/Che Guevara.

Um fato que chama a atenção era que na época de acampados os jornais regionais persistiam em dizer que os responsáveis pelas ocupações eram integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ignorando o fato de que os sem-terra pudessem se organizar e formar um movimento autônomo. Claro que houve a participação dessas instituições durante o processo de constituição dos assentamentos do

²¹ História de Vida, Sr. Z.L.S., Assentamento São Bento, 2004.

Pontal do Paranapanema. Entretanto, nesse momento, existia também uma outra organização atuando nesse processo e apenas mais tarde houve o reconhecimento da presença do Movimento Sem Terra no acampamento. A aceitação da presença do MST está vinculada à figura de líderes e não do contingente de pessoas que formavam o Movimento, nesse sentido, os jornais, da época, negavam as práticas de pessoas comuns através de sua autonomia e organização (BORGES, 2004).

Um acampamento é a genuína cidade de barracos de lona, sendo um modo de luta amplamente difundida pelo MST combinando três objetivos, que são educar e manter mobilizada a base sem-terra; comover a opinião pública para a causa da luta pela terra e, por último, pressionar as autoridades responsáveis pela realização da Reforma Agrária. Mesmo acampados, os sem-terra praticam outras ações combinadas de luta, como audiências, atos públicos, caminhadas, breves acampamentos em locais públicos nas cidades. (CALDART, 2000).

“O Movimento é um grupo de pessoas que vão ter que coordenar as ações e as ações de mobilização pra, pra reivindicar. Na época do acampamento, nós tava acampado e o Movimento se articulava com a sociedade pra cobrar o assentamento das famílias, que aqui é uma região grande de áreas pública né.”²²

A organização interna do acampamento ocorre, inicialmente, com a formação dos núcleos de base, terminologia herdada a partir das ações da CPT, os quais são compostos, normalmente, por dez a trinta famílias de acordo com o critério de proximidade delas, ou seja, seguindo o critério de procedência do mesmo município. Com a formação do grande acampamento União da Vitória, a organização da infra-estrutura se deu a partir da composição de 48 grupos tendo cada um entre 30 a 100 famílias.

Entre os militantes do MST é comum ouvir o termo “organicidade”, que significa “a relação que deve ter uma área de atuação do movimento com outras, isto porque um movimento social, nos moldes do MST, é muito complexo e sua construção atinge várias

²² Entrevista, Sr. D.A.R., Assentamento São Bento, 2005.

dimensões da vida humana” (BOGO, 1999, p. 131). Assim, de acordo com a narração de um assentado, o acampamento funcionava através da seguinte lógica:

“Essa questão de grupo no, no acampamento, como tudo era novo, naquela época acampamento era uma questão nova, então existia uma, tinha que ter uma forma de organicidade, porque você imagina você ter aí acampamento, que nem igual tinha aqui de quinhentas, seiscentas, mil famílias, como é que você vai coordená isso né? Quem falava com quem? Tinha que dividi isso em setores, porque senão, se acontece alguém que tava doente lá, quem é que ia corrê atrás, ia ser todo mundo? Ah sei lá, segurança, vários setores que tinha, educação, quem é que ia mexer? Então criava esses setores simplesmente para facilitar o problema de trabalho. Na verdade você criava uma cidade, um acampamento criava uma cidade, você tinha que criá nesse acampamento uma estrutura de uma cidade, é como uma prefeitura, tinha que ser pensado como uma prefeitura, tem secretário disso, daquilo, daquilo, como é que o prefeito vai saber, o médico vai saber onde é que tá os problema? Vivia no acampamento, morava no acampamento, e vivia, então tinha que criar essa organicidade né, e isso era formado conforme a capacidade de cada um. Ah, eu conheço de ervas, então você vai cuidar de ervas e vai fazer tratamento com ervas, ah eu conheço um pouco de educação, então você vai gerenciar a educação.”²³

Segundo Caldart (2000), nos núcleos são organizados os principais serviços, havendo uma divisão de tarefas, dessa forma são formados os vários setores dentro do acampamento para facilitar o dia a dia dos acampados, como: o setor de alimentação, educação, saúde, higiene, religião, produção, finanças, lazer. Em cada um desses setores há o seu respectivo coordenador e as equipes de trabalho, que são responsáveis pelas tarefas e se reúnem regularmente para avaliar e planejar as atividades. Nos acampamentos existe também uma

²³ Entrevista, Sr. V. M.D., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

coordenação geral, a qual tem a responsabilidade de dar unidade ao trabalho das diversas equipes, como encaminhar as lutas, negociar com o governo e se relacionar com a sociedade. O órgão máximo de decisão do acampamento é a assembléia geral das famílias acampadas, que costuma se reunir periodicamente. A organização do acampamento está ainda bastante presente nas lembranças dos assentados, como podemos observar através do relato de um deles.

“Funciona assim, por exemplo, primeiro, no começo tem uma coordenação que era geral né, depois cada grupo tinha um coordenador. O coordenador era, que nem eu era o coordenador, do grupo tinha o coordenador de, por exemplo de segurança, tinha o coordenador de saúde, tinha de limpeza, de trabalho, tinha de tudo. Cada parte tinha um coordenador, de educação, de religião. Eu era coordenador do grupo. Agora quem sempre que reunia mais era só o coordenador mais e o, os quatro coordenador que era da (coordenação), geral né. Aí discutia os problema, aí quando tinha um problema, por exemplo, assim na parte de segurança aí aquele coordenador de segurança ia e passava pras família de como que ia fazê. Todo, todo acampamento funciona assim, até hoje. Então tem os coordenadores do grupo e nos grupo tem os coordenadores do tipo de serviço. E o coordenador geral, mais assim do acampamento, era quatro né, quatro, aí tinha os coordenador que era os outro, que era o, o, que era os militante, o geralzão né.”²⁴

Quando o acampamento União da Vitória foi formado, devido ao grande número de acampados, a sua organização foi realmente pensada como sendo uma cidade, a chamada “cidade de lona preta”. Desta forma, nesse novo acampamento foi montada uma infraestrutura que abrangia os vários setores do Movimento. Nesse sentido, esse grande acampamento contava com uma farmácia, duas escolas, uma secretaria, um tanque para

²⁴ Entrevista, Sr. J.M.S., Assentamento São Bento, 2005.

abastecimento de água, um tanque para abastecimento de óleo diesel e uma oficina mecânica que funcionava dentro de uma pequena propriedade localizada ao lado do acampamento (FERNANDES, 1994).

A organização do Movimento é norteada por alguns princípios que são a democracia, a participação de todos os envolvidos no processo decisório, a divisão das tarefas e a direção coletiva. Assim, de forma geral o acampamento se sustenta através do trabalho dos acampados, da contribuição daqueles que já estão assentados, da solidariedade de pessoas e entidades e dos recursos obtidos junto ao governo.

Através de uma visão pedagógica, Caldart (2000) acredita que o acampamento pode ser visto como um espaço de socialização dos sem-terra, que passarão a viver durante um período significativo de suas vidas em uma coletividade, onde as regras e o funcionamento foram eles próprios que ajudaram a construir. O rompimento do isolamento, torna-se o primeiro passo para seguir o caminho de uma vida próxima dos outros por meio da coletividade. Assim, no acampamento o indivíduo passa daquilo que se chama de “ética do indivíduo” para uma “ética comunitária”.

*“(...) um dos primeiros valores que se cultiva na situação de acampamento é a **solidariedade**²⁵, exatamente o valor que fundamenta o valor da ética comunitária.” (CALDART, 2000, p.116)*

Valores como a solidariedade procuram transformar o ser humano em autêntico agente da própria existência, conquistando uma nova identidade política, social, moral e de caráter (BOGO, 1999). A solidariedade, a confiança, o companheirismo, a reciprocidade, entre outros valores, não se perdem quando essas pessoas passam da condição de acampados para assentados, pelo contrário, muitas vezes através do cotidiano tais valores são fortalecidos, pois o acampamento é a forma inicial de aproximação e socialização desses trabalhadores sem-terra, a qual se revelará mais forte no assentamento, já que a terra conquistada surge como base de nova socialização (FABRINI, 2002). Em vista disso, percebemos que o capital social vai se formando quando as pessoas ainda estão acampadas.

²⁵ Grifo da autora.

4.2. A presença do Setor Público

O MST foi e continua sendo importante para os assentados do assentamento São Bento e Santa Clara/Che Guevara. Mesmo não participando ativamente das atividades do Movimento, os assentados atribuem, principalmente, a ele a conquista da terra. Para os assentados, depois que entram na terra a obrigação para com eles passa a ser de outras instituições, como a Fundação Itesp (Fundação Instituto de Terras “José Gomes da Silva” do Estado de São Paulo) e a prefeitura.

“Então acampamento, isso aí a responsabilidade é mais pro MST, a responsabilidade é mais, hoje nós a gente tá assentado a responsabilidade é mais do, do Itesp, que nós tá em terra é, terra que, terra devoluta, mas terra do Estado né, nós tá nas terra, nós tá trabalhando.”²⁶

Para Borges (2004), terra, família e trabalho formam o tripé que explicita a vida e a cultura dos assentados do Pontal do Paranapanema, as quais se tornam evidentes nos valores vividos na atualidade, mas também trazem consigo a lembrança do acampamento, sendo este um espaço transitório, em que o desejo por conquistar a terra lhes dava a sustentação, o alimento para a participação nas diversas ações organizadas pelo Movimento.

Apesar dos assentados acreditarem que a responsabilidade para com eles, depois de assentados, passa a ser do governo, eles ainda apontam para a importância do Movimento em suas vidas, uma vez que a luta pela terra não termina quando passam da condição de acampados para assentados, pois enquanto houver uma pessoa necessitando de terra, eles ainda se auto-denominam sem-terra.

“Ser sem-terra como expressa a memória desses sujeitos, demonstra, de certa maneira, uma categoria identitária, costurada desde as ocupações e os acampamentos ao assentamento, avançando para além da pecha do individualismo (...)” (BORGES, 2004, p. 279).

²⁶ Entrevista, Sr. E.M., Assentamento São Bento, 2005.

Os assentados dos dois assentamentos pesquisados ao relacionarem as instituições e organizações presentes durante a fase de acampamento mencionaram a importância que o governo do estado de São Paulo teve naquela fase. Essa importância está relacionada à desapropriação das terras realizadas pelo Estado. Aqui é interessante notar que os assentados separam as atuações do governo estadual e do Itesp. Apesar dessa instituição pertencer ao governo estadual, os assentados separaram suas atividades durante a época de acampamento. Para eles o governo estadual se traduzia na figura do governador do Estado e o Itesp nas ações locais praticadas por seus representantes.

Assim, da mesma maneira que no passado, atualmente os assentados ainda fazem essa distinção. Se o governo estadual foi importante durante a etapa do acampamento, nos dias atuais o governo pouco tem feito para a melhoria das condições de vida dos assentados, sendo este alvo de constantes críticas dos assentados, que acreditam que sua situação poderá se tornar muito melhor quando houver a mudança do governo estadual. Tal situação aponta para um conflito de interesses entre o governo estadual e os assentados.

“O Geraldo (Alckmin) não quer nada com nós né. O que mais estraga aqui é o Geraldo, ele sabe né, que a luta é mais do Movimento Sem-Terra e do PT né, ele vai ajudá uma luta que ele sabe que é do PT? Não tem lógica, e a luta todo mundo reconhece que é do PT e ele, e o próximo passo dele é candidato à República, ele vai fazer o que? Nada, quanto mais afundar com o barco, mais ponto pra ele, então enquanto esse Geraldo tiver no poder não tem nada.”²⁷

Um fator interessante está relacionado com a importância diferenciada que a prefeitura teve durante o acampamento nesses dois assentamentos, uma vez que para os assentados do São Bento houve, durante essa fase, um descomprometimento da prefeitura. Para esses assentados, a prefeitura de Mirante do Paranapanema (município onde está localizado o assentamento São Bento) pouco fez para facilitar ou melhorar suas condições de vida no acampamento. Nas falas dos assentados aparece referência à prefeitura no sentido da

²⁷ História de Vida, Sr. A.P.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

necessidade de apoio dessa instituição quanto à questão de infra-estrutura e alimentação (SOUZA e BERGAMASCO, 2005).

Por outro lado, para os assentados do assentamento Santa Clara/Che Guevara, a participação da prefeitura foi bastante significativa durante a fase de acampamento, atuando de maneira positiva. Esse fato é curioso, uma vez que se trata da atuação da mesma prefeitura, porém uma possível explicação pode estar no fato de que o tempo de acampamento dos assentados do assentamento Santa Clara/Che Guevara foi menor (9 meses) em relação ao assentamento São Bento cujo tempo de acampamento foi bem maior (3 anos), sendo que esta morosidade, por parte do governo estadual, para assentar as famílias pode ter refletido negativamente no trabalho da prefeitura, pois os acampados da fazenda São Bento necessitaram por um período maior de tempo do apoio dessa prefeitura.

A fala a seguir de um assentado da Santa Clara/Che Guevara, narra a atividade exercida por alguns padres e pela prefeitura durante o acampamento.

“Os padre, fez muitas parte, o prefeito também ajudô umas parte porque a base de alimentação vem deles. Porque a gente, que vem pro acampamento, muitas vez nem tinha, aí de repente o padre, a igreja e o prefeito mesmo dava uma força. O prefeito, uns tempo lá, tem uns lado que eles ajuda e tem o lado também que eles critica.”²⁸

Como a coleta de dados foi realizada em dois momentos, em 2004 e 2005, as opiniões sobre a atuação da prefeitura se modificaram ao longo desse tempo. Isso se explica pelo fato de que em 2004 houve a eleição municipal e com a mudança de prefeito, assumindo, em 2005, um prefeito apoiado pela maioria dos assentados (apesar de não ter sido apoiado pelo Movimento), estes acreditam que a prefeitura atualmente está exercendo um bom trabalho nos assentamentos.

“Teve uns três prefeito desde que nós tá aqui e nunca fez nada. Nós vamo vê agora com o Eduardo. Se tiver que fazer vai ser

²⁸ Entrevista, Sr. J.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

ele, porque ele pertence ao assentamento né, porque ele tem o laticínio e ele tem tudo pra fazê né.”²⁹

Outra instituição que teve pouca, ou nenhuma relevância durante a fase de acampamento, para os assentados do assentamento São Bento, foi a Fundação Itesp (órgão vinculado à Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo). Nos dias atuais, muitos assentados acreditam que o Itesp poderia ser mais atuante nos assentamentos e assim teria mais crédito entre eles. Os assentados ao afirmarem que o Itesp não tem importância dentro do assentamento não significa dizer que ele não é um órgão de grande valor para o desenvolvimento do assentamento. Na verdade, aqui a importância que se confere a esse órgão está relacionada ao tipo de trabalho executado por ele, ou seja, à atuação dos técnicos nos assentamentos. Como o objetivo do Itesp é oferecer assistência técnica e extensão rural aos assentamentos, os assentados acreditam que o órgão não cumpre essa função, pois são constantes as reclamações sobre assistência técnica e infra-estrutura, como a questão da água, da energia elétrica e das estradas no assentamento. Na visão dos assentados o Itesp pouco cumpre com a sua função, daí a falta de importância na vida dos assentados atribuída a esse órgão.

“O trabalho deles (Itesp), agora faz muito tempo que não lembro mais da data que foi feito uma reunião com o assentado, mas costuma ter uma reunião lá pra dizê do que se trata, é costuma ter muita quando tá vencendo assim o pagamento, pra gente pagá pro banco eles vêm, ó fulano de tal é sabe quanto? Você deve tanto até tal dia, mas um projeto que nem, um projeto pros produtor quando eles vêm avisá ,já não dá mais tempo.”³⁰

O mesmo não ocorre no assentamento Santa Clara/Che Guevara, pois os assentados declararam que tanto na fase de acampamento, quanto nos dias atuais o Itesp tem importância. Nesse caso, apesar desse assentamento pertencer ao município de Mirante do Paranapanema, pela proximidade, ele é assistido pelos técnicos do escritório do Itesp de Teodoro Sampaio,

²⁹ História de Vida, Sr. A.P.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

³⁰ Entrevista, Sr. J.P., Assentamento São Bento, 2005.

podendo justificar assim a diferença de opiniões entre os assentados dos dois assentamentos pesquisados.

A presença das instituições nos acampamentos e assentamentos pode ser importante a partir do momento em que essas passam a atuar no sentido de garantir às pessoas uma melhoria na qualidade de vida, que pode se dar desde uma melhor qualidade na assistência técnica até melhorias nas estradas dos assentamentos. Além disso, essas instituições quando possuem uma atuação mais ativa, no sentido de organização dos assentados, podem também contribuir para a promoção e o para fortalecimento do capital social.

4.3. A cooperativa dos assentados - Cocamp

Como a participação política dos assentados está relacionada aos trabalhos desenvolvidos pelo Movimento, faz-se importante, nesse momento, apresentar a cooperativa criada pelo MST para garantir a sustentação produtiva e política dos assentamentos do Pontal do Paranapanema: a Cocamp - Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal Ltda, criada em 1998. Como o próprio nome sugere, esse tipo de cooperativa se dedica basicamente à comercialização (organização do processo de compra e venda de insumos, da produção de bens de consumo para os associados); além disso, há também o trabalho de assistência técnica, de organização da produção e da implantação de unidades de processamento (MST, 1997).

A Cocamp é uma cooperativa regional e por isso envolve, não apenas os assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, como também os vários existentes na região do Pontal. Segundo dados fornecidos pela secretaria da cooperativa, na sua fundação ela contava com 200 associados, mas atualmente a Cocamp possui em seu quadro 2.471 associados.

No início de suas atividades a Cocamp apontava para uma perspectiva bastante impactante, pois com a construção de seu parque agroindustrial, abrangendo laticínio, despoldadora de frutas e farinheira, os assentados certamente viram nela uma oportunidade para a comercialização da sua produção, além da possibilidade de aquisição de insumos necessários ao processo produtivo. Porém, devido aos inúmeros problemas enfrentados por essa cooperativa, que vão desde a má gestão até a falta de recursos para completar seu parque

agroindustrial, atualmente os associados pertencentes aos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara acreditam que ela não está desempenhando um papel importante em suas vidas, sendo alvo de várias críticas³¹.

*“Eu sou fundador daquilo lá (Cocamp). A Cooperativa era pro povo né que era mais fácil, que nem pra fazê benefício, então fundaram a Cocamp né, mas só afundou mesmo né, cada dia tá afundando mais né. O que ela deu é pra afundá o nome da gente porque nós não tem mais chance de limpá o nome mais né. O povo que nós tem lá dentro não é competente de fazê alguma coisa pra nós.”*³²

Muitas vezes, as críticas à Cocamp referem-se à sua administração. Para muitos assentados a diretoria da Cocamp pouco faz para resolver os problemas da Cooperativa. Por outro lado, caso a Cocamp consiga resolver seus problemas ela terá um papel extremamente relevante na vida dos assentados.

*“Ela veio pra atendê às necessidades do assentado né que no geral de, de tudo, aqui pra nós se desse certo seria muito importante ter uma cooperativa que fosse nossa. Eu acho que tá tendo muita dificuldade né, pra trabalhá na cooperativa, até mesmo porque quando foi fundada tinha muita falta de experiência né, tudo, eu acho que tem muita dificuldade de trabalhá com o assentado. E hoje não tá sendo bom o serviço, é devido as dificuldade né, tudo. É importante pros assentado, isso aí é sem dúvida porque daí não existe é os atravessador né, se é alguma coisa que funciona que dá certinho tudo, aí não tem atravessador. A gente vai entregá nosso produto ali, também pode comprar, que nem veneno tudo, semente tudo que tiver ali, pra nós seria bom.”*³³

³¹ Esse assunto foi melhor explorado no capítulo seguinte onde abordamos, novamente, o tema com a discussão do capital social.

³² História de Vida, Sr. A.P.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

³³ Entrevista, Sra. N.A.M., Assentamento São Bento, 2005.

A importância que a Cocamp teria caso estivesse em pleno funcionamento vai além de atender as necessidades de comercialização e aquisição de insumos para os assentados. Essa cooperativa tendo sido criada por meio de uma estratégia de fortalecimento do MST na região possui também um papel significativo para o desenvolvimento da região. Isso pode ser registrado na fala de um de seus técnicos, que atualmente trabalha para a Cooperativa Central dos Assentados (CCA):

“Ela tem importância estratégica pra região? Tem, mas se, só vai ter isso e ela só vai funcionar mesmo, só vai dar certo se tiver política pública pra isso. Se o governo ver a reforma agrária como uma política pública, como essas indústrias podem gerar tanto emprego né, no campo, como na cidade, né que pode gerar, porque vai gerar, por exemplo a Cocamp, ela funcionando, ela gerava diretamente uns cento e cinquenta empregos, só ali em Teodoro Sampaio. (...) Então pra uma região pobre como essa, tem importância muito grande.”³⁴

Apesar do MST estimular as mais variadas formas de associativismo nos assentamentos, para o Movimento as cooperativas ainda são a principal forma de organização econômica, social e política, pois considera que cooperação é o mesmo que cooperativa, ou se estabelece por meio dela (CONCRAB, 1999). O estímulo proporcionado pelo MST para a filiação dos assentados à Cocamp fez com que a quase totalidade dos assentados da São Bento e Santa Clara/Che Guevara tornassem associados da cooperativa.

De acordo com dados fornecidos pela Cocamp, percebemos que a grande maioria dos assentados é associada a essa cooperativa. Quando essa cooperativa foi fundada houve realmente uma mobilização, tanto por parte do MST, quanto pelos assentados, para que esses trabalhassem de forma organizada através da Cocamp. Com o passar do tempo os assentados foram adquirindo alguns benefícios por meio dessa cooperativa, como financiamentos para a compra de tratores, para investimentos na produção, entre outros. Devido a frustrações nas safras, liberação tardia dos créditos, muitos assentados não conseguiram liquidar suas dívidas.

³⁴ Entrevista, Sr. J.X.A., técnico da Cocamp, 2005.

Assim, a permanência desses associados junto à cooperativa pode estar relacionada a esse fato, ou seja, estando eles inadimplentes não poderiam se dissociar da Cocamp.³⁵

“Ó investimento de abacaxi foi pra assentado, custeio de mandioca foi pra assentado, investimento de maracujá foi pra assentado, o custeio de milho foi pra assentado, o custeio de algodão pra assentado, dívida de farinheira pra Cocamp, dívida de três caminhão, da Cocamp, aquisição de micro-usina de leite, Cocamp, construção de vinte e cinco tanque de piscicultura, Cocamp, conjunto de irrigação, assentado, porque a Cocamp repassou pros assentado, dois caminhões é da Cocamp, investimento de café, assentado, complexo agroindustrial, Cocamp. Cinqüenta tratores, que foram cinco milhões duzentos e noventa mil é dos assentados, foram tudo repassados pros assentados, e eles renegociaram a dívida, é foi vencido, renegociaram o ano passado (2004), daqui a três anos é que vence a primeira parcela, aí cada parcela eles têm um rebate pra pagar.”³⁶

Por outro lado, apesar da alta taxa de inadimplência, esses mesmos assentados podem também ter permanecido associados por acreditarem que essa cooperativa tem a possibilidade de se reerguer assim que completar as obras para o término de seu parque agroindustrial e colocar em prática todos os seus objetivos iniciais.

“O que eu espero da Cocamp é que um dia ela beneficie esse trabalhador. Que um dia o trabalhador tenha onde ponhá a sua mercadoria e ela tenha aquela responsabilidade pra podê

³⁵ A Cocamp possui, se contado todo o financiamento adquirido pelos assentados, mais o seu próprio financiamento que engloba a construção do parque industrial, aquisição de caminhões e tanques de piscicultura, uma dívida de mais de quinze milhões de reais. Contudo, separando a dívida dos assentados da dívida da Cocamp com o Governo Federal, essa última deve a quantia de R\$ 5.565.863,47. Essa dívida seria paga com o funcionamento do complexo agroindustrial, porém isso não foi possível e ela está sendo renegociada com o Governo Federal (Informações cedidas pelo Sr. J.X.A., técnico da Cocamp).

³⁶ Entrevista, Sr. J.X.A., técnico da Cocamp, 2005.

conduzir essa mercadoria do sitio pra dentro da Cocamp. É isso que eu espero dela ainda.”³⁷

Observa-se que no tempo presente existem muitas dificuldades das cooperativas, na esfera do mercado, para garantir sua sobrevivência, tanto aquelas tradicionais, como as de resistência, que, muitas vezes não contam com o apoio do poder público (Estado) diferentemente do que ocorre com outros empreendimentos capitalistas privados (FABRINI, 2002).

“Esse sistema no momento em que as cooperativas estão em crise as tradicionais, aquelas grandes cooperativas, imagina as nossas, que não tem nenhuma política, ou melhor do que isso, nenhuma vontade política de fazer políticas públicas pra essas cooperativas nossas, mas tem coisas boas que foi extraído desse processo.”³⁸

Desta forma, a Cocamp não é uma exceção dentro do sistema capitalista, porém, a questão da organização dos assentamentos do Pontal do Paranapanema está sendo repensada pelo Movimento, que se antes acreditava que uma grande cooperativa seria a forma mais adequada para o desenvolvimento dos assentamentos, nos dias atuais parece que esse pensamento não é mais o predominante.

“E hoje, o que é que a CCA tá fazendo? O próprio Movimento, a Cocamp, eles reavaliaram isso. Eles acreditam hoje, eles acreditam que erraram estrategicamente né, poderiam ter feito pequenas unidades, poderiam ter trabalhado essa questão das associações né menores, ter trabalhado os grupos coletivos menores entendeu, pra poder chegar numa coisa maior, eles têm essa avaliação. É tanto que hoje eles incentivam a formação de outras cooperativas, de outras associações, de núcleos organizados, ou seja registrado, ou seja oficial, ou parcerias,

³⁷ Entrevista, Sr. N.M.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

³⁸ História de Vida, Sr. Z.L.S., Assentamento São Bento, 2004.

então que se organize coletivamente, eles têm essa avaliação. (...) Não importa se seja uma associação, não importa se seja uma cooperativa, não importa se seja um núcleo não oficial, núcleos dentro dos assentamentos. O que importa é que eles sejam mobilizados coletivamente.”³⁹

É claro que muitas vezes o desejo do Movimento se contrapõe com o dos assentados, pois alguns deles não gostariam de trabalhar com associação ou cooperativa, isto significa que muitas vezes o sonho do trabalho coletivo é mais da militância do que dos próprios assentados, pois estes têm o sonho de trabalharem, com a família, na sua terra e nela retirarem o seu sustento (BORGES, 2004). Tal fato poderia nos indicar a não presença de capital social, entretanto, por outro lado, os assentados também acreditam que sozinhos dificilmente conseguirão alcançar determinados objetivos e dessa forma seguem para o caminho do associativismo, do cooperativismo ou ambos, como pode ser demonstrado através da fala de um dos assentados.

“No início foi feito assim que, que seria melhor né. Foi falado que seria melhor a gente tá numa cooperativa pra vim uma via de financiamento melhor né, porque individual é mais difícil sair o financiamento né, então o povo montá uma associação, uma cooperativa é mais fácil conseguir o crédito, é mais fácil né.”⁴⁰

Essa união, se num primeiro momento foi realizada por um estímulo econômico, com o passar do tempo pode desencadear um processo mais voltado para questões sociais, possibilitando um maior envolvimento das pessoas, o que conseqüentemente irá fortalecer os laços entre elas, tais laços são fortalecidos quando é registrada a presença de alguns valores como amizade, confiança, reciprocidade. Tais valores constituem o que denominamos de capital social, nesse sentido a Cocamp possui um papel muito importante para fortalecer esses sentimentos.

³⁹ Entrevista, Sr. J.X.A., técnico da Cocamp, 2005.

⁴⁰ Entrevista, Sra. M.C.S., Assentamento São Bento, 2005.

4.4. Associações e grupos informais

A nossa pesquisa presenciou dois momentos importantes em ambos assentamentos. O primeiro foi marcado pela falta de interesse por parte dos assentados em participarem de associações, o que pode ser um reflexo da situação frustrante vivenciada na Cocamp, havendo até uma certa repulsa quando se tocava nesse assunto de organização em associações ou cooperativas, o que pode ser observado na fala do Sr. A.P.S.

“Eu acho que associação, ela pode ser bem organizada né, mas é o que eu to falando, eu mesmo se for pra mim entrá numa associação hoje, não tem quem me faz entrá. Eu trabalhei muito pros outro em associação, eu não entro não em associação nenhuma.”⁴¹

Porém, o segundo momento se caracterizou pelo movimento oposto, isto é, pela articulação dessas pessoas em se associarem formalmente. Tal movimento ocorreu pelo fato de haver, por meio da Caixa Econômica Federal, um crédito destinado à habitação, porém apenas aquele que estivesse formalmente associado teria a oportunidade de acesso a essa linha de crédito. Em vista disso, os assentados se mobilizaram para criar novas associações e reativar as que já existiam, mas estavam inoperantes.

No momento da pesquisa, a articulação para formação das associações no assentamento São Bento estava mais avançada nos setores I, II e IV. Os assentados do setor I já haviam registrado a associação e tinham o número exato dos associados, enquanto que nos outros dois setores as associações ainda não tinham sido registradas, portanto não nos foi fornecido o número de associados. É por esse motivo que na figura 4 apresentamos apenas os associados da associação formada no setor I do São Bento, a Associação dos Trabalhadores Rurais do Pontal do Paranapanema Unipontal, que contou na sua fundação com 36 associados, desses um pertence ao setor IV do São Bento e o outro ao assentamento vizinho Santa Cruz (Figura 4).

⁴¹ História de Vida, Sr. A.P.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

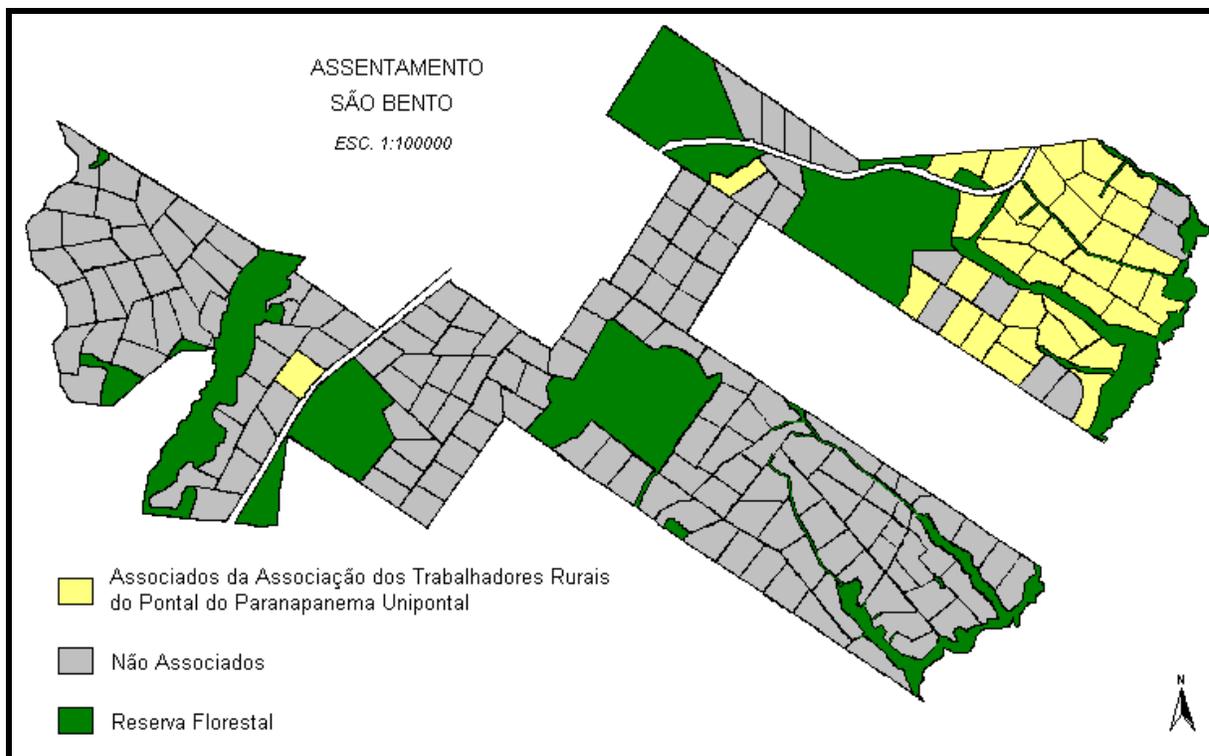


Figura 4. Mapa dos Associados da Associação dos Trabalhadores Rurais do Pontal do Paranapanema Unipontal, Assentamento São Bento, 2005.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Apesar das outras associações não estarem ainda registradas o processo para a formação encontra-se bastante adiantado nos setores II e IV, pois as pessoas despertaram para a necessidade de se unirem para alcançarem determinados objetivos, mesmo que, inicialmente, essa união tenha uma finalidade econômica.

“Olha a maior estimulação que a gente teve foi a dificuldade de receber esse dinheiro da Caixa né, que teve que correr atrás, então ali tocou em cada um. Aí fizemos a reunião pras casas né, pro dinheiro das casa e lá cada um vendo a dificuldade e a correria da gente procurá quem a gente ia englobá pra recebê esse dinheiro, então tocou em cada um.”⁴²

⁴² Entrevista, Sra. C.M.T., Assentamento São Bento, 2005.

No assentamento Santa Clara/Che Guevara também encontramos um processo bastante adiantado para a formação da associação visando o crédito da Caixa. Na verdade, nesse assentamento, houve a reativação de uma antiga associação, a Getúlio Vargas, a qual não estava em pleno funcionamento, mas funcionava entre algumas pessoas. Atualmente essa associação conta com 35 associados (Figura 5).

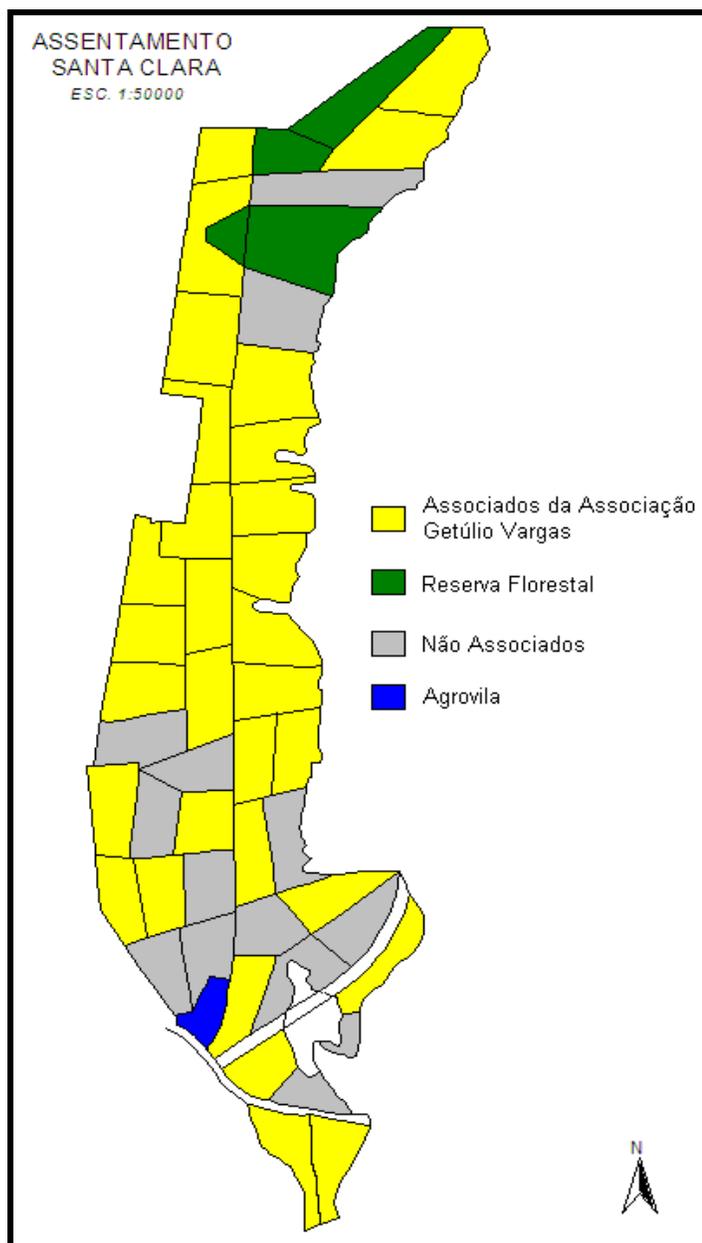


Figura 5. Mapa dos Associados da Associação Getúlio Vargas, Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

“Ela já era, ela era associação, então que nem por exemplo, eu fui reativá ela, no dia que eu fui reativá ela, o cara falou assim: olha seu Nilo a despesa vai ser grande porque a associação vocês não tão usando ela, mas ela tá trabalhando, a receita federal todo ano cai a dívida pro senhor pagar. Então só na dívida da receita federal eu tava devendo quinhentos conto, aí tive que pagá tudo isso, eu vou pagá tudo isso né pra reativá e foi mil e quatrocentos conto.”⁴³

De acordo com Bordenave (1983), a participação tende para a organização e a organização facilita e canaliza a participação. Assim, a medida que a participação é promovida pode ocorrer uma transformação das pessoas, que se antes eram passivas e conformistas, depois de um processo participativo, muitas vezes passam a ser ativas e críticas.

Através das figuras 4 e 5 podemos perceber quais são os lotes que estão participando de associações que, inicialmente, foram criadas objetivando o acesso ao recurso para financiamento da habitação, mas que futuramente têm grandes chances de prosseguir para alcançar outros objetivos.

Além dessas associações que estão se formando nos assentamentos, existe uma associação, a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal do Paranapanema (ACAP), que trabalha com a implementação de projetos com sementes crioulas; é uma associação que engloba não apenas os assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, como também outros da região. Do total, participam desse projeto com sementes crioulas 250 famílias assentadas no Pontal do Paranapanema dessas, 25 pertencem ao assentamento Santa Clara/Che Guevara e 30 ao assentamento São Bento. O objetivo desse projeto é fazer um resgate cultural dos assentados para a produção de sementes, para isso essa associação possui vários parceiros, sendo que a maioria deles está vinculada a órgãos governamentais.

De acordo com um dos assentados participantes desse projeto a escolha das famílias teve como critério as melhores áreas para produzir tais sementes.

⁴³ Entrevista, Sr. N.M.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

“O projeto foi lançado com as 250 família, mas o que aconteceu lá na reunião que nós fomos é que não chegou as 250 no momento. Muita chuva no momento, aí não deu pra chegá nas 250, mas eles andaram pegando fora a parte, deve ter atingido as 250 porque era o que era o projeto, tava viável pra isso. A gente foi convidado, a gente viu o projeto que eles apresentou (Acap). Tudo que vem novo hoje, podê tê um futuro pra amanhã, se é um projeto viável, eu acredito que pra mim é bom. Aí no momento, não tinha pra todos. Era só pras 250 família então nós fizemos um tipo de uma seleção por área. Por exemplo, aqui minha área é mais produtiva e tem muitas área que não compensa nem se jogá semente, sobra aqui área mesmo, então foi um tipo de seleção pra podê não dá semente pra quem não tinha lugá pra ponhá ela.”⁴⁴

O projeto de sementes crioulas desenvolvido pela Acap, como pôde ser observado, refere-se a um número restrito de participantes. Isso, se num primeiro momento manifesta-se como algo negativo, por outro lado com um número limitado de participantes pode-se haver um maior controle das atividades desenvolvidas por cada um, podendo traduzir-se como algo positivo.

Para Olson (1975) a produção de um bem coletivo está atrelada ao custo que um indivíduo do grupo está disposto a pagar para que este bem seja produzido. Nesse sentido, caso a relação custo/benefício seja atrativa para pelo menos um integrante do grupo, o bem coletivo será produzido. Este autor, ao sugerir uma análise da ação coletiva levando em consideração o tamanho do grupo, mostra que em grupos grandes uma tendência negativa é a de que seus integrantes podem assumir um comportamento denominado *free-rider*⁴⁵ ou “carona”. Ao adotar este tipo de comportamento o indivíduo literalmente pega “carona” no grupo e com isso consegue obter, mesmo sem participar, os resultados coletivos, principalmente quando o bem coletivo não é excludente. Um exemplo desse tipo de

⁴⁴ Entrevista, Sr. J.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

⁴⁵ Para maiores detalhes ver Fukuyama (1996).

comportamento pode ser observado em greves realizadas por trabalhadores de uma determinada categoria. Quando há greve nem todos os trabalhadores aderem a ela, mas caso aqueles indivíduos que participaram ativamente consigam resultados satisfatórios, como o aumento de salário, todos os trabalhadores da categoria irão ser beneficiados com o aumento, mesmo sem ter participado da greve. Este é o chamado comportamento *free-rider* ou “carona”, que para Olson (1975) é facilmente encontrado em grandes organizações.

A Cocamp, assim como outras grandes organizações, por possuir em seu quadro de associados um número grande de pessoas, configura-se numa organização que pode ocorrer esse tipo de comportamento, pois dificilmente um associado irá investigar se os seus companheiros estão contribuindo ou não para o bom desempenho da cooperativa. Contudo, é necessário frisar que as dificuldades por ela enfrentadas não foram motivadas por esse tipo de comportamento.

Em organizações pequenas a existência do “carona” é dificultada, pois a possibilidade de controle mútuo das atividades tende a minimizar tal comportamento, uma vez que em grupos menores os integrantes podem controlar as ações de todo o grupo, tornando-o mais eficiente. Nas associações formadas nos assentamentos, por não possuírem um número grande de associados, esse comportamento provavelmente não será encontrado, já que são grupos pequenos e as tarefas sendo divididas entre eles, cada qual tem conhecimento da atribuição dada ao outro.

Antes da movimentação para a formação de novas associações nos assentamentos, já havia alguns assentados que se encontravam organizados em associações formais e informais. Nota-se que a organização formal das mulheres no assentamento São Bento tem um papel bastante relevante. A Associação das Mulheres Assentadas do Pontal, a AMAS, conta com associadas de vários assentamentos, sendo que sua presidente pertence ao São Bento. Neste assentamento, seis mulheres fazem parte dessa associação, portanto ali dificilmente será encontrado o comportamento “carona”. Desde 1996 esse grupo se reúne para discutir melhorias que poderiam ser implementadas nos assentamentos. A partir dessa união as mulheres começaram a formar pequenos grupos (informais) para trabalhar no projeto da padaria. O Itesp de Mirante do Paranapanema forneceu às mulheres o kit padaria para que fosse estimulado o trabalho em grupo. Como o assentamento São Bento é dividido em quatro setores, cada um recebeu o seu kit. Inicialmente, organizava-se um grupo de aproximadamente

oito mulheres, porém com o passar do tempo esses grupos se dissolveram. Atualmente no setor I apenas duas mulheres participam dos trabalhos com a padaria; no setor II o grupo se dissolveu e o kit padaria permaneceu na casa de uma delas, porém o trabalho está parado; no setor III não foi identificado nenhum grupo e no setor IV o grupo também se dissolveu restando apenas uma mulher, que devido a problemas familiares pouco tem mexido com a padaria. Percebe-se que inicialmente a idéia de organização das mulheres através da padaria foi boa, porém o trabalho não foi contínuo. Tal fato pode ser explicado pela baixa renda que essa atividade oferece às assentadas, originando um desestímulo quanto à participação nesse grupo.

“Da padaria era um grupo de mulheres, aí saiu todas e só ficou eu e a minha vizinha, porque as outra acha que não dá muito lucro. Era umas oito mulher da padaria, era oito aí saiu tudo. Se junta muita gente, não tem muita renda né, então agora nem elas mesma não qué, porque não tem muita renda.”⁴⁶

No assentamento Santa Clara/Che Guevara não foi observada a participação das mulheres no projeto da padaria. A assistência a esse assentamento é realizada pelo Itesp de Teodoro Sampaio e de acordo com relatos do técnico da área, já houve um trabalho com o grupo de mulheres desse assentamento, porém atualmente o trabalho com as padarias não está funcionando.

Mesmo observando esse revés, a organização das mulheres no assentamento São Bento para trabalhar com o kit padaria foi muito importante, pois foi por meio desta que houve o “ponta pé” para que elas pudessem se organizar através da Amas, associação esta cujo desempenho, avaliado por suas associadas, é muito bom. A Sra. M.C.S., presidente da Amas esclarece como surgiu essa associação.

“Desde noventa e seis se iniciou um grupo de mulheres e através desse grupo de mulheres foi montada a associação, mas não sei se ela tá funcionando há quatro anos, ou cinco, acho que é isso aí. Ah, porque a gente é um grupo de mulheres é que tinha um objetivo de formá uma associação pra trazê melhorias né, pra

⁴⁶ Entrevista, Sra. A.G.B.A., Assentamento São Bento, 2005.

nós, pro nosso assentamento. Ó a gente se reunia através de fóruns de educação, fóruns de saúde. A gente trabalhou sempre pela luta pela saúde, melhoria, luta pela, pela educação, aquela escola lá do pé-de-galinha foi fundada através dessa ajuda do grupo de mulheres.”⁴⁷

Na figura 6 localizamos os lotes que faziam parte da associação da Amas e dos grupos da padaria no assentamento São Bento. Embora, algumas associadas da Amas morassem distantes uma das outras, isso não se convergiu numa barreira para o seu bom desempenho. Dessa forma, essas mulheres conseguiram ter habilidade para exercer as atividades da associação mesmo com características que, inicialmente, poderiam se traduzir num entrave à participação, assim essa associação se traduz num novo olhar sobre a participação e a organização nos assentamentos.

Há também nesses assentamentos uma associação voltada para a recuperação da memória do acampamento União da Vitória, a ADUV – Associação de Desenvolvimento União da Vitória. Apesar da presença dessa associação nos assentamentos, especialmente no São Bento, percebemos que o conhecimento dela está relacionado às pessoas ligadas à militância, pois apenas quem é, ou era militante tinha a informação de sua existência.

⁴⁷ Entrevista, Sra. M.C.S., Assentamento São Bento, 2005.

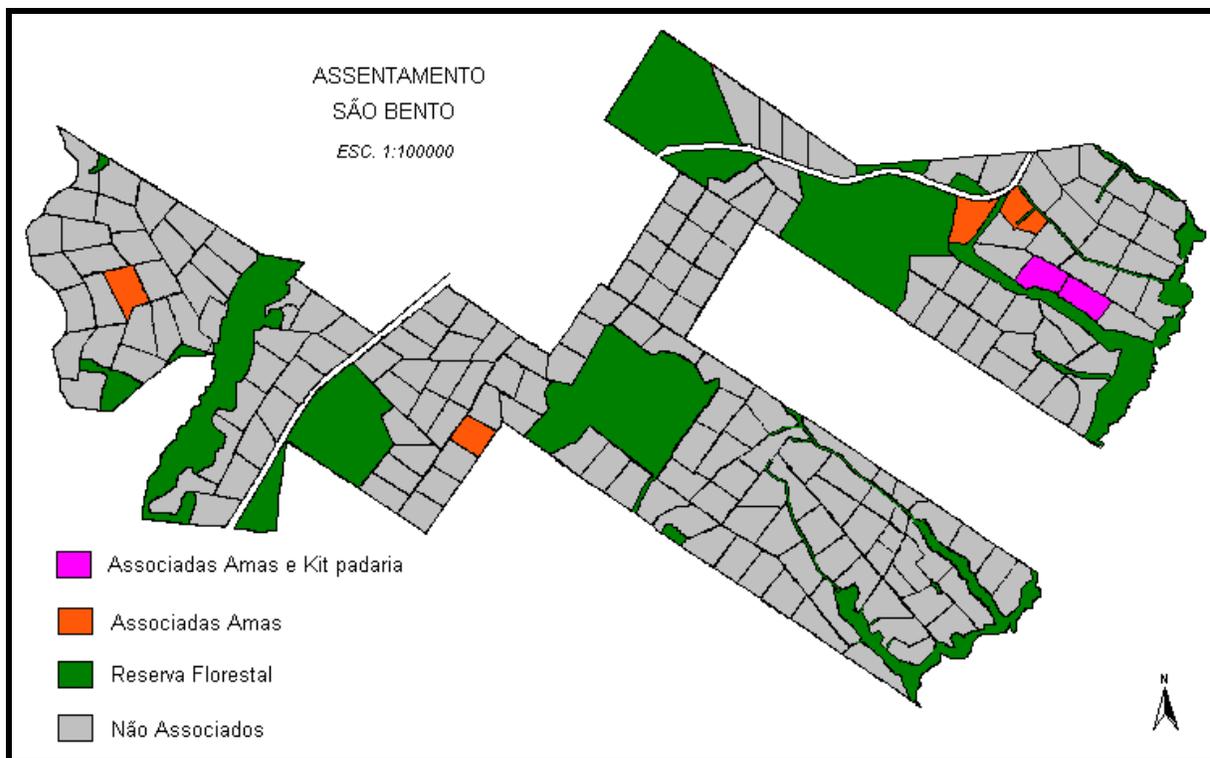


Figura 6. Mapa das Associadas da Associação das Mulheres Assentadas do Pontal, AMAS, e do Grupo Informal da Padaria, Assentamento São Bento, 2005.

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

A participação não se retrata somente como um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, como uma necessidade do ser humano em exprimir suas vontades, realizar e fazer “coisas”. Desta forma, a participação possui duas bases complementares: uma base afetiva, em que a pessoa participa porque sente prazer em trabalhar com outras pessoas; e uma base instrumental, onde a pessoa participa porque o trabalho realizado em conjunto é mais eficaz e eficiente. O ideal na participação é que essas duas bases sejam equilibradas (BORDENAVE, 1993).

Um tipo importante de grupos informais encontrados nos assentamentos são os grupos de tratores. Muitos desses grupos foram criados quando os assentados se encontravam na condição emergencial, ou seja, eles ainda não haviam tomado posse de suas áreas definitivas. Esses grupos foram formados entre aqueles que eram mais próximos, através dos laços de amizade. Para participar desses grupos os assentados deveriam estar associados à Cocamp, uma vez que o recurso chegava por meio da cooperativa.

“Nós, nós tinha um grupo que já era do, do Movimento né, as pessoa mais envolvida, aí saiu, comprou os tratores aí o pessoal, os assentado todos se reuniram em grupo, cada um tinha o seu grupo né e cada grupo pegou um trator pelo, financiado pelo banco né, aí cada grupo se organizou.”⁴⁸

Esses grupos tinham por objetivo a reunião de oito a dez pessoas para aquisição dos tratores e a partir daí a associação para gerenciar esse bem. Na verdade, o trabalho com o trator é individual, cada um, de acordo com uma condição pré-estabelecida entre eles, tem o direito de usufruí-lo.

“Ah, o início é o seguinte, eu sei mais, ou menos tudo, formamo o seguinte, nós recebemo o trator da cooperativa lá da Cocamp e parece que o governo cedeu pra pessoa aqui acampado, acampado não que é assentado, repartiram em, em sete, oito família para cada essas pessoa um trator, então quem pediu, foi lá pediu, aí eles cederam e então pra isso eles exigiram de sete a oito, nove família cada, é, assim foi o início.(...) Fizemo a sociedade e pusemo a regra assim, fizemo um estatuto mais ou menos, porque. tem a regra sabe, ninguém pode sair fora da regra, e assim começamos”⁴⁹

Alguns desses grupos de tratores, por motivos que vão desde o desentendimento pessoal entre os membros até por questões financeiras, não obtiveram resultados satisfatórios e acabaram se desfazendo.

“Nós era em oito, tudo aqui mesmo, o nosso saiu tudo, parou tudo. Parou porque não tava dando certo as coisa, aí nós pegou e entreguemo o trator. Não, não foi por culpa do financiamento, nem nada, é que nós já decidimo pará com a associação, não foi problema de nada não, foi decisão nossa, porque ficava muito

⁴⁸ Entrevista, Sra. N.A.M., Assentamento São Bento, 2005.

⁴⁹ Entrevista, Sr. C.K.F., Assentamento São Bento, 2005.

caro os gasto do trator pra nós e nós não tava tendo condições, aí nós resolveu pará, entreguemo o trator.”⁵⁰

Foram verificados, no assentamento São Bento, três associações de tratores que estavam realizando suas atividades. No setor I apenas dois associados pertenciam a esse assentamento, os outros que faziam parte do grupo eram assentados dos assentamentos vizinhos. No setor II, dez pessoas fazem parte do grupo. Do início até os dias atuais, duas pessoas haviam saído e outras duas entraram no lugar delas. O grupo de tratores do setor II era formado por pessoas que faziam parte da militância do MST. O outro grupo de trator em funcionamento no assentamento São Bento encontrava-se no setor III: oito pessoas faziam parte desse grupo, porém apenas uma pessoa desse grupo era assentada nesse assentamento, os outros eram assentados dos assentamentos vizinhos, como o assentamento Canaã que possuía outros cinco integrantes do grupo e o assentamento King Meet com dois representantes.

No assentamento Santa Clara/Che Guevara encontramos dois grupos de tratores em atividade ligados à associação Getúlio Vargas, que possui dois tratores, sendo um pertencente a um grupo com seis assentados, e outro com mais três pessoas, além dessas seis, totalizando assim nove pessoas.

“Nossa associação tem dois tratores e por exemplo, a Getúlio Vargas tá com seis pessoas num trator, por exemplo, e nove no outro.”⁵¹

Embora o número de associados no passado ter sido maior esse grupo não deixou de existir e de realizar suas atividades no que se refere ao uso do trator. Apesar de ter sido registrada uma falta de participação dos assentados nos grupos de tratores, vamos ver no capítulo seguinte que isso não tem um resultado negativo quanto à formação de capital social nos assentamentos, uma vez que foi por meio dessas parcerias que os assentados iniciaram um primeiro contato com o trabalho em grupo, o que não está fora do nosso eixo principal de discussão, o capital social.

⁵⁰ Entrevista, Sr. V.V., Assentamento São Bento, 2005.

⁵¹ Entrevista, Sr. N.M.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

Nas figuras 7 e 8 identificamos, em cada assentamento, quais as famílias que participam dos grupos de tratores.

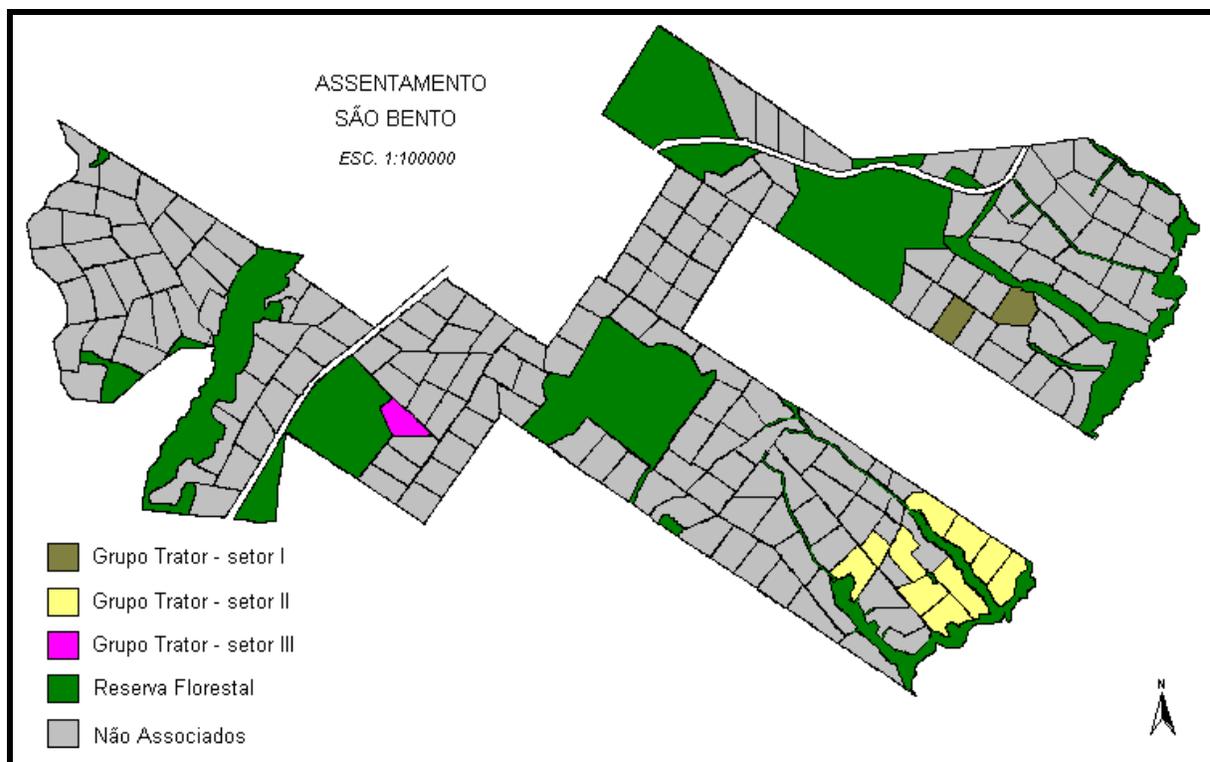


Figura 7. Mapa dos Associados dos Grupos de Tratores, Assentamento São Bento, 2005.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

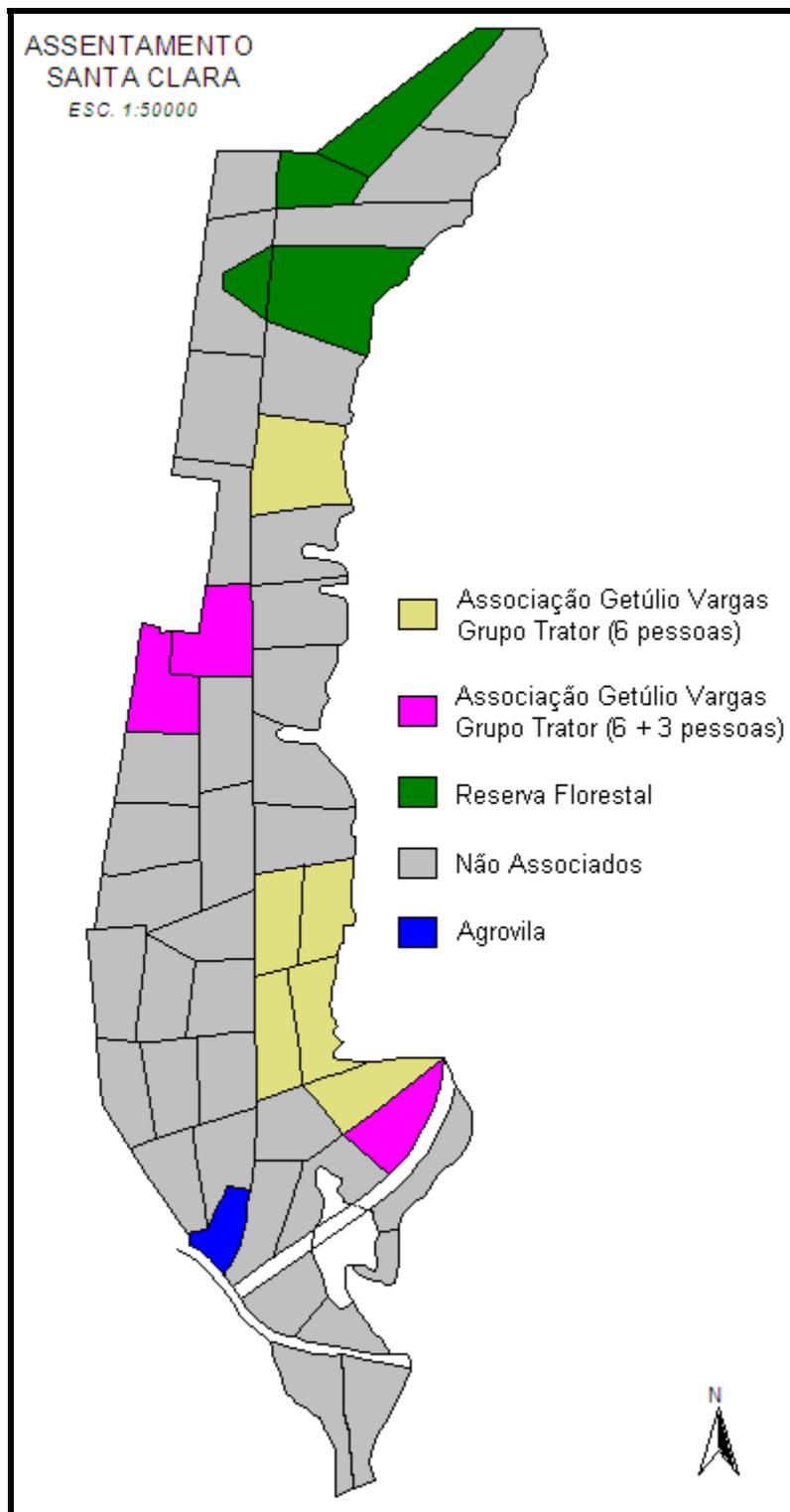


Figura 8. Mapa dos Associados do Grupo de Tratores da Associação Getúlio Vargas, Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

4.5. Outras Instituições: Ong, Igreja, CPT e Sindicato

Na região do Pontal do Paranapanema existe uma organização não-governamental que possui um papel muito significativo nos assentamentos rurais, o IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, o qual atua há 14 anos na região visando à conservação de espécies, da fauna e da flora, ameaçadas de extinção. Existe uma parceria entre uma família assentada do assentamento Santa Clara/Che Guevara e essa Ong para a produção de buchas ecológicas. Através dessa parceria, essa família conseguiu que outras do mesmo assentamento participassem desse projeto com o fornecimento de buchas. Nesse projeto, os assentados que produzem a bucha ecológica têm por obrigação o plantio da mesma área com mudas nativas, que são fornecidas pelo Ipê.

“Se ele planta meio hectare de bucha pra ser um fornecedor de bucha aqui, ele tem que plantar meio hectare de árvore nativa pra dá o título de sustentável pro projeto.”⁵²

Através da atuação dessa Ong percebemos que a presença de instituições nos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema não ocorre apenas pela ação daquelas ligadas a órgãos governamentais. Sendo assim, notamos também outra instituição não vinculada a órgãos governamentais que tem uma presença marcante, a igreja, cuja atuação não apenas no assentamento, como também durante a fase de acampamento, foi muito significativa. Nesse caso, os relatos dos assentados se referem à participação de alguns padres da igreja católica, que por meio dos trabalhos desenvolvidos pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) deram um grande suporte nesse período. Atualmente, a CPT não possui trabalhos que se traduzam numa atuação de grande relevância nos assentamentos, isso se deve a diversos motivos, entre eles está a falta de agentes para a realização do trabalho de base nos assentamentos.

“Falta agentes, um dos grandes desafios é justamente esse, falta agentes para trabalhar na Pastoral da Terra. Agentes voluntários, todos são voluntários. E nós gostaríamos de ter agentes formados em áreas distintas, por exemplo, advogados

⁵² História de Vida, Sr. V.M.D., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

né, uma pessoa formada em direito ajudaria muito a Pastoral da Terra (...). Além desse trabalho com agentes voluntário aí especializados, nós não podemos perder o contato com as bases, infelizmente nós perdemos bastante o trabalho de base né. E agora estamos aí, estamos tentando ver se, se fortalecemos esse trabalho das bases né pra depois voltar a dar maior visibilidade à Comissão Pastoral da Terra no Estado né.”⁵³

Nesses assentamentos, a igreja ainda aparece entre os assentados como uma instituição importante na vida deles, contudo são identificadas outras religiões além da católica como, por exemplo, a evangélica. Uma organização que, surpreendentemente⁵⁴, surgiu nas lembranças dos assentados pela sua importância na época de acampamento foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Mirante do Paranapanema.

“Olha eu, quem dava apoio no acampamento pra nós, nos acampamento, apoio assim de fora né? Sempre tinha umas, a prefeitura, nós corria atrás dos prefeito, a igreja, o sindicato, o sindicato mesmo de Mirante ajudou muito a gente né.”⁵⁵

Apesar da ajuda do sindicato no tempo de acampamento, nos dias atuais uma pequena parcela atribui alguma relevância a essa instituição, uma vez que a grande maioria não é filiada a nenhum tipo de sindicato. A participação política dos assentados está mais voltada para organizações como o MST e as associações criadas por eles. Em certos casos, o sindicato poderia ser também um espaço de sociabilidade, onde os trabalhadores rurais poderiam marcar encontros com outras pessoas, como aparece no estudo realizado por Leite et. al. (2004), que observaram ser o sindicato um local onde os trabalhadores rurais assentados se reúnem e se identificam dentro da cidade, sendo que esses trabalhadores cada vez que vão à cidade, independente de ter a necessidade de resolver algum problema no sindicato, por lá passam.

⁵³ Entrevista com o bispo representante da CNBB na CPT de Marília Dom M., Rancharia, 2004.

⁵⁴ O termo “surpreendentemente” aparece aqui uma vez que é difícil encontrar um assentado que faça atualmente parte dessa organização.

⁵⁵ Entrevista, Sr. E.M., Assentamento São Bento, 2005.

Neste capítulo procuramos identificar, por meio das narrações dos assentados, quais são as instituições e organizações que se fazem presentes no cotidiano dos mesmos. Aqui, nos preocupamos mais com a identificação e localização (através dos mapas) dessas organizações nos assentamentos. No capítulo seguinte, traçamos um paralelo entre as formas organizativas estabelecidas nos assentamentos, bem como os mediadores presentes, com a temática do capital social, foco do nosso trabalho. Apresentamos uma discussão sobre as relações sociais estabelecidas nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara importantes para a organização e cooperação dos assentados. Para isso, analisamos alguns valores encontrados entre eles tais como, a confiança, a solidariedade, a reciprocidade, a ajuda mútua, que são a base para a construção e o desenvolvimento de capital social.

5. DESENVOLVIMENTO E CAPITAL SOCIAL: DOIS CONCEITOS QUE CAMINHAM JUNTOS

Ao iniciarmos o debate sobre a importância da presença de capital social nas comunidades e, especificamente, nos assentamentos rurais não podemos desconsiderar a discussão sobre a questão do desenvolvimento, pois partimos da hipótese de que o capital social, quando presente e fortalecido, pode ser um indicador do desenvolvimento dos assentamentos. Assim sendo, neste capítulo partimos da apresentação da teoria sobre o desenvolvimento de Amartya Sen (2000), uma vez que esse autor dissocia a noção de desenvolvimento de crescimento econômico, acreditando que esse termo é muito mais amplo e abrangente.

Contudo, a noção de que o desenvolvimento é, para alguns, uma questão que está puramente relacionada com o crescimento econômico, perde força quando se coloca em pauta o conceito de desenvolvimento sustentável⁵⁶. Isso significa que, ao invés de se priorizar a acumulação de capital, outras questões como a social, a cultural e a política fazem parte do debate do que vem a ser desenvolvimento. Para Sen (2000), o desenvolvimento econômico não deve ser considerado como um fim em si mesmo, pois o desenvolvimento tem que estar associado, especialmente, com a melhoria de vida e com as liberdades desfrutadas pela população. Sendo assim, acredita-se que o desenvolvimento autêntico e constante é integral, agregando fatores sociais, culturais, econômicos e políticos. Certamente não se pode alcançar um nível de desenvolvimento em só um desses aspectos, pois cada um é dependente do outro.

O conceito de desenvolvimento deve ser concebido como um processo de transformação social, referindo-se a um processo que possui como finalidade a igualdade das oportunidades sociais, políticas e econômicas. Tem-se discutido muito sobre a necessidade de investimento em capital social para que ocorra um verdadeiro processo de desenvolvimento nas sociedades, pois com tal investimento não apenas a questão econômica seria priorizada, mas também a questão social, tão excluída quando se fala em desenvolvimento.

⁵⁶ Não é objetivo desse estudo entrar na questão do que é desenvolvimento sustentável, mas é importante ter presente a definição dada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. De acordo com a CMMAD (1988, p. 5) desenvolvimento sustentável é o “*desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações em satisfazer as suas necessidades*”.

O investimento em capital humano e social faz com que haja uma maior proximidade social dos indivíduos, isto é, uma maior relação social direta entre as pessoas, ocorrendo, portanto, uma forma de coordenação entre elas, valorizando o meio em que atuam. Sen (2000) acredita que desenvolvimento é o aumento da capacidade que as pessoas possuem para fazerem suas próprias escolhas, ou seja, o autor acredita que o desenvolvimento é o processo de ampliação da capacidade de realizar atividades livremente escolhidas e valorizadas, o que não é consequência automática do crescimento econômico. Percebe-se que essa concepção de desenvolvimento está diretamente associada à questão da liberdade. Em seu livro “Desenvolvimento como liberdade”, este autor considera as liberdades dos indivíduos como os elementos básicos na constituição do desenvolvimento. Nesse mesmo sentido, Abramovay (1998, p. 2), acredita que:

*“Não basta que a lei garanta certos direitos: o essencial é que os indivíduos tenham as **capacidades**, as **qualificações**, as **prerrogativas**⁵⁷ de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência.”*

O papel instrumental da liberdade está relacionado ao modo de como distintos tipos de direitos, oportunidades e “intitamentos”⁵⁸ colaboram para a expansão da liberdade do ser humano em geral e, conseqüentemente, para o acesso ao desenvolvimento. O autor considerou como liberdades instrumentais aquelas cujas funções podem contribuir para uma pessoa viver mais livremente, sem deixar de lado a característica que possuem de uma ter a capacidade de complementar a outra. Essas liberdades são: *liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora.*

Definindo cada uma delas, temos que a *liberdade política* faz menção às oportunidades que as pessoas possuem em decidir quais serão os seus governantes, baseados nos princípios de cada um, assim como poder fiscalizá-los e criticá-los, ou seja, ter liberdade política é

⁵⁷ Grifos do autor.

⁵⁸ A palavra *entitlement*, traduzida para o português como entitamento, foi utilizada por Sen (2000) com um significado bastante específico, sendo o conjunto de pacotes alternativos de bens que uma pessoa pode adquirir; assim, para o autor, uma pessoa passa fome porque no seu *entitlement* não está incluído nenhum pacote de bens com quantidade suficiente de alimentos.

possuir a liberdade de expressão sem qualquer tipo de repressão, o que não ocorre em um regime militar. No Brasil, durante o período militar que se estendeu da década de 60 até 1985, a questão da reforma agrária, embora presente no discurso político, foi relegada a um processo de colonização em que pese a definição da lei através do Estatuto da Terra⁵⁹. Mesmo havendo repressões para aqueles que contrariavam os interesses dos militares, algumas pessoas lutavam por algo que acreditavam. Isso é visível na fala de um assentado que, ao narrar a sua história de vida, apresenta passagens de uma época onde não havia liberdade política.

“O primeiro passo da reforma agrária foi em 1964, três de setembro, que eu fui em Brasília conversá com o pessoal da SUPRA pra tentá arrumá uma terrinha. Fui eu e outro amigo, ele não guentô...”⁶⁰

Eu queria consegui um pedaço de terra, daí não deu jeito não... Eu ia sozinho, eu não tinha medo de nada não. Naquele tempo eu pensava que tinha que chegá lá, fazê um pedido e atendido né, mas depois que eu entrei na luta, que eu vi onde eu fui, fui na casa da onça brava.”⁶¹

Embora compreendendo que a situação política do país não estava favorável ao processo de reforma agrária, já que passávamos por um período de privação das liberdades políticas, o Sr. J.R.F. não desistiu e continuou reivindicando o seu pedaço de terra. Depois das muitas correspondências encaminhadas à SUPRA e depois ao INCRA, o Sr. J.R.F. obteve uma resposta, via ofício do INCRA, onde o chefe da divisão técnica o informava da disponibilidade de terras em Roraima para o assentamento de famílias⁶². Porém, apesar da pouca instrução escolar, este senhor percebia as intenções dos governantes em realizar uma colonização e não uma reforma agrária.

“Me fizeram de besta lá de Brasília, me fizeram de besta, porque tavam me mandando lá pra Roraima, pedindo, falando que eu ia

⁵⁹ Lei nº 4.504, promulgada em 30 de Novembro de 1964.

⁶⁰ O fato narrado pelo Sr. J.R.F. pode ser conferido através do ofício da Superintendência de Reforma Agrária - SUPRA, apresentado como Anexo 1.

⁶¹ História de Vida, Sr. J.R.F., Assentamento São Bento, 2004.

⁶² O documento que comprova esse fato também se encontra como Anexo 2 deste trabalho.

ganhá sessenta hectar de terra. Era pra lá da capital de Boa Vista, setecentos e vinte e dois kilômetro. Sendo que do Jardim Olinda (Paraná) era assim, quatro mil e quinhentos kilômetro. Agora, pra andá mais setecentos e vinte e dois kilômetro por água. Ficava com a fronteira com a Venezuela, de maneira que aonde eles ia me colocá era numa mata. Então qué dizê, não é uma reforma agrária, é uma colonização. Reforma Agrária é feita dentro do município, dentro da região do Estado né?”⁶³

A ação em favor da distribuição da terra deve partir, principalmente, de órgãos do governo, já que é dever do Poder Público assegurar ao trabalhador rural o acesso à terra, e também daqueles que necessitam dela para garantir o progresso social e econômico de sua família. Depois de conquistada a terra, essas pessoas não param de lutar e a terra se torna um instrumento para a conquista de outros direitos do cidadão como educação, saúde, moradia, trabalho e, com certeza, a falta de um deles compromete o processo de desenvolvimento.

“Ah, eu acho que, é o que eu falei pra você, a importância é você correr atrás, é você lutar por alguma coisa, porque na cidade você não tem emprego, você não tem né e aqui você consegue praticamente um emprego, você consegue. Você pegou o lote, você tem onde trabalhá, você tem onde morá, aí a gente vai brigar por outras coisa, por escola, saúde, essas coisa.”⁶⁴

Há pessoas que passam por diversos tipos de privação durante a sua vida. Um outro tipo de liberdade instrumental, a *segurança protetora* se torna necessária para colocar à disposição dos indivíduos uma rede de segurança social. Quando carentes dessa rede, as pessoas acabam passando por situações de pobreza podendo caminhar à miséria absoluta. A esfera da *segurança protetora* compreende direitos institucionais fixos, como por exemplo, benefícios aos desempregados (seguro desemprego), aposentadoria, bem como providências *ad hoc*, como a distribuição de alimentos a grupos de pessoas que se encontram em situação

⁶³ História de Vida, Sr. J.R.F., Assentamento São Bento, 2004.

⁶⁴ Entrevista, Da. N.A.M., Assentamento São Bento, 2005.

de emergência. Durante a fase de acampamento, algumas medidas de *segurança protetora* são tomadas, uma delas diz respeito à distribuição de cestas básicas para os acampados. Na época de acampados, os assentados do assentamento São Bento e Santa Clara/Che Guevara disseram que, apesar da morosidade, houve a distribuição de cestas básicas. Através desse fato notamos que esse tipo de liberdade (*segurança protetora*) está ainda bastante limitada, tanto nos acampamentos, quanto nos assentamentos.

“Nós recebia cesta né e depois enviaram uma carreta de cesta e depois não veio mais, tem sempre uma coisa.”⁶⁵

Por meio das falas dos assentados podemos perceber que se num determinado momento esse tipo de liberdade, a *segurança protetora*, está presente entre as pessoas, muitas vezes tal liberdade não goza de continuidade.

“Eu fiquei, eu fiquei três ano (acampada), ah, eles fazia assim, (...), que nem pedia cesta básica, a cesta básica não vinha pra nós e nós passemos uma vida, debaixo da lona, ali na beira daquela linha ali, foram três ano debaixo da lona, inclusive, nós ficamos três ano veio cesta básica uma vez, eu recebi só uma vez.”⁶⁶

Da mesma forma que no assentamento São Bento, a limitação da *segurança protetora*, exemplificada por meio da distribuição das cestas básicas, também é um fato que está presente nas lembranças do tempo de acampados dos assentados do assentamento Santa Clara/Che Guevara.

“O governo mandou umas cesta básica depois de um tempo que tava acampado, depois num mandô mais também.”⁶⁷

Quando estudamos os assentamentos rurais percebemos que a questão política está sempre permeando o debate sobre a reforma agrária, já que esta é uma política governamental. Passado o período militar, os assentados conquistaram a liberdade de fazer qualquer tipo de

⁶⁵ Entrevista, Sr. L.P.S., Assentamento São Bento, 2005.

⁶⁶ Entrevista, Sra. A.S.A., Assentamento São Bento, 2005.

⁶⁷ Entrevista, Sr. J.S.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

reclamação ao Governo Federal, Estadual ou Municipal, isto é, às instituições que se fazem presentes nos assentamentos. No assentamento São Bento 63% dos assentados amostrados já haviam participado de algum tipo de ato público para reivindicar melhorias ao assentamento. No assentamento Santa Clara/Che Guevara essa porcentagem é de 60% (Tabela 7).

Tabela 7. Reclamação, por carta ou pessoalmente, a instituições, Assentamento São Bento e Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.

	Assentamento São Bento		Assentamento Santa Clara/Che Guevara	
	nº	%	nº	%
Sim	17	63,0	06	60,0
Não	10	37,0	04	40,0
TOTAL	27	100,0	10	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

Para reivindicar seus direitos, os assentados optam também por fazer algum tipo de queixa por meio de carta, telefonema e, até mesmo, pessoalmente para políticos da região e do Estado (Anexo 3).

“A prefeitura, tá cum seis ou é sete mês que o prefeito ganhô. As estrada você vê aí como é que é, uma buraquera desgraçada. A gente já peleja com esse prefeito e a dona Nazaré, que é vereadora aqui do parque. A gente fala com ela, ela diz que é com o prefeito, e o prefeito diz que a prefeitura tá sem maquinário. Tamo largado aqui.”⁶⁸

As reivindicações dentro dos assentamentos estão sempre presentes, seja por melhorias nas estradas, nas escolas, na saúde ou mesmo para ter acesso a determinados financiamentos. No campo econômico os assentados lutam para terem direito de acesso a algumas linhas de crédito; isso está relacionado com um outro tipo de *liberdade instrumental*, as *facilidades econômicas*, que contribuem para a ampliação da liberdade dos assentados de maneira geral. As *facilidades econômicas* são oportunidades que as pessoas adquirem para lançar mão de

⁶⁸ Entrevista, Sr. M.N.S, Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

recursos buscando obter a produção, a troca ou o consumo. Portanto, o acesso e a disponibilidade de financiamento aos assentados são extremamente importantes para garantir a *liberdade instrumental* e, conseqüentemente, atingir o desenvolvimento.

“Pressionando pra consegui que aquilo que foi aprovado seja aplicado, que nós não temo jeito de saí daqui pra ir lá em Brasília e dizer pro ministro: ó, nós queremos que seja liberado o dinheiro, que foi prometido em audiência, né, então qual que é a forma que nós usamo? Nós saímo daqui e fiquemo o dia inteiro lá, é o Banco do Brasil, dizer pro banco que nós queremos que seja aplicado aquilo que foi divulgado, e aí as ações a gente vai discutindo no caminho né, até fechá.”⁶⁹



Figura 9. Ocupação do Banco do Brasil do município de Teodoro Sampaio pelos assentados, agosto de 2005.

Foto: Vanilde F. de Souza, 2005.

⁶⁹ Entrevista, Sr. D.A.R., Assentamento São Bento, 2005.

Um outro tipo de liberdade diz respeito às *oportunidades sociais*, as quais estão relacionadas com as disposições que a sociedade estabelece com a questão da educação, da saúde, etc, e que vão influenciar a liberdade de um indivíduo possuir uma melhor qualidade de vida. Quando as *oportunidades sociais* são analisadas nos assentamentos rurais do estado de São Paulo, há a constatação de que este tipo de liberdade foi melhorando com o decorrer do tempo. Assim, se antes de entrarem no assentamento tais *oportunidades* eram escassas, depois de se tornarem assentados essa escassez diminui, ou até mesmo, desaparece.

Tabela 8. Melhorias recebidas após o assentamento, Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.

Melhorias	Assentamento São Bento		Assentamento Santa Clara/Che Guevara	
	nº	%	nº	%
Moradia	20	74,1	06	60,0
Saúde	08	29,6	03	30,0
Alimentação	19	70,4	08	80,0
Educação	09	33,3	06	60,0
Lazer	08	29,6	03	30,0
Poder de compra	17	63,0	09	90,0
Segurança	20	74,1	08	80,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

Nos assentamentos pesquisados, registra-se uma atenção especial quanto à educação das crianças, dos adolescentes e dos adultos, sendo que em ambos os assentamentos há uma escola com classes para essas três categorias. As diversas pesquisas sobre assentamentos rurais indicam que a educação escolar é uma das grandes preocupações das famílias assentadas, sendo que uma das primeiras reivindicações das famílias é a implementação de uma escola no interior do assentamento (LEITE et al., 2004).

Para os adolescentes há, ainda, num dos municípios da região do Pontal do Paranapanema, Rancharia, uma Escola Técnica Agropecuária, que desenvolve o ensino

através da pedagogia da alternância⁷⁰, e que se tornou uma alternativa a mais para a educação dos adolescentes e jovens dos assentamentos, como esclarece uma das coordenadoras do curso dessa escola:

“A escola fica voltada mais pra que a gente possa tá qualificando esse aluno, não digo qualificando, mas preparando esse aluno pra diversificação dentro da sua propriedade. Ele já vai olhar mais pra dentro da sua propriedade. Alguns ainda têm aquela ilusão de vender o seu trabalho, mas a maioria já tenta mudar a realidade dele, isso é muito interessante, acho que isso é um ponto positivo. Outro ponto positivo da pedagogia da alternância, que isso eu tive a oportunidade de ouvir um aluno é, fazer essa, esse testemunho. Ele falou: ó professora, se a escola não fosse a pedagogia da alternância eu não tinha condições de estudar, porque quem vai ajudar o meu pai no lote?”⁷¹

As oportunidades de estudo, assim como de saúde são muito importantes dentro de uma sociedade, pois são oportunidades que fazem a diferença entre uma boa ou má qualidade de vida. Além disso, essas facilidades são, também, bastante significativas para uma efetiva participação das pessoas em atividades políticas e econômicas (SEN, 2000).

“O posto de saúde também teve atendimento aí, tá tendo atendimento direto, no outro (prefeito) ficou fechado foi tempo e nós fazia greve pra abri e era aquela confusão, uma maior confusão do mundo e com ele não foi, tá, até agora tá indo bem, tá atendendo direitinho.”⁷²

⁷⁰ O método de ensino baseado na pedagogia da alternância tem como fundamento alternar momentos no ambiente escola e momentos no ambiente familiar/comunitário. É um processo de aprendizagem que ocorre seguindo a seguinte dinâmica: casa-escola-casa. Nesse método é priorizada a experiência do aluno, valorizando seus conhecimentos, onde o aluno terá uma formação a partir da sua realidade.

⁷¹ Entrevista, Sra. R.A.S., Coordenadora do Curso Técnico em Agricultura Familiar da Escola Técnica Estadual do Centro Paula Sousa em Rancharia, 2004.

⁷² Entrevista, Sra. F.G.D., Assentamento São Bento, 2005.

Se por um lado a escola está presente nos dois assentamentos e na grande maioria dos assentamentos rurais do país, o mesmo não ocorre com os postos de saúde. Apenas o assentamento São Bento possui posto de saúde. As famílias do assentamento Santa Clara/Che Guevara são assistidas no posto de saúde instalado no assentamento vizinho Antonio Conselheiro, ou mesmo no posto de saúde localizado no assentamento São Bento.

“Não, não tem (posto de saúde). Quando eu fui atrás desse posto de saúde, que o doutor Mané falou que ia colocar aqui, mas aí passaram lá pra, pra sede do Antonio Conselheiro, tá lá. Aqui quando precisa eu mesmo vou pra Teodoro, agora os outros vão no Pé-de-Galinha (assentamento São Bento).”⁷³

Diversas associações estão surgindo nos dois assentamentos devido à liberação de um tipo de crédito cedido pelo Governo Federal (fundo perdido) que será destinado à habitação. Por meio deste crédito os assentados terão os recursos necessários para melhorar suas condições de habitação e, conseqüentemente, a qualidade de vida.

“Um representante da Caixa, se não me engano, que participou da reunião, falou que tinha uma quantia muito grande de dinheiro, descontado de INSS parece e foi destinado esse dinheiro pra habitação. Tava tudo em fundo perdido né e foi destinado pra habitação. Teve até uma luta porque a Caixa queria liberar só pra cidade, só que aí eles encontraram, os advogados encontraram essa brecha né, que no contrato, no, no, nesses processo que tinha lá, que foi liberado pra habitação não tava escrito é área urbana ou área rural, então aí lutando, lutando conseguiu né. Habitação é bom porque muita gente ainda tá morando em casa de lona.”⁷⁴

De maneira geral as *oportunidades sociais*, como educação, saúde e moradia, alcançadas pelos assentados são melhores se comparadas às que eles possuíam antes de se

⁷³ Entrevista, Sr. N.M.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

⁷⁴ Entrevista, Sr. J.P.A., Assentamento São Bento, 2005.

tornarem assentados. Esse fato pode ser um dos motivos pelos quais a grande maioria dos assentados acredita que suas vidas melhoraram após tornarem-se assentados (Tabela 9).

Tabela 9. Condições de vida depois de assentado, Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.

Condição	Assentamento São Bento		Assentamento Santa Clara/Che Guevara	
	nº	%	nº	%
Muito boa	14	51,9	06	60,0
Boa	06	22,2	02	20,0
Regular	06	22,2	02	20,0
Ruim	01	3,7	00	0,0
TOTAL	27	100,0	10	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

Com o processo de redemocratização no Brasil, ocorrido na década de 1980, a busca pelas *oportunidades sociais* se tornou maior, pois com a abertura política foi possível discutir e debater os problemas pelos quais o país passava, dentre eles, a questão da distribuição das terras. Nesse contexto, ocorreu a emergência de diversos movimentos sociais como, por exemplo, o MST. É nesse contexto que passamos a definir um outro tipo de liberdade que está vinculada às *garantias de transparência*.

As interações entre as pessoas ocorrem porque, para conviverem umas com as outras, elas estão baseadas em determinadas suposições sobre o que lhes estão sendo oferecidos e o que podem esperar conseguir. Para isso, a sociedade trabalha com a suposição da existência de confiança. As *garantias de transparência* estão associadas às necessidades de sinceridade que as pessoas esperam umas das outras, ou seja, à liberdade de se relacionarem sem segredos e com clareza. Assim, as *garantias de transparência* tornam-se uma categoria importante de liberdade instrumental (SEN, 2000).

“Aqui não é pra falar não, mas a liberdade é outra né do que na cidade, bem mais tranqüilo, o que eu falo é isso, a gente confia muito nos vizinho aqui, é uma confiança muito forte.”⁷⁵

A Tabela 10 nos mostra o grau de confiança depositado pelos assentados aos vizinhos, parentes e amigos.

Tabela 10. Grau de confiança em parentes, amigos e vizinhos, Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.

	Assentamento São Bento						Assentamento Santa Clara/Che Guevara					
	Confia		Confia		Não confia		Confia		Confia		Não confia	
	Muito		mais ou				Muito		mais ou			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Parentes	22	81,5	03	11,1	02	7,4	06	60,0	03	30,0	01	10,0
Amigos	16	59,3	10	37,0	01	3,4	04	40,0	04	40,0	02	20,0
Vizinhos	09	70,4	07	25,9	01	3,7	06	60,0	04	40,0	00	0,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

As liberdades instrumentais aqui apresentadas podem aumentar diretamente as capacidades das pessoas. Tais liberdades complementam-se e, inter-relacionando-se possuem a necessidade de desenvolver e de amparar uma diversidade de instituições públicas que garantam o sistema democrático, as estruturas de mercados, a provisão de serviços de educação, saúde, etc. Essas instituições podem integrar iniciativas privadas, assim como organizações não-governamentais e entidades cooperativas. Assim, tanto o Estado, como a sociedade, possuem importantes papéis para o fortalecimento e a proteção das capacidades humanas. A ampliação da liberdade do homem é tanto o principal fim quanto o principal meio de desenvolvimento.

Como visto no capítulo anterior na área de estudo há uma efervescência de associações, organizações formais e informais entre os atores pesquisados, sendo este um fato

⁷⁵ História de Vida, Sr. A.P.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

determinante para atingirmos o objetivo deste trabalho, uma vez que acreditamos ser o capital social um instrumento capaz de promover o desenvolvimento.

Com base na teoria do desenvolvimento estuda-se a importância da sociedade, das relações sociais e da capacidade de cooperação entre seus integrantes, para o processo de desenvolvimento de uma região. As comunidades rurais, por meio de sentimentos como solidariedade, confiança, conseguem fortalecer a integração social e a cooperação local, e isto pode vir a ser um instrumento para desencadear um processo de transformação socioeconômica do local. Neste sentido, utilizamos o conceito de capital social procurando identificar a sua presença quanto à qualidade das relações sociais para alcançar o processo de desenvolvimento, já que este conceito pode ser uma importante ferramenta para a análise e promoção do desenvolvimento no meio rural (DURSTON, 1999).

A partir da análise das diversas teorias sobre o significado de capital social apresentamos, nesta pesquisa, como as relações sociais estabelecidas nos dois assentamentos pesquisados vão se construindo, tomando-se como base o conceito de capital social que procura dar mais significado à presença e à qualidade das relações sociais para o desencadeamento do processo de desenvolvimento. As relações sociais aqui identificadas têm início no momento do acampamento e se concretizam no assentamento.

5.1. O capital social nos assentamentos

Na constituição de um assentamento várias ações coletivas são articuladas e concretizadas pelos atores participantes de tal processo, com isso essas pessoas têm o "poder" de transformar a realidade local criando condições que se passam através da cooperação entre os envolvidos durante o processo de transformação. Essas transformações se tornam possíveis diante da presença do capital social, já que este é um instrumento de transformação e desenvolvimento social. Diferentemente de outros tipos de capital, o capital social nasce das relações sociais e abre caminho para uma nova forma de relações entre os indivíduos; com a sua presença formas de cooperação mútua são facilitadas. Existem diversas teorias do que

vem a ser capital social, sendo este um conceito bastante abrangente.⁷⁶ Para a construção desse trabalho apresentamos algumas teorias sobre capital social, as quais acreditamos poder contribuir para a discussão sobre o tema.

O autor que primeiro introduziu o conceito de capital social foi Pierre Bourdieu, nos anos 1980. Esse autor utilizou o termo para se referir às vantagens e desvantagens em se pertencer a determinadas comunidades. Para Bourdieu (1986), o capital é percebido como um acúmulo de trabalho que, quando apropriado de maneira privada, proporciona a apropriação da energia social. O capital visto dessa maneira, envolve-se de uma capacidade potencial na geração de lucros e, da mesma forma, para se autoproduzir, na mesma proporção ou de maneira expandida.

A teoria econômica tenta reduzir a análise de capital, centrando-se no aspecto de troca, originando uma orientação para a maximização do lucro. Com isso, a ênfase economicista impede o aspecto não econômico que o capital também possui. Assim sendo, Bourdieu (1986) em seu artigo “*The forms of capital*” identificou três diferentes tipos de capital. O primeiro deles é o econômico: este é convertido em dinheiro e pode se estabelecer como forma de direito à propriedade; o segundo tipo de capital é definido pelo autor como cultural, sendo este convertido, sob determinadas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de qualificação educacional; e, por último, tem-se o capital social, o qual gera obrigações sociais, sendo transformado, sob certas condições, em capital econômico, podendo ser estabelecido na forma de títulos “nobiliárquicos” (DIAZ JR, 2001).

Bourdieu (1986) ao identificar essas três dimensões de capital, o econômico, o cultural e o social, acredita que estes três recursos tornam-se socialmente efetivos e a propriedade deles é legitimada pela mediação do capital simbólico, isto é, as posições sociais e a divisão de econômico, os recursos culturais e sociais, normalmente, são legitimados com ajuda do capital simbólico.

⁷⁶ Nesse sentido, há algumas críticas sobre o que vem a ser capital social. Para exemplificar, é citado o efeito negativo que o capital social pode, também, produzir; isto pode ser observado em algumas organizações “sociais” existentes como a máfia, o ku klux klan, os skin heads, entre outros. Estes grupos também se organizam coletivamente, e determinantes econômicos, sociais, políticos e educacionais podem influenciar diretamente nos objetivos das ações dos grupos. (DIAS JR, 2001).

Estes vários tipos de capital sendo acumulados pelos agentes e simbolizados pelo poder que os mesmos detém, faz com que esse poder seja utilizado nas suas lutas simbólicas para impor a sua visão de mundo. Apesar do autor não tratar, explicitamente, da questão da confiança quando analisa o capital social, a confiança pode estar presente como parte das lutas simbólicas que ocorrem na sociedade. A análise central de Bourdieu supõe que a estrutura social se compõe de campos de luta pelo poder. Para o autor, os conflitos estão ligados ao conceito de capital social, que assim, como as outras formas de capital é também distribuído de maneira desigual; diante dessa visão, o capital é tido como poder (ROS e SCHNEIDER, 2003).

As propriedades atuantes, tidas em consideração como princípios de construção social, são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos. O capital representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (...). As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado.”
(BOURDIEU, 2003, p. 134).

A posição que um determinado agente ocupa num espaço social pode ser definida pela posição que ele desempenha nos diferentes campos de atuação, isto é, na distribuição dos poderes que operam em cada um dos campos, seja o capital econômico, o capital cultural, o capital simbólico (geralmente nomeado de prestígio, reputação, etc.) e o capital social (BOURDIEU, 2003).

Sendo assim, compreendemos que a contribuição teórica da noção de capital social está no fato deste possuir a capacidade para explicar as lógicas das ações dos agentes, especialmente, nas suas articulações sociais para estabelecer as suas lutas simbólicas. Desta maneira, o capital social foi definido, por Bourdieu (1986), como um conjunto de recursos concretos ou potenciais que estão ligados à participação de uma rede durável de relações mais ou menos estabelecidas de mútuo entendimento e reconhecimento.

O estabelecimento ou a reprodução das relações sociais altera as relações contingentes, como a vizinhança, o local de trabalho, entre outras. Essas relações também originam elos de obrigações subjetivas, como sentimentos de gratidão, respeito, amizade, etc., que geram e potencializam o capital social. Nesse sentido, Bourdieu transfere para as pessoas a responsabilidade de transformação social, por serem essas pessoas possuidoras de capital social. Para ele, o capital social é propriedade dos agentes individuais e coletivos e não das sociedades.

A percepção do autor, ao definir capital social, de que os indivíduos são agentes transformadores da realidade social permite, neste sentido, estudar as ações que ocorrem nos diversos tipos de relações sociais presentes nas diferentes organizações, como por exemplo, os assentamentos rurais, as instituições governamentais e não-governamentais atuantes numa determinada região, assim como também, de maneira isolada, estudando a ação de líderes para a modificação do espaço social.

De acordo com Ros e Schneider (2003), o capital social tido como poder é algo que não se consegue tocar e se estabelece nas relações sociais onde existe a presença de reciprocidade e cooperação, com isso, este tipo de capital pode ser analisado a partir do modo como se manifestam estas relações, que podem estar formalizadas por meio de organizações ou instituições, mas em outras situações, as mesmas são informais, expressadas através das relações de compadrio, parentesco, amizade.

“Estas relações podem existir apenas no estado prático, nos intercâmbios materiais e/ou simbólicos que ajudam a mantê-los. Também podem estar instituídas socialmente e garantidas pela aplicação de um nome comum (a família, a classe, a tribo, a escola, o partido, etc.) e por um conjunto de atos institucionalizados que são designados para formar e informar simultaneamente aqueles que estão sujeitos; neste caso, elas estão mais ou menos explicitadas e, portanto, mantidas e reforçadas nos intercâmbios. Ao estar sustentadas em intercâmbios simbólicos e materiais insolúveis, seu estabelecimento e manutenção pressupõe o reconhecimento de proximidade, elas são, também, parcialmente irreduzíveis às

relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográficas) ou também no espaço econômico e social.” (BOURDIEU, 1986, p.249).

Nos dois assentamentos pesquisados, o capital social se faz presente, seja por meio de organizações formais como as associações e as cooperativas, ou por meio de organizações informais que são identificadas através da relação de vizinhança, parentesco ou compadrio. Bergamasco et al (1997) apontam para o fato de que nos assentamentos rurais as redes de relações estabelecidas entre vizinhos e parentes se constituem em autênticas estratégias desenvolvidas no espaço rural. Ao analisar as relações de vizinhança nos assentamentos percebemos que estas foram se construindo ainda na época do acampamento.

“A gente não conhecia ninguém em noventa, não se conhecia ninguém e é a partir de noventa que a gente acampô junto, a gente passou a conhecê, então tá fazendo parte de várias família como se fosse da família. Do acampamento, que se tornou essa comunidade do setor 1. É uma boa parte do grupo que estava na época.”⁷⁷

Existe nos assentamentos uma forte relação social entre os assentados, e isso é um potencializador para a formação do capital social, pois de acordo com Dirven (2003), as pessoas, em sua essência, são portadoras de capital social. As relações sociais existentes nos assentamentos são marcadas, principalmente, pelo fato dos indivíduos terem vivenciado a mesma situação, uma vez que nos dois assentamentos a principal forma de acesso ao lote foi por meio de participação na ocupação e no acampamento (Tabela 11).

⁷⁷ Entrevista, Sra. M.C.S., Assentamento São Bento, 2005.

Tabela 11. Forma de acesso ao lote, Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, valor absoluto do número de entrevistados e porcentagem.

Formas de acesso	Assentamento São Bento		Assentamento Santa Clara/Che Guevara	
	nº	%	nº	%
Participação na ocupação e acampamento	21	77,8	08	80,0
Troca (participação na ocupação e acampamento)	01	3,7	01	10,0
Troca (constava no cadastro)	03	11,1	00	0,0
Herança	01	3,7	00	0,0
Trabalhava na fazenda	01	3,7	00	0,0
Compra	00	0,0	01	10,0
TOTAL	27	100,0	10	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

O fato de terem vivenciado a mesma situação durante o processo de acampamento e mais tarde na entrada no assentamento e, também, por participarem das mesmas atividades faz com que no interior dos grupos de vizinhança não ocorram grandes diferenças entre eles, sendo que os laços de vizinhança são fortalecidos pela confiança depositada entre eles.

E, mesmo que os assentamentos sejam áreas que passaram por transformações em que uma nova população foi instalada e, também, onde ocorre uma nova forma de exploração da terra, a constituição das relações sociais possui características similares às dos agricultores familiares tradicionais. Tal fato é percebido através da literatura, onde Queiroz (1976) assegura que a representação do grupo de vizinhança e o gênero de suas relações são, por toda a parte, iguais no Brasil, nas zonas em que conseguiram se implantar. Ainda sobre esse tema Antuniassi (2003) analisando os laços de sociabilidade das famílias assentadas no assentamento Monte Alegre, mais precisamente da família Pereira, acredita que:

“Os padrões de sociabilidade e organização do trabalho no assentamento no seio da parentela dos Pereira continua apresentando traços marcantes da sociabilidade tradicional dos sítiantes em que o parentesco e a vizinhança se entrelaçam tornando-se a base da

sociabilidade e da obtenção dos meios de vida.” (ANTUNIASSI, 2003, p. 56)

Apesar de se identificar nas relações sociais estabelecidas nos assentamentos alguns traços tradicionais, as famílias assentadas se diferenciam dos sitiantes tradicionais, uma vez que suas histórias de vida são diferentes e o contexto em que adquiriram a terra é, também, diferente.

As relações de vizinhança são percebidas muitas vezes através de visitas que um faz na casa do outro. Tal fato foi identificado em quase todas as falas dos entrevistados que, ao serem questionados sobre os vizinhos, a grande maioria respondeu estabelecer uma boa relação entre eles.

“São tudo bom, meus vizinho são tudo bom, não tenho o que falar de nenhum. Eu vou na casa de qualquer um que venha à minha casa, eu vou, porque a pessoa vai na casa de quem vem na casa da gente. Se o nego não vem na casa da gente, a gente também não vai na casa dum cara que não, não dá valor na gente.”⁷⁸

Para que as relações de amizade entre vizinhos ocorram é necessário que haja uma reciprocidade entre as partes envolvidas. Quando o Sr. M.N.S. estabelece que apenas vai na casa de quem frequenta a sua, ele está pré-condicionando a sua ida a algo, ou seja, ele vai na casa de alguém, mas quer que isso seja recíproco. Ao contrário do que ocorre nos laços de parentesco, os laços de amizade não são um produto de uma situação já dada, pois a amizade não se ganha, ela é conquistada (WOLF, 1980).

“Bom, os vizinho são bom, os vizinho são bom (...), meus vizinho são bom. (...) os vizinho vem, todos os vizinho vem aqui,(...) eu prefiro ficar em casa, eu sou muito caseira, mas os vizinho todos vêm aqui, eles vêm sempre, vêm fazer visita, às vezes vem jantar, vem sempre. Mas eu nunca fui na casa dos vizinho, é só quando

⁷⁸ Entrevista, Sr. M.N.S., Santa Clara/Che Guevara, 2005.

eu preciso de alguma coisa emprestada, eu vou rapidinho, peço e volto rapidinho.”⁷⁹

A conquista da amizade, inicialmente no acampamento e depois no assentamento é o que ocorre na maioria dos casos, ou seja, os vínculos de amizade vão se construindo ao longo do tempo. Quando a Sra. I.S.P. diz que recebe os vizinhos na sua casa para jantar, significa que, mesmo sem ela ter o hábito de freqüentar a casa deles, os vizinhos conquistaram a sua amizade e retribuem oferecendo-lhe algo que falte à ela, seja isso material ou emocional. Em vista disso, isto é, de uma análise sociológica válida para o vínculo de amizade, Wolf (1980) distinguiu dois tipos de amizade, a amizade expressiva ou emocional e a amizade instrumental⁸⁰. Utilizando-se do exemplo das falas dos assentados podemos dizer que é um caso de amizade emocional, pois este tipo de amizade implica numa relação entre um *ego* e um *alter* onde cada um vai satisfazer a necessidade expressiva ou emocional do outro. Assim sendo, podemos crer que o ponto de partida da amizade é a reciprocidade, uma vez que esse tipo de relação tem como objetivo a ocorrência da ajuda mútua, onde a carga afetiva pode ser considerada como um instrumento para que se mantenha o vínculo de confiança.

“Bom, vixe, aqui eu confio demais, a gente boa viu, tudo. Daqui até lá em cima a caixa d’água, onde você viu, mas issi aí é uma coisa muito bom, é esses vizinho, não pega nada de ninguém e a gente tudo se dá, é uma coisa demais, tudo amigo, tudo amigo. Ah, desde o começo, também desde noventa e um é todo mundo junto né.”⁸¹

Segundo Dirven (2003), o eixo das relações sociais conduz à existência de um capital social e à ênfase no potencial organizativo que se apresenta nas pessoas, nas comunidades e nas associações produtivas. Desta forma, percebemos indícios de formação do capital social nos assentamentos através não só pelas relações de vizinhança, como também pelas relações de parentesco e compadrio. No assentamento Santa Clara/Che Guevara 70% dos assentados

⁷⁹ Entrevista, Sra. I.S.P., Assentamento São Bento, 2005.

⁸⁰ Frente à amizade emocional está a amizade instrumental, onde cada um dos integrantes da amizade atua como um elo de conexão com outras pessoas do exterior.

⁸¹ Entrevista, Sr. C.J.G., Assentamento São Bento, 2005.

pesquisados possuem algum compadre, comadre ou afilhado que vive no assentamento, sendo que no São Bento essa porcentagem é de 51,9%. Quanto aos parentes, no assentamento Santa Clara/Che Guevara 50% deles têm parentes que vivem no assentamento e no São Bento 55,6% dos assentados disseram possuir parentes no assentamento. A relação de parentesco aparece como um campo de destaque nas relações sociais, pois o parentesco intervém diretamente na relação de trabalho, conferindo especificidade à parceria local (WOORTMANN,1995).

Existem nos assentamentos muitas famílias que possuem pais e irmãos morando em outros lotes, o que significa que as famílias vão constituindo a parentela no interior do assentamento, podendo em muitos casos estabelecer um sistema de ajuda mútua entre os parentes (ANTUNIASSI, 2003). Observamos a existência de muitos filhos de assentados vivendo em outros lotes no mesmo assentamento, fato este presente tanto no assentamento São Bento, quanto no assentamento Santa Clara/Che Guevara.

“Meus vizinho são excelentes né, graças a Deus. Eu tenho esse aqui que é o meu cumpadre, esse aqui da frente. Tem o A.S. que tá lá no fundo, o V. também lá no fundo, esse de frente é o meu filho, quer dizer que são um pessoal, que graças a Deus nós convévi bem.

Nós vai na casa um do outro, sempre um, de vez em quando um precisa do outro, na hora de uma precisão quer dizer que todo mundo chega junto né.”⁸²

Os laços estabelecidos na comunidade (parentesco, amizade, compadrio) são freqüentemente fortalecidos quando as pessoas se unem para realizar algo em prol da comunidade, como ocorre em casos da realização de mutirão, troca de dias (serviços), missa. Borges (2004) percebeu, através das histórias das pessoas, que no setor I do assentamento São Bento, ainda no momento do acampamento, havia uma forte união entre os que se assentaram nesse setor. Essa união, muitas vezes, ocorre pelo fato das pessoas desse setor serem bastante religiosas. A religião, em determinados casos, constitui-se no principal instrumento de preservação e manutenção de uma comunidade, uma vez que conta com a participação da grande maioria dos seus integrantes.

⁸² Entrevista, Sr. N.M.A, Santa Clara/Che Guevara, 2005.

A questão da religiosidade está presente, não apenas no setor I, mas em todo o assentamento São Bento, já que 92,6% dos assentados pesquisados se identificaram como praticantes de uma religião, assim como no assentamento Santa Clara/Che Guevara, onde essa porcentagem chega a 90%. Observou-se no assentamento São Bento que as missas antes eram realizadas na escola do assentamento e, recentemente, com a construção de uma igreja por meio de mutirão pela comunidade são realizadas, uma vez por mês, missas católicas, que contam com a presença de assentados, não só do São Bento, mas também dos assentamentos vizinhos.



Figura 10. Foto da igreja católica localizada no Pé-de-Galinha, assentamento São Bento (em fase de construção), 2005.

Foto: Vanilde F. de Souza, 2005.

Nos dois assentamentos há a predominância da religião católica, seguida pela evangélica que também possui um número considerável de fiéis. No estudo realizado por Bergamasco et al. (2004) sobre a diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais, constatou-se que a grande maioria (72,27%) dos assentamentos pesquisados no estado de São Paulo tinha a religião católica como a predominante e as

evangélicas somavam 5,04%. Os cultos evangélicos são realizados nas igrejas construídas, por meio de mutirão, pelos assentados pertencentes a essa religião. Em cada assentamento (São Bento e Santa Clara/Che Guevara) existe uma igreja evangélica.



Figura 11. Placa de indicação do caminho da igreja evangélica “Assembléia de Deus”, setor II, Assentamento São Bento, 2005.

Foto: Vanilde F. de Souza, 2005.



Figura 12. Igreja Assembléia de Deus, setor II, Assentamento São Bento, 2005.

Foto: Vanilde F. de Souza, 2005.

Como foi observado por Borges (2004) há uma presença marcante de católicos no setor I do assentamento São Bento. Talvez o destaque da religiosidade (católica) no setor I se dê pelo fato deste grupo ter se unido desde o tempo do acampamento, pois naquela época tal grupo já se reunia para as celebrações religiosas. Ao entrar no assentamento o grupo juntou forças para a construção de uma capela no setor. Esta capela está localizada no lote de um dos assentados, que diz ter realizado um grande sonho ao se tornar assentado.

“Então é como eu te falei, esse grupo que tá aqui é da época do acampamento de noventa, é uma boa parte daquele grupo que se uniu em acampamento. Viemos pro emergencial e definitivo ficamos aqui, firme na luta e firme na religião também, é não é que a gente é gaba muito assim, mas a gente é bem religioso esse grupo aqui, em religião sim.

Eu decidi, eu, eu tinha um sonho a realizar né, toda vez que eu tava acampada eu tive esse sonho, eu queria que eu conseguisse né o lote e após eu consegui o lote, eu queria fazer uma capela na minha, no meu lote e assim eu comuniquei com as pessoas né e eles entraram de acordo e eu, a comunidade e as outras doação que a gente recebeu por fora que construiu, mas o sonho é meu. É esse era o meu sonho né.”⁸³

Nessa capela são realizadas missas uma vez por mês por um padre do município de Mirante do Paranapanema. Além das missas são feitos batizados, casamentos, e tornou-se um lugar de encontro e comemorações da comunidade. A construção dessa capela ocorreu por meio de mutirão.

“A capela foi construída com mutirão e através da comunidade, de muitas doações aqui do setor, demorou quatro anos mais ou menos, e ainda não acabou, e não só do setor como gente de fora também ajudou né, doador de vários lugares de fora doaram também.”⁸⁴

⁸³ Entrevista, Sra. M.C.S., Assentamento São Bento, 2005.

⁸⁴ Idem.



Figura 13. Foto da vista externa da capela construída no lote da Sra. M.C.S., assentamento São Bento setor I, 2005.

Foto: Vanilde F. de Souza, 2005.



Figura 14. Foto da vista do interior da capela construída no lote da Sra. M.C.S, assentamento São Bento setor I, 2005.

Foto: Vanilde F. de Souza, 2005.

Apesar das missas ocorrerem apenas uma vez por mês, a comunidade desse setor se reúne toda a semana para a realização de terços ou novenas. Essa comunidade religiosa tende a se comunicar de maneira recíproca e a comunicação, naturalmente, é mais forte tão só entre quem participa desse grupo religioso, que no caso diz respeito ao grupo católico. Assim, todas as diferenças entre o grupo e até mesmo as que existem na própria religião se fundem suavemente entre si em decorrência da união existente e que, conseqüentemente, é geradora de sociabilidade e potencializadora de capital social.

Recentemente (julho de 2005) a comunidade do setor I se reuniu para celebrar os 15 anos que estão na luta pela terra. Essa celebração contou com a presença de assentados, não só desse setor, como também do setor II e do assentamento vizinho Estrela D'Alva. Ao todo, segundo a entrevistada, foram cerca de 50 pessoas que participaram da festa. Como todas as festas da comunidade do setor I estão relacionadas com a questão da religiosidade, para esta comemoração, não faltou a presença de dois padres para a celebração da missa. Sendo esta uma festa para a comemoração dos 15 anos de luta pela terra, além do padre atual que celebra mensalmente as missas, houve também a participação do padre João Pereira, que na época do acampamento era quem, além de celebrar as missas, dava-lhes o apoio e o conforto espiritual para que continuassem na luta, que segundo relatos dos assentados foi perseguido por uma parte da sociedade da região do Pontal do Paranapanema.

“Foi dia treze de julho né, quinze anos de luta de acampamento, mas a gente comemorou né no dia nove de julho né, chamando algumas comunidade, fizemos a missa né, a celebração da missa e o padre que nos acompanhou né durante o acampamento a gente trouxe pra celebrar a missa e o outro também que hoje é o atual, o padre Wilson também fez parte.

No acampamento era o padre João Pereira, excelente padre ele, ele praticamente ficou é, perseguido por causa da luta. Ele fazia tudo tipo de trabalho que viesse a beneficiar o acampado, negociá né, ele negociava com as entidade pra trazê doações e

ele foi perseguido por causa da luta, os próprios latifúndio né perseguiram ele, ameaçaram demais.”⁸⁵

No dia da comemoração também houve a realização de batizados, para isso a comunidade desse setor enfeitou e arrumou a capela, pois como sempre ocorre em dia de missa, após a celebração a comunidade faz uma festa com direito a bolo, refrigerante, salgadinhos, sendo que cada um leva a sua contribuição. Contudo, a participação nas atividades religiosas, assim como nas festas comemorativas desse setor, apesar de ser aberta a todos, na prática somente aqueles que estão mais próximos do grupo, ou os que já fazem parte dele, são os convidados.

Nesse grupo, pelo fato das pessoas estarem sempre se reunindo, tendo a religião como promotora das relações sociais, suas ações são mais facilitadas e viabilizadas. Isto ocorre porque no grupo há, além da solidariedade entre as pessoas, um sentimento de confiança muito forte. Para Fukuyama (1996) a confiança é um dos principais elementos para se criar capital social em determinadas regiões ou comunidades.

A questão da religiosidade entre os assentados, mais especificamente no setor I do assentamento São Bento, está diretamente relacionada com a presença de capital social, já que este é uma característica da organização social, que reúne as relações entre os indivíduos, as suas regras de comportamento, os laços de confiança, as obrigações mútuas. O capital social, quando presente em uma comunidade, torna possível a tomada de ações cooperativas as quais vão resultar no benefício de toda a comunidade, pois este tipo de capital tem a habilidade de criar e sustentar associações voluntárias. Desta perspectiva, a formação de uma associação voluntária pode, também, ser vista como estratégias coletivas e individuais de investimento, as quais apontarão para a criação de redes permanentes de relações que tornarão possível a acumulação de capital social (BOURDIEU, 1986).

Tanto no assentamento São Bento, quanto no Santa Clara/Che Guevara, existem indicativos de formação de capital social, o qual está se construindo ao longo do tempo. Tempo esse iniciado no acampamento. É claro que muitas pessoas já trouxeram consigo alguns elementos que são necessários para a construção do capital social, como a

⁸⁵ Entrevista, Sra. M.C.S., Assentamento São Bento, 2005.

solidariedade, a religião, a fé, a confiança, o espírito participativo, a cooperação, a reciprocidade, entre outros. Ao ouvir a história de vida de algumas lideranças dos assentamentos percebemos que muitos deles já possuíam alguns desses elementos que poderão ajudar na constituição e fortalecimento do capital social nos assentamentos.

“Eu no meu nível que eu era na cidade eu não vou falar que aumentou a confiança né, porque eu sempre, eu procurei sempre ter amigos. O cara que trabalha bem na cidade, o cara tem uma grande confiança né, eu mesmo até hoje e qualquer cidade dessa aí que eu chego, qualquer lugar eu chego, eu tenho o meu crédito em qualquer lugar, mas não é um crédito que eu arrumei aqui dentro, eu já tinha ele.(...) E na cidade eu tinha, e tenho até hoje, muitos amigo.”⁸⁶

Nesse pequeno trecho da história de vida do Sr. A.P.S. podemos perceber que as relações sociais estabelecidas por ele ocorreram antes da sua chegada ao assentamento, sendo a confiança um dos pilares dessas relações, que por sua vez, é um dos elementos para a formação de capital social. Portanto, o conceito de capital social busca um sentido maior em relação não apenas à presença das relações sociais, mas, sobretudo, à qualidade dessas relações, as quais poderão contribuir para o processo de desenvolvimento. Nesse sentido, foi percebido que 70% dos assentados amostrados do São Bento afirmaram confiar muito nos seus vizinhos. No assentamento Santa Clara/Che Guevara essa porcentagem é de 60%.

A confiança como um dos elementos para a presença de capital social é também importante na teoria de Robert Putnam, que tenta entender os processos organizativos a partir do capital social. Este autor definiu este tipo de capital como traços que as organizações possuem, como a confiança, as normas e os sistemas, que facilitam a ação e cooperação no esforço de se conseguir objetivos comuns, colaborando no aumento da eficiência da sociedade. O capital social auxilia a cooperação espontânea; exemplificando, ele evidencia as associações de crédito rotativo, que se fazem presentes quase que em todos os países. Neste tipo de associação, um grupo de pessoas estipula um valor das contribuições que cada um deverá fazer, assim como as normas de retirada do montante

⁸⁶ História de Vida, Sr. A.P.S., Santa Clara/Che Guevara, 2004.

arrecadado. Nessas associações há a contribuição pessoal para a produção de sociabilidade, o que conseqüentemente resultará na consolidação da solidariedade dentro da comunidade. Claro que os riscos com o interrompimento do processo existem, mas a reputação de honestidade e de confiança dos membros torna-se uma garantia, assim como as informações sobre o comportamento dos membros em outras associações. Assim, a confiança, a credibilidade e a informação mantêm e aumentam as redes de relações sociais.

O que podemos perceber em nosso estudo, ao associarmos os dados empíricos à teoria, é que se a confiança, juntamente com a credibilidade, assim como os sentimentos de solidariedade e compaixão, têm o poder de ampliar as redes de relações sociais, tais redes se mantêm fortalecidas nos assentamentos, pois todos esses elementos se encontram presentes nas relações sociais estabelecidas entre os assentados. Uma dessas relações diz respeito à questão das trocas de dias que ocorrem constantemente nos assentamentos. Dificilmente encontramos nos assentamentos pessoas que não realizam esse tipo de atividade, seja pelo companheirismo, solidariedade, confiança ou mesmo pela necessidade e, ao realizarem esse trabalho, estabelece-se uma relação de confiança entre os envolvidos, pois, dificilmente, um faltará com a sua obrigação para com o outro. A garantia de que esse tipo de relação não se quebrará ocorre somente pela presença do sentimento de confiança. Nos assentamentos presenciamos essa atividade de troca de dias na propriedade do Sr. J.P.L., a qual pode ser observada na Figura 15, em que seu vizinho foi ajudá-lo a preparar as ramas de mandioca para o plantio.



Figura 15. Foto da preparação da rama de mandioca para o plantio, no sistema de troca de dias, assentamento São Bento, 2004.

Foto: Vanilde F. de Souza, 2005.

Há depoimentos que traduzem de maneira bastante elucidativa como ocorre essa atividade e a relação de confiança e amizade presentes.

“Outro dia foi esse Sr. aí mesmo, esse ano, nós colheu algodão bastante pra ele aí, já plantou de novo e eu também plantei agora, a gente trabalha um pro outro. Então quando ele tá apurado a gente trabalha pra ele e quando a gente tá apurado ele trabalha pra gente, e assim vai levando, vai tocando e com isso a gente vai indo, levando a vida.”⁸⁷

⁸⁷ História de Vida, Sr. J.P.L., Assentamento São Bento, 2004.

Nas trocas de dias existe uma certa cumplicidade entre os assentados que ocorre, sobretudo, pela confiança presente entre eles. Conclui-se que a confiança promove a cooperação e, conseqüentemente, quanto maior for o nível de confiança de uma comunidade, maior será a cooperação existente. As formas de capital social são denominadas de “recursos morais”, sendo que esses recursos aumentam conforme o seu uso e diminuem conforme o desuso, isto é, quanto mais as pessoas confiam umas nas outras, maior será a tendência de haver confiança mútua.

“Eu acredito que pelo menos a parte aqui, que nós mora aqui, eu acredito que é um pelo outro né, porque eu mexo com, eu tenho um trator, eu vou lá, o cara vem, eu tenho um maquinário, nós troca serviço, faz tudo então.”⁸⁸

Barone (1996), ao estudar os códigos tradicionais de famílias assentadas fundamentou-se no conceito de “economia moral”, ou seja, no modo pelo qual essas pessoas organizam, dentro do seu universo, todo o mecanismo social. A economia moral funciona como códigos que vão orientando esses agentes sociais em suas avaliações e condutas. Esses são os códigos de reconhecimento social, que fazem a identificação social, assim como explicam os elementos nas relações sociais tradicionais, como a reciprocidade, a obrigatoriedade de retribuição, a gratidão.

“Aqui todo mundo é vizinhança né, e às veis um ajuda o outro. Que às veis o cabra não quer, não quer tocá o lote e eu tenho a minha terra ali, o cara fala: Ah, a sua terra é boa, eu quero plantá milho, eu dou um pedaço do meu pasto e você me dá um pedaço de sua terra para eu plantar o milho.”⁸⁹

Borges (2004), analisando a troca de dias no setor I do assentamento São Bento, acredita que esta ocorre por haver um forte companheirismo, compadrio e, também, pelas relações de vizinhança que se estabeleceram desde o acampamento, sendo isto o ponto favorecedor das práticas coletivas que se estabeleceram. É através da troca de dias que

⁸⁸ História de Vida, Sr. A.P.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

⁸⁹ História de Vida, Sr. N.M.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

percebemos, nesse setor, a preservação do valor de cooperação, de ajuda mútua, “*pois ainda que as roças sejam cultivadas individualmente, os frutos do trabalho, quando se faz necessário, são colhidos por meio do trabalho coletivo*” (BORGES, 2004, p. 277). Desta forma, essas pessoas vivem, ao mesmo tempo, de maneira individual e coletiva inter-relacionando essas duas formas de viver.

“Quando nós tem roça, nós faz troca de dia. Tem uma parceria de treis aqui né, mais o meu vizinho aqui e o meu vizinho ali de cima (assentamento Estrela D’Alva). Nós planta mandioca. Eu planto no meu lote, ele planta no dele e ele outro no dele, aí nós faz parceria no serviço. Quando nós tivé perto deles capiná na deles, depois volta no Chiquinho, depois vem no nosso e é assim né, vai revezando.”⁹⁰

Os contratos informais de uso da terra são maneiras claras de mobilização de capital social que apontam para uma estratégia destinada a melhorar a produção e a produtividade (DAVID e MALAVASSI, 2003). Para que as trocas de dias ocorram é necessário haver a confiança entre as pessoas, portanto, a confiança surge como sendo a crença na credibilidade de uma pessoa ou de um sistema, levando-se em conta os resultados obtidos. Assim, quando o exercício da confiança, bem como o da cooperação, é freqüentemente repetido em uma comunidade, cria-se uma disposição cada vez maior entre as pessoas a cooperar reciprocamente dentro da comunidade. A confiança se constrói sobre o passado e não sobre um futuro, ou seja, sobre uma experiência anterior que prova a confiabilidade entre as pessoas, e não sobre possíveis acordos e promessas futuras (DURSTON, 1999).

De acordo com Fukuyama (1996) o sentimento de confiança surge a partir do momento em que uma comunidade compartilha um conjunto de valores morais, de maneira que se cria uma expectativa na conduta das pessoas, a qual deve ser equilibrada e honesta. Normalmente, quanto mais elevados os valores éticos no interior de uma comunidade, maior será o grau de solidariedade e de confiança mútua entre seus integrantes.

⁹⁰ Entrevista, Sra. E.J.B.S., Assentamento São Bento, 2005.

O capital social desempenha um importante papel ao estimular a solidariedade e a superar falhas da sociedade por meio de ações coletivas ou mesmo individuais, mas que irão beneficiar uma ou mais pessoas. Nesse sentido, percebemos que o sentimento de solidariedade nas famílias é um fator presente nos assentamentos.

“O meu leite, mesmo antigamente, eu nunca vendi o meu leite, toda vida eu doava. Quando tinha um acampamento grande aqui, eu nunca, eu nunca vendi leite não. Tinha vez que tirava trinta litro de leite e eu dava tudo pro acampamento, quando tinha um acampamento aqui embaixo, que é esse povo que tá assentado no Antonio Conselheiro. Era tudo aqui embaixo e eu sempre mandava o leite”⁹¹

Tendo em vista alguns valores presentes nos assentamentos como a solidariedade, a união, a confiança, a ajuda mútua, a reciprocidade, podemos crer que muitos desses valores essas pessoas trouxeram consigo, e outros foram se construindo no acampamento e se concretizaram no assentamento, e são esses valores que colaboraram para a construção do capital social. Assim, por exemplo, o sentimento de solidariedade com o outro que está passando por uma situação em que já foi vivenciada por uma determinada pessoa, faz com que sejam estabelecidos valores sociais que poderão ser transmitidos para outras pessoas. Desta forma, os assentados amostrados quando questionados sobre o fato de fazer algum tipo de doação, no assentamento São Bento a porcentagem dos que disseram sim foi de 66,7% e no assentamento Santa Clara/Che Guevara foi de 70%. Tal fato vem comprovar a importância que a maioria dos assentados dão para a solidariedade e, com isso, poder contribuir de alguma forma para a promoção do benefício das pessoas.

“E a gente vê, tem de vê, nós foi uma vez, fui ontem pedi aí pra passá água pra eles ali. Nós foi ali no Rubo Amorim, que é um mercado maior que tem aqui, ele deu mais de mil metro de fio e um metro de mangueira. Eu puxei água daqui pra lá (pro pessoal do acampamento).

⁹¹ História de Vida, Sr. A.P.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

Eu concordo é trabalhá que nem nós fez aí ó, ajudá, corrê atrás das coisa pá ajudá eles. Tá sem água lá, vamo por. Aí eu concordo, mas pra benefício próprio não.”⁹²

Deste modo, a “quantidade” de capital social (por meio de elementos como a confiança, ajuda mútua, solidariedade, normas e sistemas de participação) presente em uma comunidade tende a fortalecer-se possibilitando o equilíbrio social com altos índices de cooperação, de confiança, de reciprocidade, de civismo e de bem-estar coletivo.

“Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica”.
(PUTNAM, 2000, p. 180).

Em um estudo sobre a comunidade e a democracia na Itália moderna Putnam (2000) salienta a forte relação existente entre capital social e cultura cívica. Para ele, a cultura cívica é, senão a única, a mais importante manifestação de capital social numa comunidade. A cultura cívica é caracterizada por Putnam partindo da ação dos cidadãos, os quais são embebidos por um sentimento público; essa ação cívica caracteriza-se ainda por existir relações políticas igualitárias e estruturas sociais baseadas na confiança e na cooperação. Diante disso, o autor averiguou que nas regiões cívicas da Itália a confiança social foi uma condição básica que sustentou o dinamismo econômico, assim como o desempenho governante.

Para ilustrar esse fato, esse autor comparou duas regiões da Itália, com economias igualmente fortes, em 1970. Nesse estudo, concluiu que a região com fortes sistemas de participação cívica teve um maior crescimento nos anos subseqüentes e na região onde havia menos associações e mais hierarquia, o nível de desenvolvimento foi comprometido. Com isso, o autor acredita que quanto mais desenvolvidos forem os sistemas de

⁹² História de Vida, Sr. A.P.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

participação cívica de uma comunidade, maior será a probabilidade em se ter cidadãos ativos e participantes, empenhando-se sempre para obter o benefício mútuo.

“Os sistemas de participação cívica permitem que as boas reputações sejam difundidas e consolidadas. (...) a confiança e a cooperação dependem de informações fidedignas sobre o comportamento pregresso e os atuais interesses de virtuais participantes, ao passo que a incerteza reforça os dilemas da ação coletiva. Assim, mantidas as demais condições, quanto maior for a comunicação (tanto direta quanto indireta) entre os participantes, maior será a sua confiança mútua e mais facilidade eles terão para cooperar.” (PUTNAM, 2000, p. 183).

O princípio que Putnam traz sobre capital social é bastante proveitoso para a percepção de fatores que podem conduzir a melhores resultados do ponto de vista coletivo. Porém, o autor ao estabelecer que as evidências históricas, como as tradições cívicas, possuem um importante papel na explicação das diferenças regionais, desconsidera que o capital social pode ser criado ou formado em locais onde há a ausência de tais evidências. Há sinais de que os sistemas sociais não são influenciados apenas pelas tradições culturais, mas também por componentes sociais em que os atores sociais são capazes de promover mudanças e alternativas no processo de desenvolvimento. Essas modificações podem motivar transformações nas relações sociais, permitindo o estabelecimento de novos códigos culturais e de práticas que incentivam a formação de capital social (MORAES, 2003).

Assim sendo, podemos crer que os assentamentos rurais se inserem neste modo de pensar, uma vez que o espaço habitado pelas famílias assentadas foi se modificando e se construindo a partir da chegada dessas pessoas, não havendo neste local uma tradição cívica mas, por outro lado, a vivência que as famílias trouxeram consigo do tempo de acampamento é muito importante e vai ajudar a estabelecer e a fortalecer as relações sociais dentro do assentamento. Os dois assentamentos foram organizados pelo MST, assim, no tempo de acampamento as famílias eram divididas em grupos, desta forma os

laços entre as pessoas eram muito fortes dentro de cada grupo e as famílias ao serem assentadas procuraram ficar próximas dos seus vizinhos do acampamento, ou seja, próximas das famílias do mesmo grupo. Tal fato é importante porque já foi criado um laço anterior entre as famílias, o que significa que essas famílias, que antes de acampar não se conheciam, criaram laços de confiança e solidariedade que as une e, certamente, pode lhes fortalecer.

Sprandel (2004) em sua pesquisa, analisando a terra e os territórios nas estratégias de reprodução de brasiguaios, aponta para o mesmo fato, qual seja, a manutenção da divisão espacial e social existente no tempo de acampamento. Com o sorteio realizado no interior dos grupos, estes não foram dissolvidos e garantiu-se a manutenção das relações de parentesco, vizinhança e amizade que haviam se formado nos grupos no tempo de acampamento.

Ao narrar sua história de vida um dos assentados nos explicou como foi feita a distribuição dos lotes no assentamento Santa Clara/Che Guevara, mais especificamente no seu grupo.

“Como o meu grupo era pequeno, pra não atrapalhar as duas associações, então eu falei assim, eu escolho, eu fico com os lote que tá vazio, que não tem ninguém, que era seis lote, e aí eu era só seis pessoa, foi dividido entre os seis e aí tem o sorteio né, entre os seis, não é o sorteio de todos os quarenta e seis e, entre eles lá foi sorteado a mesma coisa (os demais assentados). Desse jeito é mais fácil né, pra não dá confusão né, porque aí fica a briga interna entre os grupo né, entre as pessoa. Não adianta você pôr um multidão de gente lá, porque se eles já têm um grupo ali, eles, a tendência é deles pegá um perto do outro pra não dá confusão. Vem um cara lá de longe, faz um sorteião, aí o cara né é parente aqui vai pegá lá longe e fica longe do parente, então pra não dificultá, então a gente fazendo assim eu acho que fica bem mais base né, fica mais ou menos a pessoa que já conhece um ou outro, então evita os problema né, porque se você tá no grupo é certeza que você já tem uma amizade ali e já

é meio né parentage e, agora você põe um grupo de lá de outra região, aí ele vai aqui, outro cai lá, então fica, eu acho que fica mais complicado, eu acho que essa idéia, o sorteio tem que ser dentro dos grupo né.”⁹³

Deste modo, as relações sociais que se estabeleceram no acampamento são perpetuadas quando as famílias passam a serem assentadas. O reconhecimento deste fato é importante uma vez que os laços entre as famílias já foram estabelecidos e a tendência é que se fortaleçam com o decorrer dos anos. Com as relações sociais fortalecidas os assentados têm mais chances de se organizarem e obterem êxito em suas diversas formas organizativas. Se o capital social é expresso pelas relações estabelecidas entre as pessoas, tendo como base valores como a confiança, a solidariedade, a ajuda mútua, a reciprocidade, dentre outros, este tipo de capital tende a se fortificar nas organizações sociais criadas entre as pessoas. Com a presença de capital social, formas de cooperação mútua tornam-se facilitadas.

Assim, a concepção de capital social nos mostra que os indivíduos não são independentes uns dos outros, e que seus objetivos não são traçados de maneira isolada; com isso, pode-se dizer que as estruturas sociais devem ser observadas como recursos, ou seja, como ativo de capital de que as pessoas podem dispor. As famílias assentadas ao traçarem seus objetivos juntas estão estimulando a coletividade. Costuma-se dizer que as famílias quando estão acampadas são mais unidas e participam coletivamente das mesmas atividades do que quando passam a serem assentadas.

Nos diferentes tempos de luta – do acampamento ao assentamento – ocorrem situações distintas neste processo. No acampamento há um fortalecimento das ações coletivas entre eles, pois a conquista da terra é o ponto comum das famílias. Já no assentamento, as famílias assentadas tentam recompor e preservar o que se perdeu, ou mesmo aquilo que nunca se teve, mas que sempre fez parte de um sonho, a “terra de trabalho” que é compartilhada pela família (BORGES, 2004).

“O grau de coletivização por conta da necessidade inclusive lá no acampamento é maior do que o grau de coletivização lá no

⁹³ História de Vida, Sr. A.P.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

assentamento. Apesar disso o nível de coletivização, de coletividade que os assentamentos oferecem são maiores do que a média da sociedade, isso não sou eu que tô dizendo, a FAO fez uma pesquisa nesse sentido, e verificou que o nível de sociabilidade nos assentamentos está acima do nível de sociabilidade fora dele, algum tipo de cooperação, algum tipo de solidariedade existe dentro dos assentamentos com um grau mais elevado do que costumeiramente se tem na sociedade capitalista.”⁹⁴

A veracidade da fala desse assentado é comprovada através das diferentes formas de organizações (formais ou não) que encontramos no interior dos dois assentamentos. No assentamento Santa Clara/Che Guevara, 80% das famílias amostradas disseram pertencer a alguma forma de organização social, no assentamento São Bento essa porcentagem foi bem menor chegando a apenas 40,7% mas, por outro lado, quando questionadas se já haviam participado de alguma organização no passado, 63% dessas famílias do São Bento afirmaram positivamente. Na verdade, a baixa porcentagem de participação em organizações sociais no assentamento São Bento significa que as famílias não estão participando ativamente das associações e cooperativa. No entanto, legalmente, verifica-se que a maioria faz parte do quadro de associados da Cocamp.

Dessa forma pudemos perceber que nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara os laços de solidariedade, de vizinhança, de ajuda mútua e de compadrio, que se estabeleceram entre os assentados não desapareceram com o surgimento das cercas, pelo contrário se fortaleceram através das práticas do dia a dia. Dessa forma, esses sentimentos são indicativos de formação do capital social nos assentamentos.

⁹⁴ História de Vida, Sr. Z.L.S., Assentamento São Bento, 2004.

5.2. Cocamp: sonhos e esperanças

Na história da Cocamp há momentos de altos e baixos. Quando a cooperativa foi fundada, em 1994, ela tinha como objetivo principal o estímulo da diversificação produtiva, assim como a conclusão da cadeia produtiva dos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema sendo, portanto, uma cooperativa regional. Esse fechamento da cadeia produtiva ocorreria através da industrialização dos produtos produzidos pelos assentados no parque industrial da cooperativa. A Cocamp foi construída como sendo uma estratégia política, econômica e social para os assentamentos, para que os assentados pudessem se organizar coletivamente. Porém, esse projeto não obteve um resultado satisfatório devido aos problemas que vão desde a má gestão da cooperativa até a falta de verbas para a conclusão do seu parque agroindustrial.

Ao iniciar suas atividades a Cocamp, através de recursos do extinto Procerá – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, adquiriu tratores, caminhões, implementos agrícolas e deu início à instalação de seu parque agroindustrial na cidade de Teodoro Sampaio, sendo projetados silos para o armazenamento de grãos, despulpadora de frutas, destinada à agregação de valor para a comercialização de polpas de frutas congeladas, laticínio e fecularia (BARONE, FERRANTE E KURANAGA, 2005).



Figura 16. Foto da vista externa do parque agroindustrial da Cocamp, 2005.

Foto: Vanilde F. de Souza, 2005.

Confiantes neste grande projeto os assentados começaram a se associar à cooperativa, sendo que pouco tempo depois de fundada, a Cocamp contava com aproximadamente 2.000 associados. A participação em cooperativas, associações, grupos de interesses é motivada pela participação de familiares, vizinhos e por pessoas de credibilidade na comunidade (DIRVEN, 2003). Através dos relatos dos assentados, Borges (2004) percebeu que nos assentamentos do Pontal do Paranapanema existe uma grande importância na pessoa do líder José Rainha Jr., pois é atribuída a ele a conquista da terra. Esse líder é a pessoa que possui mais confiabilidade entre os assentados e, conseqüentemente, por ele ter sido um dos fundadores da Cocamp, houve uma filiação maciça dos assentados junto a esta cooperativa.

“Chamaro nós tudo lá numa reunião, tava nós no tempo que entrô com Zé Rainha no meio.”⁹⁵

⁹⁵ Entrevista, Sr. M.N.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

Segundo Dirven (2003), um elemento importante nas discussões sobre o capital social é o papel do líder em incentivar e manter o entusiasmo da coletividade. Na região do Pontal do Paranapanema o líder se apresentava na figura de José Rainha. Mas, apesar da confiança dos assentados nesse líder, registrou-se uma frustração com essa cooperativa. É importante frisar que os assentados não atribuem os problemas da cooperativa a essa liderança, sendo que o grau de confiabilidade por parte dos assentados ao José Rainha Jr. é muito grande.

“Essa Cocamp, o Rainha tava lá dentro da Cocamp, pur exemplo, saía dinheiro pra gente tocá a roça e tudo, ele reunia o povo, nós ia lá no banco, fazia um protesto, uma coisa e saía o dinheiro pra gente tocá uma roça, pra qualquer coisa, prorrogá uma dívida, uma coisa. Aí depois que ele saiu, parô, nada disso tá acontecendo.”⁹⁶

Borges (2004) ao trabalhar com as práticas e representações dos assentados do Pontal do Paranapanema aponta, numa das falas de seus entrevistados, que o MST é formado pelas pessoas que estão dentro do acampamento e não apenas por uma única pessoa. Apesar disso, os assentados consideram a necessidade de uma pessoa na frente liderando, isto é, para que a prática da organização aconteça há a necessidade de alguém que tenha o conhecimento.

“Por mais que haja o entendimento de ser sujeito do Movimento, a necessidade de direção pelas lideranças torna-se elemento marcante (...).” (BORGES, 2004, p. 204).

No momento da pesquisa esse líder (José Rainha Jr.) encontrava-se “afastado” das atividades da Cocamp. Existem muitas informações desconstruídas para explicar o porquê desse distanciamento, sendo por tal motivo que não nos aprofundaremos nesse fato. Aqui o que nos importa é registrar a confiança, a credibilidade e a importância atribuída a tal figura pelos assentados não só dos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, como também por todos do Pontal do Paranapanema.

⁹⁶ Entrevista, Sr. J.S.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

Um dos grandes problemas da Cocamp, e que está presente na memória dos assentados, foi a frustração destes quando participaram do primeiro grande projeto agrícola da cooperativa, que foi o plantio de maracujá e abacaxi para posterior venda à cooperativa que iria, através de sua despoldadora, beneficiar e vender a polpa congelada da fruta. Mas como a despoldadora não ficou pronta, os assentados não conseguiram vender a produção para a cooperativa e, não conseguindo um bom preço nos produtos acabaram perdendo esta produção.

“Ah, a Cocamp ela é pra significar muito mais né, porque o objetivo era, o objetivo era bem mais amplo né, que eu fui do conselho fiscal, um punhado de ano, nós ajudamo a fundar ela. Ela quase não desenvolveu né, ela foi, foi, desmembraram laticínio, parou, a despoldadeira tá parada e não, não concluiu aquilo que a gente pensava, não sei se é falta de administração, mas ela significa muito heim. Lá a gente, nós aqui é, é fizemo o plantio de maracujá né, pra ser entregue aí na despoldadeira mesmo da Cocamp e não deu certo, até a gente é, temo um investimento aí pra plantio de café também não deu certo, um punhado de coisa, abacaxi. Então ela não, ela parou né, e se tivesse dado certo, como era no papel, o desenvolvimento que era pra ser, ah, tava muito melhor né. Então a gente plantava abacaxi, maracujá e construía já aí mesmo.”⁹⁷

Desta maneira a não concretização do projeto inicial, associada ao frustrante estímulo à fruticultura junto aos seus associados, foi determinante para a fraca atuação dos assentados junto à Cocamp.

“A Cocamp, a gente assim, no, no início eu achava que ela ia ser um, uma cooperativa assim pra nós, naquele tempo pra funcioná né, eu achei, eu admirei muito no começo que ela embalou bem, você sabe que embalou, mas com os pobrema que

⁹⁷ Entrevista, Sr. E.M., Assentamento São Bento, 2005.

houve não, não participei mais pelos problema que teve, que a cabeceira não é eu, eu não sei nem quem é, eu nem participava pra falá isso aí né, eu nem sei o que foi que eles fizeram lá, os chefe, que é lá os cabeça, ela paralisou aonde que tá e tá aí até hoje e eu achava que, que ela ia ser uma coisa muito útil pra nós aqui, mas, infelizmente, até agora, parou naquilo que tá lá.”⁹⁸

Aqueles assentados que participaram do projeto de produção integrada de frutas (maracujá e abacaxi) não tiveram sua produção comprada pela cooperativa, sendo assim, abandonaram o cultivo e adotaram um discurso bastante crítico em relação à cooperativa (BARONE FERRANTE E KURANAGA, 2005). Na época a Cocamp não pôde comprar a produção de maracujá e abacaxi dos associados uma vez que sua despoldadora não estava funcionando.

Em 2005 a Cocamp contava com o seu parque agroindustrial inacabado. Apesar da cooperativa possuir em seu quadro 2.471 associados, ela está desacreditada pela maioria dos assentados, isto se deve pelos diversos acontecimentos que impossibilitaram o êxito do seu funcionamento. O descrédito na cooperativa se reflete quando os assentados falam sobre suas dificuldades na comercialização de seus produtos e, se caso a Cocamp estivesse com o parque agroindustrial em funcionamento, como era previsto, essas dificuldades não existiriam.

“Ela (Cocamp) não faz um bom trabalho para os assentado. Não tem possibilidade de fazer um bom trabalho pros assentados, porque se fizesse hoje não tava o sufoco dos trabalhador. Você vê que os trabalhador hoje tá sufocado pelo leite porque seu fulano lá de cima é que tem o leite. É o Shell, o Mirante, esses é que é o grosso do leite. A Cocamp criou um laticínio, até hoje parou. Então, quer dizer, se ela luta pelo trabalhador, aquele laticínio era pra tá funcionando. Porque? Por que pegava o leite dos assentado. Não tinha esse negócio de seu fulano, seu sicrano

⁹⁸ Entrevista, Sr. F.D.G., Assentamento São Bento, 2005.

vim abaixar o preço do leite que nem caiu aí a greve do leite, pra os trabalhador. Porque? Por que ele tinha a Cocamp pra trabalhá.”⁹⁹

A grande reclamação dos assentados é justamente o não funcionamento do parque agroindustrial da cooperativa. Mesmo a Cocamp atuando em alguns projetos como o convênio realizado com a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento - para a compra antecipada da produção, tal atuação torna-se muito pequena diante da possibilidade que ela teria com o seu completo funcionamento.

“Ah, eu esperava que se tivesse um, uma força política aí que, que ajudasse, que ela andasse pra frente né. Que os prédio funcionasse, que se funcionasse aqueles prédio ali, laticínio, aquela despoldadeira, aqueles silo ali e o pessoal se organizasse, cada um se organizasse como pudesse, mas se, se tivesse um objetivo daquilo lá andá pra frente, aí eu acho que era isso aí que precisava.”¹⁰⁰

Quando os assentados amostrados foram questionados sobre a importância que a Cocamp tem atualmente para eles, 66,7% do assentamento São Bento responderam que ela era pouco ou que não tinha nenhuma importância e no assentamento Santa Clara/Che Guevara o percentual é de 70%, tal fato aponta para uma desconfiança muito grande nessa organização. Deste modo, os assentados quando ouvem falar em associações e cooperativas sentem um certo receio.

“Quer coisa mais triste do que falar pro assentado vamos criar uma cooperativa e ele dá três pulos e quer distância, porque na imagem dele cooperativa é Cocamp, em torno de duas mil pessoas que estão inadimplentes, entendeu, pra qualquer tipo de

⁹⁹ Entrevista, Sr. N.M.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

¹⁰⁰ Entrevista, Sr. F.D.G., Assentamento São Bento, 2005.

captação de recurso e né, por causa da dívida da Cocamp, então o cara pula fora.”¹⁰¹

James Coleman (1990), outro estudioso sobre o capital social, foi influente especificamente em países de língua inglesa, fez um trabalho a partir do interesse em associar abordagens sociológicas com econômicas. Para esse autor, capital social constitui-se em recursos gerados pela ligação social entre indivíduos ou grupos, resultando em sentimentos de credibilidade e de confiança.

Se num primeiro momento, a credibilidade e a confiança na Cocamp foram os valores estimuladores para a participação dos assentados, num segundo momento esses valores são perdidos ou ficam adormecidos, já que a cooperativa não conseguiu atingir as expectativas de seus associados.

“Cocamp? Olha a Cocamp, a gente ajudou a discutir a fundação dela. A Cocamp hoje ela enfrenta uma série de dificuldades, ela não tem conseguido atender a expectativa dos associados. (...) Até agora ela não conseguiu funcionar, não conseguiu funcionar as agroindústrias né, que é o que trazia uma grande expectativa pra industrializar a produção”¹⁰²

É certo que a existência de organizações pode ser empregada como um indicador de capital social, nesse sentido, sua presença e quantidade são uma mostra dos vínculos que se estabelecem entre os indivíduos de uma localidade para tentar resolver, de maneira coletiva, uma série de carências, mas a análise não deve limitar-se apenas nesse sentido, e sim avançar numa caracterização das relações sobre as quais se estabelece a organização, bem como os seus objetivos (DIRVEN, 2003).

Em conseqüência disso é importante pôr em evidência que apesar do grande número de associados que a Cocamp possui, esse fato se analisado separadamente poderia dar uma falsa impressão de que os assentados são bastante organizados e que por isso o

¹⁰¹ Entrevista, Sr. I.C., Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Agrário da Prefeitura Municipal de Mirante do Paranapanema, 2005.

¹⁰² Entrevista, Sr. D.A.R., Assentamento São Bento, 2005.

capital social estaria presente entre eles. Na verdade, os assentados parecem acreditar mais nas “simples” organizações ou organizações informais (parcerias entre vizinhos, trocas de dias, pequenas associações) do que em outras maiores. E, ao contrário do que alguns estudiosos dizem sobre o capital social, acreditamos que este não pode ser avaliado apenas pela quantidade de organizações e instituições presentes em uma determinada localidade, e sim pelas relações que se estabelecem entre as partes envolvidas. Isto é, a qualidade da liderança, sua persistência no tempo, a participação ativa dos demais membros e a história da organização, com seus altos e baixos, também são aspectos muito importantes de se ressaltar. Neste sentido, acreditamos que o capital social nos assentamento São Bento e Santa Clara/Che Guevara está se formando por meio das relações que se estabeleceram entre as pessoas e, também, entre as pessoas e as instituições e organizações.

O capital social não é limitado apenas nas formas coletivas de uma comunidade, mas também envolve um conjunto de agentes sociais em diversos níveis, que podem ser classificados como: associações horizontais entre indivíduos ou famílias (nível micro); associações verticais com relações hierárquicas e o ambiente social e político (níveis médio e macro), os quais formam a estrutura social. Sendo assim, o capital social funcional, útil ao processo de desenvolvimento, não se constitui simplesmente por uma soma de instituições, mas sim pela questão da qualidade das relações estabelecidas (DAVID e MALAVASSI, 2003).

Apesar dos assentados fazerem diversas críticas à Cocamp, estes ainda acreditam que ela pode ser um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento do assentamento, mas para isso deveria passar por diversas modificações, sendo que a primeira delas seria na sua atual gestão.

“Ela é bem importante pros trabalhador, se achasse alguém que tocasse ela. Se tivesse uma pessoa de responsabilidade pra tocar ela e beneficiar os assentado que é os dono da Cocamp, eles que são os dono porque essas duas mil e poucas pessoas que é associado da cooperativa é que é os dono. Mas, esses dono da cooperativa não manda nada porque quem manda é uma

meiaduzinha lá que não sabe o que faz, mistura uma coisa com outra, e outra coisa e os trabalhado fica de lado.”¹⁰³

Em vista disso, os assentados ainda se interessam pelo destino e pelo funcionamento da cooperativa. Isto é importante, pois se a Cocamp conseguir superar seus problemas e seguir para um caminho que passe pela real atividade de seu parque agroindustrial, a credibilidade e a confiança dos assentados por ela podem retornar.

“Ela deveria tê mais funcionamento, não sei se é dinheiro do governo ou se é recurso próprio, não sei como, mas ela deveria tá funcionando normalmente que é pra pudê os assentado tá beneficiando mesmo. O que eu espero é que tudo ali dê certo porque um dia seja favorável a nós. Que o silo esteja funcionando, o laticínio também. Hoje nós tamo trabalhando com leite, a Cocamp trabalhará com leite e que industrializasse ele pra que a gente favorecesse do mesmo, né.”¹⁰⁴

Muitos assentados acreditam que para a cooperativa conseguir fazer funcionar o seu parque agroindustrial são necessários a ajuda e o apoio do Governo Federal. Na verdade, toda a obra da Cocamp foi construída com financiamento do Governo Federal, mas devido a problemas no projeto inicial este teve que ser reformulado, o que exigiu mais liberação de recursos e num momento posterior, devido a algumas denúncias de desvios de verbas, a liberação de recursos foi interrompida, comprometendo o término das obras.

“Em noventa e oito, foi em noventa e oito, o começo de noventa e oito foi contratado uma engenheira de alimentos pra dá uma assessoria, porque o projeto tinha sido feito e ele precisava de uma readequação, porque o projeto que tinha sido colocado, pra Cocamp, e aí é que tá o problema é, se fosse fazer da forma que tava no papel não daria. Não tinha água, não tinha energia, então tinha algumas estruturas

¹⁰³ Entrevista, Sr. N.M.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

¹⁰⁴ Entrevista, Sr. J.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

essenciais que não existia, básica, energia, água, como é que você vai produzir em agroindústria sem ter água, sem ter energia? Então, no começo, teve muitos problemas técnicos ali, que não foi nem culpa dos técnicos que tavam, porque eles não tinham capacitação nessa área né. (...) No primeiro período ele atrasou (financiamento) porque o projeto precisava de uma readequação, foi por isso que na época foi contratado uma engenheira de alimentos, ela veio pra cá, ela fez todo o projeto de readequação, de readequação da, das indústria, é laticínio, ela fez toda uma readequação do projeto e aí começou a ser liberado novamente. E após a liberação começou a ser construído, quando tava no pique de, de término das obras, aí aconteceu aquelas denúncias que foi em noventa e nove do Movimento. Então em noventa e nove (...) começou a ter denúncias de superfaturamento das obras e aí o governo travou os recursos. Então daquele período pra cá, depois de noventa e nove passaram-se mais de dois com as obras paradas. Aí foi nesse período que o pessoal tava produzindo, num primeiro momento, não tinha terminado mesmo as obras.”¹⁰⁵

Apesar da grande infra-estrutura não houve o funcionamento da cooperativa como um todo, em vista da não liberação dos recursos necessários, por motivos, declarados pelo governo, das diversas denúncias sobre corrupção e desvios de verbas no interior da cooperativa. Porém, é preciso expor que as denúncias realizadas não se confirmaram. No dia 13 de julho de 2003, houve, na Cocamp, a comemoração dos 13 anos de ações do MST na região. Participaram dessa comemoração o Ministro do Desenvolvimento Agrário (Miguel Rosseto), o então presidente do INCRA (Marcelo Rezende), o superintendente do INCRA no estado de São Paulo (Raimundo Pires Silva), o presidente do PT na época (José Genuíno),

¹⁰⁵ Entrevista, Sr. J.X.A., técnico da Cocamp, 2005.

entre outros. Nessa ocasião foi anunciada, pelo presidente do INCRA e pelo Ministro, a liberação de R\$ 180.000,00 para a aceleração das obras da Cooperativa. Contudo, esses recursos não foram liberados, pois o Ministério Público Federal entrou com uma ação cautelar para suspendê-los (BORGES, 2004).

De acordo com um dos diretores da Cocamp, a não liberação dos recursos aconteceu da seguinte forma:

“Falta quatro a cinco por cento (para funcionar tudo). Não, ele tava na conta e foi seguro (dinheiro). É política né, é uma política grande que tem, esse dinheiro já tinha entrado através do Ministro naquela época (2003), também tentou entrá via prefeitura e foi barrado, que é o restante, parece que chega a quase, que é o término do projeto pra ficá em funcionamento. É uma política aí. O Ministério Público entra e acha tanta coisa, embarga toda essa verba aí, o Ministério Público, eles vêm aqui e acha que não tá funcionando, que falta isso, que falta aquilo, e tem esses embargo aí. Porque quando o dinheiro ia vim via prefeitura teve uns vereador que votô contra.”¹⁰⁶

Assim, a Cocamp além dos problemas internos relativos ao seu funcionamento, também tenta resolver as questões externas como uma certa “perseguição” local que a impede de obter esse financiamento.

David e Malavassi (2003) acreditam que o Estado desempenha um papel fundamental como agente externo e promotor de mudanças e readequações para a promoção do capital social. O impulso de agentes externos e a reorientação das ações por parte deles é um elemento importante e se constitui no mecanismo de mudança e regulação na coevolução simultânea de estratégias dos diferentes agentes que atuam na sociedade rural. Este ponto é central em relação às possibilidades de geração e recuperação de formas coletivas de capital social e sua ativação como ferramenta para a promoção do desenvolvimento.

¹⁰⁶ Entrevista, Sr. L.M., diretor da Cocamp, 2005.

Para a promoção ou retomada de valores, como a confiança, a credibilidade, a reciprocidade, que são elementos fundamentais para a construção do capital social, tendo os assentados perdido esses valores em relação à Cocamp, o papel do Estado seria a viabilização do término do seu parque agroindustrial que, certamente, se estivesse em pleno funcionamento, a credibilidade nesta cooperativa seria resgatada.

“Ela tá, tá parada porque nós chegemo numas condições que ela não tem como funcionar porque o governo não ajuda, o governo não interessa que os sem-terra tenha nada e por isso ela tá parada lá hoje, nós temo uma agroindústria e despolpa de fruta, temo o laticínio que tá pronto pra funcioná, a agroindústria pronta pra funcioná, de fazê a despolpa, o silo tá pronto pra podê funcioná e não tem o capital de giro pra podê trabalhá, então pra nós, montamo, fizemo um sacrifício e tá lá um elefante branco parado. Olha nós tinha muita fé que com esse governo nosso que tá aí iria mudar muita coisa, que ele ia ajudá, foi feita muita proposta de liberá dinheiro pra podê funcioná nossas indústria, mas agora que com esse ruído que tá tendo aí, sacolão, de mensalão de tudo que tá vindo aí, então, eu mesmo tô achando que vai ser difícil agora, nós podê consegui alguma coisa com esse governo que tá aí, se não melhorá essa situação que tá aí, principalmente na questão política, porque a Cocamp só vai mais pro lado da política, se a gente não for atrás do, de quem, do governo federal.”¹⁰⁷

Para David e Malvassi (2003), o estímulo para as pessoas fazerem parte de um grupo comunitário pode repercutir de maneira positiva na intensidade e na qualidade das suas relações e negociações com outras associações. Assim, o aumento das atividades e os melhores resultados de suas ações farão que mais pessoas se associem ao grupo, tornando-o maior e com maiores possibilidades de incrementar suas atividades, gerando o que se

¹⁰⁷ Entrevista, Sr. J.P.L., Assentamento São Bento, 2005.

chama de círculo virtuoso. Mas o contrário, como foi o caso da Cocamp, se surge algum tipo de influência negativa em uma das dimensões do capital social, as relações de confiança serão afetadas, com o risco de entrar em um processo negativo e entrar num círculo vicioso de desconfiança e descrédito.

O capital social não está apenas presente especificamente nos indivíduos e sim na estrutura das relações entre as pessoas de uma comunidade ou de um grupo. Coleman (1990) considera, como parte do conceito de capital social, um amplo espectro de impactos, sejam estes positivos ou negativos, destacando que uma dada forma de capital social pode ser útil para facilitar determinadas ações, mas útil, e até mesmo prejudicial para outras.

Existia, para a despulpadora de frutas e para os armazéns e silos, uma procura para se fazer uma parceria com a Cocamp para que essa estrutura fosse arrendada, inclusive com uma proposta de “arrendamento” por um determinado período com posterior entrega para a cooperativa com essa estrutura em pleno funcionamento, mas essa proposta foi descartada no momento em que o atual governo federal assumiu e acenou com a liberação de recursos para a concretização das obras. Sendo assim, a cooperativa descartou todas essas propostas de “arrendamento” na espera desses recursos, mas quando esses recursos foram liberados pelo governo houve uma intervenção por parte do Ministério Público.

“Quando da liberação dos recursos existiu uma intervenção né, é do Ministério Público, como, com o Poder Municipal também, teve denúncia de um vereador né, no município, de que a cooperativa é um elefante branco que não poderia liberar recurso, e aí o que que acontece? Liberou um montante de recursos muito grande pra, pra construção desse parque industrial né e aí fica parado por causa de poucos recursos né. Então é dinheiro meio que perdido, porque se você investe em uma estrutura que não funciona, quem é que vai pagar a conta, por exemplo como que esses cooperados

vão pagar uma conta se não tão com uma obra que não tá concluída, como é que vai pagar isso¹⁰⁸?”¹⁰⁹

No início do governo Lula houve o funcionamento de uma parte do parque agroindustrial que foi a parte de armazenamento de grãos que eram produzidos pelos agricultores familiares, incluídos aí os assentados, da região. Para isso foi realizada uma parceria com a Conab que comprava a produção da agricultura familiar e armazenava nos armazéns da cooperativa. A Conab antecipava os recursos para os assentados poderem custear a produção e estes pagavam com a produção obtida, é a chamada compra antecipada. Existia ainda uma outra modalidade de compra de produtos dos assentamentos realizada pela Conab que era a compra direta, nesta modalidade foram comprados dos assentados a farinha (mandioca) e o feijão.

Atualmente esse convênio com a Conab está parado, pois ela necessitaria que os silos também estivessem funcionando, já que a produção era muita e só nos armazéns não havia espaço suficiente para armazenar tudo. A idéia da Conab era que a produção fosse armazenada na própria Cocamp e assim distribuída na região, mas com a falta de lugar para o armazenamento a produção era encaminhada para Bauru, o que acabou inviabilizando o convênio.

“Olha o convênio com a Conab, o primeiro que saiu foi a compra antecipada, a compra antecipada, é 2000, se não me engano 2003 né, aí em 2004 saiu pra mandioca, mas não foi possível fazer pra todos, ela disse que tinha dinheiro no início, mas quando o pessoal fez os contratos pra atingi trezentos, já tinha setecentos e poucos contratos, que era contrato em grupos. (...). Só que o dinheiro dela acabou, aí acho que foi atendido duzentos e pouco, trezentos contrato só, e essa dívida vence agora em 2006. (...) Ela pôs o pólo de compra aqui, ela não

¹⁰⁸ Essa dívida está sendo renegociada e refere-se ao investimento que os associados fizeram para o plantio do maracujá, abacaxi, café, custeio de mandioca, custeio de milho, custeio de algodão, conjunto de irrigação, 50 tratores. Todos esses recursos foram liberados para a Cocamp e esta repassou aos assentados, que devido a diversos problemas ainda não conseguiram liquidá-la.

¹⁰⁹ Entrevista, Sr. J.X.A., técnico da Cocamp, 2005.

compra só de assentado ela compra de, de sitiante também, feijão e farinha de mandioca, foi o que ela comprou o ano passado.”¹¹⁰



Figura 17. Foto da placa do convênio (em frente à Cocamp) realizado entre a Conab, o Incra e a Cocamp, 2005.

Foto: Vanilde F. de Souza, 2005.

Desta forma, a Cocamp apesar de não ter o seu parque agroindustrial em pleno funcionamento não está com suas atividades totalmente paradas, desenvolvendo ainda alguns trabalhos. Essas atividades, embora pequenas e limitadas, são importantes para manter o contato com os assentados. Através de um convênio realizado com o Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a Cocamp cedeu para a CCA

¹¹⁰ Entrevista, Sr. L.M., diretor da Cocamp, 2005.

(Cooperativa Central dos Assentados) parte da estrutura administrativa para que os técnicos contratados por esse convênio possam prestar assistência técnica aos assentamentos. Porém, esses trabalhos são realizados apenas nos assentamentos implantados pelo governo federal, ou seja, onde o Incra tem atuação.

A atuação da CCA em assentamentos implantados pelo governo do estado de São Paulo é muito pequena ou inexistente. Esse fato é relevante, pois tanto o assentamento São Bento como o Santa Clara/Che Guevara foram implantados via governo estadual, cuja assistência técnica é dada pelo órgão do Estado, a Fundação Itesp. Talvez seja por isso que, quando questionados sobre as atividades da Cocamp, muitos diziam que ela não estava funcionando, já que os técnicos do convênio não atuavam nesses assentamentos e, portanto, não conheciam o trabalho realizado por eles.



Figura 18. Foto da vista externa do escritório (parte administrativa) da Cocamp, 2005.

Foto: Vanilde F. de Souza, 2005.

Atualmente a Cocamp possui alguns projetos que estão mais voltados para a questão da educação ambiental, sendo que a cooperativa teve um papel muito atuante na discussão sobre a agroecologia, a diversificação da produção, de um modelo de desenvolvimento que fosse realmente sustentável. Além disso, essa cooperativa desempenha um papel muito importante na negociação com o governo federal para a captação de recursos aos assentados e, sobretudo, para a renegociação das dívidas dos mesmos. Ela está, basicamente, realizando um trabalho de prestação de serviços.

“Eles são associados e participam das atividades que nós temos aí de, é de adquirir investimento pra nosso plantio, é custeio pra o plantio, investimento pra levar os projeto dentro dos lote entendeu? E passa tudo por aqui, e nós fazemos o projeto, enviamos, tentamos conseguir, mas é difícil né. (...) Ela, é isso que você tá vendo hoje, ela é prestação de serviço, com a medida do possível. (...) E tem os caminhões também que presta serviços. Serviço de carregá calcário, carregá o produto do, do assentado. (...) Tem pouco caminhão funcionando pra trabalhá, além dos assentados, além dos acampados, dos sócio, e tem também ajudado os outros não sócio, porque também todo mundo que procura a Cocamp nós se tiver condições pra ela beneficiar, o transporte, porque paga um transporte mais barato do que da praça né. Então é isso aí. Existe, por exemplo, todo o trabalho, por exemplo, além do que já é assentado, nós acompanhamos intuitamente os acampado, que esses caminhão presta um serviço muito grande, maior para os acampados do que para os assentados, eles não têm condições nenhuma, são as pessoas que tá lá debaixo da lona né, nós tem que levar cesta básica, ter o barraco pra eles né.”¹¹¹

¹¹¹ Entrevista, Sr. L.M., diretor da Cocamp, 2005.

É por meio dessas poucas atividades que os assentados reconhecem a Cocamp. E se há o reconhecimento, há também a esperança de que um dia a cooperativa venha a funcionar inteiramente, com todo o seu parque agroindustrial. Essa é a esperança da maioria dos assentados.

“Ah, eu tenho confiança ainda que ela vai, vai reagir, ah eu tenho amor à Cocamp, eu ajudei a fundar, ajudei. O programa da Cocamp foi discutido aqui nessa sede aqui, discutido aí (...). Discutimo aí e saímo com uma proposta e metemo o peito.”¹¹²

Coleman (1990) especificou três formas de capital social. A primeira está relacionada com o nível de confiança e a real extensão das obrigações presentes num ambiente social. Isto significa que o capital social está presente onde as pessoas confiam umas nas outras e onde essa confiança é desempenhada pela aceitação mútua de obrigações. A segunda forma relaciona-se aos canais de trocas de informações e idéias e, a terceira forma diz respeito às normas e sanções que fazem parte do capital social, sendo que estas estimulam os indivíduos a trabalharem por um bem comum, renunciando aos interesses individuais. Nesse sentido, caso a Cocamp aponte para uma recuperação, certamente, seus associados trabalhariam para ela objetivando o bem da coletividade.

Talvez o ponto fraco da Cocamp tenha sido a sua forte dependência de recursos do Estado, não possibilitando que ela caminhasse com suas próprias pernas. Embora essa cooperativa tenha, no início de suas atividades, atingido um grande número de associados, com o passar do tempo, devido a debilidade de gestão e, sobretudo, a sensibilidade e dependência contínua de recursos do governo federal, não conseguiu atingir uma autonomia financeira e política, não se caracterizando, portanto, numa organização sustentável.

¹¹² Entrevista, Sr. E. M., Assentamento São Bento, 2005.

5.3. As associações e o capital social

Muitos estudos¹¹³ fazem referência ao uso do termo capital social em projetos de desenvolvimento rural; na maioria dos casos esses estudos vinculam o termo com as características de determinadas associações e com as relações sociais e culturais que aparecem entre elas em torno de suas atividades. Independente das diversas ênfases com que estes estudos tratam do termo e da sua importância nas comunidades rurais, o que importa é que o ponto central dessas pesquisas aponta para a constituição de formas coletivas de organização, onde há a predominância de relações de confiança e comportamentos de reciprocidade e cooperação.

Identificamos nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara associações que foram formadas objetivando facilitar a aquisição de determinados bens, como é o caso das associações de tratores. Assim, as pessoas que fazem parte dessas associações têm possibilidade de acesso a determinados tipos de informações, serviços, recursos materiais e bens culturais que estão presentes na sociedade (ATRIA, 2003).

As associações ou grupos de tratores surgiram com o objetivo de aquisição desse bem para o trabalho do grupo, mas essas associações foram organizadas quando as famílias ainda estavam em situação emergencial, ou seja, quando ainda não haviam conseguido o seu lote definitivo. Esse fato é importante, pois na situação emergencial ficam muitas famílias, mas quando sai o lote definitivo não são todas as famílias que conseguem ter acesso a ele e, dentro de um grupo de associação, que se no momento de situação emergencial eram vizinhos, viviam próximos, quando assentados essas pessoas nem sempre permanecem no mesmo assentamento, ficando distantes umas das outras, o que pode, futuramente, enfraquecer a associação. Particularmente nessas associações ocorreram muitos problemas desse tipo, sendo que algumas delas conseguiram superá-los e fortaleceram-se e outras, simplesmente, desapareceram. Nota-se que as associações que conseguiram caminhar são aquelas em que os associados continuaram a viver perto uns dos outros, fortalecendo os laços que foram criados no acampamento e nos lotes emergenciais.

¹¹³ Para maiores informações ver Kliksberg (1999); Ros e Schneider (2003); Moraes (2003); Durston (1999), entre outros.

“É, é o mesmo grupo que nós tinha no acampamento. Era por setores, era grupo dezesseis o nosso, nós era em quarenta e seis, é que daí depois o povo pega o lote e não fica todo mundo junto né, separa, e aí quem ficou mais junto foi esses dez.”¹¹⁴

Desta forma, o capital social, quando está presente em uma localidade, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultam no benefício para toda a comunidade. Mas, ao contrário, quando falta esse tipo de capital, as ações que eram coletivas tornam-se individuais, o que, conseqüentemente, não promovem o bem estar da coletividade.

“Olha, esse negócio dessa sociedade, não digo com a Cocamp, mas com o trator, o que tem gerado muito foi conflito entre os companheiros sócio, porque um quer ser melhor do que o outro, outro quer ser mais fácil, outros quer abusar e usar. No meu caso mesmo ali tá sendo terrível, no meu caso. Porque, ó, o seguinte, eu fiquei um tempão, porque eu andei desgostoso de plantar roça né, e eu só tava mexendo com gado, fiquei uns cinco, seis anos sem usar o trator, agora que eu fui usar eu peguei o trator todo bagaçado né e no usar o trator aí o que tá dando é confusão, que o pessoal vem toma e quer, sei lá eles quer impor regras deles lá né, tomar conta e a gente vai falar alguma coisa e não tem um crédito no que a gente fala né. Fala ah, você não usou porque não quis e vira aquela confusão, acaba em discussões, inclusive eu nem tô indo mais em reuniões, porque pra gente ir lá pra tá discutindo e vendo a hora de sair com briga né e aí a gente evita né, eu mesmo tô evitando (...) já teve gente que saiu que não tava dando certo, essas coisa, eu não vi futuro nisso não. Eu se eu pudesse sair hoje eu saia fora disso aí.”¹¹⁵

¹¹⁴ Entrevista, Sr. N.A.M., Assentamento São Bento, 2005.

¹¹⁵ Entrevista, Sr. D.S.G., Assentamento São Bento, 2005.

No assentamento Santa Clara/Che Guevara apenas uma associação de tratores funciona atualmente, isso pode estar relacionado ao fato de que a maioria dos associados tem algum grau de parentesco, ou relação de compadrio.

“O objetivo nosso era consegui melhorá porque começemo com um trator porque nessa associação não era associação em conjunto. Teria que sê, mas não foi. Ela era só de máquina. Compramo um trator e entremo 26 pessoa, hoje se reduz estamo só em 6 e continua a associação. Muitos dele saíram né, não sei o porquê, cada um tem seu motivo e eu continuo na associação e graças a Deus, tá dando certo. (...) Do Nilo, sô só cumpadre. São o genro dele a maioria, e só eu e Zé (de Cilene) que não é parente. O parente que não é filho, é genro. É o seu Zé Emilio, os dois filho, o genro, eu e o Zé (de Cilene), vizinho ali. Eu não tenho cunhecimento de outra não (associação). Só tem essa.”¹¹⁶

Antuniassi (2003), analisando a história da família Pereira no assentamento Monte Alegre (núcleo I) chegou à conclusão que a parentela dos Pereira foi beneficiada e não enfrentou os problemas que os demais grupos passaram, justamente por conseguir formar um grupo de trabalho entre parentes consangüíneos e afins, com isso os conflitos eram tratados como “problemas de família”. Fukuyama (1996) acredita que os integrantes de uma família, normalmente, se interessam em contribuir para o sucesso de uma empresa familiar com mais afinco do que se estivessem trabalhando para pessoas sem qualquer vínculo de parentesco.

De acordo com Cruz et al. (2003), as políticas de fomento com o objetivo de criar e fortalecer as organizações devem aproveitar os laços naturais de parentesco, compadrio e amizade dos integrantes da comunidade, a fim de maximizar a permanência e o êxito das redes sociais.

Numa das associações de tratores encontradas no assentamento São Bento percebemos que, apesar de alguns associados não pertencerem ao mesmo assentamento,

¹¹⁶ Entrevista, Sr. J.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

essa associação é bastante produtiva, isso se deve a grande organização existente, além da confiança depositada entre os membros. O seu funcionamento ocorre da seguinte maneira:

“E nós fizemos, fizemo um, no começo fizemo uma, um livro sabe? E daí então nós, cada sócio então tinha direito de, de usar o trator com todo o conserto que seria do, da sociedade(...), aí então todo o que nós fizer, fizemos o serviço por fora né, então nós arrecadava e ficava na caixa, eu sou o caixa, eu depositava no banco e conforme precisa, se precisa comprá óleo nós pagava com esse e geralmente nós sócios nunca precisou gastá quase nada. Por exemplo, se quando quebra nós já tinha saldo suficiente pra, pra pagá e quando muitas vezes nós pegava até vaca, bezerro a troco do serviço e nós temo aí, nós tinha acho que mais ou menos uns vinte e pouco cabeça de gado, esparramado, cada sócio com um, dois três e quando apertava, como de fato apertou agora esses dias precisei consertá é o, o trator que foi quase três mil de, de despesa, então nós pagamo com a reserva, reserva de vendê um pouco de gado e pagamo. Quando o caixa não comportava pra pagá, então nós vendia o gado que nós tinha que vendê e assim foi indo, ninguém até hoje, os sócio não pagou um centavo sequer sobre o trator.”¹¹⁷

Nesse sentido, é importante reafirmarmos que em nosso estudo o capital social está mais centrado na qualidade das relações estabelecidas entre as partes envolvidas do que simplesmente na quantificação das formas organizacionais presentes nos assentamentos. É claro que a maior quantidade de associações informais e formais numa determinada comunidade pode indicar a presença de capital social, mas essa análise não deve limitar-se somente a esses dados quantitativos. De acordo com Castilhos (2002) o termo capital social procura dar uma acepção maior à importância da presença e, sobretudo, da qualidade das relações sociais para impulsionar o processo de desenvolvimento.

¹¹⁷ Entrevista, Sr. C.K.F., Assentamento São Bento, 2005.

Coleman (1990) em suas teorias sobre capital social desenvolveu um modelo teórico para trabalhar as relações entre obrigações, expectativas e confiança. Este modelo é bastante oportuno para entendermos a relação estabelecida na associação do Sr. C.K.F., acima narrada. De acordo com o modelo criado pelo autor, se um indivíduo A faz algum trabalho para um indivíduo B, e acredita que B retribuirá no futuro o trabalho realizado, cria-se uma expectativa em A e uma obrigação em B, esta obrigação pode se transformar em confiança. Um exemplo desse fato pode ser dado através dos consórcios realizados em comunidades de baixa renda nas pequenas cidades do sudoeste asiático, nesse tipo de consórcio um grupo de amigos deposita mensalmente uma quantia estabelecida a favor de um dos membros do consórcio; este tipo de atitude possui como característica a confiança e a obrigação entre os membros do grupo. Da mesma forma, esse fato pode ser exemplificado por meio do grupo do Sr. C.K.F. onde seus integrantes estabeleceram uma lógica em que o compromisso para com o grupo é solidamente honrado entre os integrantes.

Normalmente, nas associações de tratores existentes nos dois assentamentos não ocorre nenhum trabalho para estimular a participação de outras pessoas; na maioria das vezes, essas associações, ou grupos de pessoas estão fechadas para entrada de novos membros. A exceção ocorre para os filhos dos associados, que quando conseguem o seu próprio lote, mesmo que em outro assentamento, podem fazer parte do quadro de associados.

“No começo parece que era sete, agora foi pra nove, aumentou porque é tem filhos né, o filho tá emancipado, casou, aí cada um então conseguiu ganhar a terra, então nós cedemos, de sete foi pra nove, e todos eles tinha os mesmo direito. Não, nós não aceita ninguém, só nós mesmo, é e esses que aumentou foi filho.”¹¹⁸

Através das entrevistas percebemos que os laços de parentesco, juntamente com os laços de amizade estabelecidos na época de acampamento foram muito importantes para as relações no interior dos grupos ou associações e, naqueles grupos onde esse fator foi ausente, e

¹¹⁸ Entrevista, Sr. C.F., Assentamento São Bento, 2005.

onde valores como confiança e solidariedade não existiam, ou foram perdidos, houve o comprometimento para o bom desempenho das associações.

“Ah, é bom que nós tem um grupinho assim já, tudo já de mais amizade né, a, é, confiança hoje em dia é uma coisa que é muito difícil, falar ó eu confio em tal pessoa, mas a gente, se você tá num grupo você confia em todos e a gente senta, faz reunião, discute e sempre tá conversando.”¹¹⁹

Analisando essas associações podemos crer que o capital social não é distribuído de maneira uniforme entre os grupos. Alguns se mostram mais propensos a se associarem do que outros. Nesses assentamentos, as mulheres estão bastante organizadas, sendo que uma das associações criadas por elas já obteve diversos benefícios aos assentamentos.

Algumas mulheres se reuniram, com o apoio do Itesp, para formarem grupos para a aquisição de um kit de padaria. Esse kit foi fornecido pelo Itesp, e cada grupo, composto por aproximadamente oito mulheres, se organizaria e fabricaria pães, bolos e biscoitos para serem vendidos no assentamento. Porém, de todos os grupos formados nos dois assentamentos, apenas um deles está funcionando e, assim mesmo, somente com duas mulheres; as demais saíram porque achavam que o trabalho na padaria não estava dando lucro, estando elas, portanto, motivadas apenas pelo capital econômico.

“Eles mandaram né o forno (...), aí a gente pega e faz e vende, mas assim, o Itesp é quem faz as reunião, ele fala que essa padaria é pra comunidade trabalhá né, se não dé pra fazê e vendê pra tirá uma renda né, mas que pelo menos as pessoas vão lá e assa, faz, mas não pode ficar parado né. Da padaria era um grupo de mulheres, aí saiu todas e só ficou eu e a minha vizinha, porque elas acha que não dá muito lucro né.”¹²⁰

Para Bourdieu (1990), a economia econômica ainda prevalece sobre as economias orientadas para fins não econômicos, sendo o capital econômico dominante em relação ao

¹¹⁹ Entrevista, Sra. N.A.M., Assentamento São Bento, 2005.

¹²⁰ Entrevista, Sra. A.G.B.A., Assentamento São Bento, 2005.

capital simbólico, ao capital social e até mesmo ao cultural. Em virtude disso, a desconfiança nas pessoas torna-se maior; quando este tipo de sentimento se generaliza numa sociedade determina uma espécie de ônus sobre todas as formas de atividades econômicas, sendo que nas sociedades onde há a predominância da confiança tais ônus não são identificados (FUKUYAMA, 1996).

Para as duas mulheres que prosseguiram com essa padaria houve a predominância de outro tipo de capital, que não o econômico, e ao continuarem desenvolvendo as atividades, acreditamos que, nesse caso, o capital social conseguiu prevalecer, pois essas mulheres além de trabalharem para conseguirem renda com os produtos da padaria, também trabalham em prol de outras pessoas, onde o valor da solidariedade se faz presente.

“Como no caso assim, quando tem uma festinha pras criança, a gente pode se reunir, fazer um bolo, pra fazer pão né, aí já ajuda né. Sempre tem um aniversário, uma festinha na igreja mesmo, ou das criança.”¹²¹

Algumas associações de padaria não deram certo porque como o forno e o kit necessário para a padaria ficava na casa de uma determinada pessoa, esta se sentia dona desse kit e o sentimento de bem coletivo perdia o sentido.

“Algumas pessoas do setor já foi procurar pra tentá conversá com ela pra vê se consegue mudá a padaria de lugar, pôr num, na sede no caso né, pra mulheres trabalhá e ela diz que não cede a padaria né, que a padaria vai ficar na casa dela. Ela tá parada (a padaria), funciona assim, particular pra ela, pras demais, da, da, da comunidade não.”¹²²

Não se pode obter capital social apenas por indivíduos agindo por conta própria, pois ele é apoiado no predomínio de virtudes sociais e não apenas individuais (FUKUYAMA, 1996). As associações, ou grupos de mulheres formados para trabalhar com o kit padaria não obtiveram o resultado esperado, sendo que a maioria das padarias está inativa. Por outro lado,

¹²¹ idem.

¹²² Entrevista, Sra. C.M.T., Assentamento São Bento, 2005.

as mulheres conseguiram se reunir e se organizar para formarem uma associação, que engloba não só o assentamento São Bento, mas também outros assentamentos vizinhos. Essa associação, a Amas – Associação das Mulheres Assentadas do Pontal, foi criada objetivando levar melhorias para os assentamentos. Foi por meio dessa associação que as assentadas conseguiram benefícios como o kit padaria.

“As padaria vieram através da associação né, através desse grupo que tava lutando e está hoje ainda.”¹²³

A Amas possui uma peculiaridade que as demais associações encontradas nos assentamentos não possui, qual seja, essa associação contou, desde a sua formação, com uma forte influência do Estado através da Fundação Itesp, ou seja, desde a sua fundação ela tem como parceria um órgão do Estado, o que facilitou e facilita bastante suas atividades. O governo, por meio de suas diferentes secretarias e departamentos, possui um importante papel na organização e no fortalecimento das organizações de produtores, e conseqüentemente na formação e fortalecimento do capital social (CRUZ et al., 2003).

“A máquina de fralda tá na casa da companheira Toninha, ela é associada, mas a gente vai começar a trabalhá no pé-de-galinha, onde a gente tem uma sedinha lá, é a gente tem, a gente tem uma parceria com o Itesp, e foi através dele e nossa ajuda que a gente conseguiu. É hoje, hoje a gente tá é trabalhando assim é, é, mais pra gente tá, a gente ganhou um carro também né, a gente ganhou um carro, a gente tá trabalhando. Foi o Instituto de Terras que deu, o importante é a gente né, tem essa conquista que nós já ganhamo e esse carro vai ser usado pra gente transportá as companheira pras reuniões da associação né e alguns alimento nosso que a gente vai montá uma feirinha pra gente podê vendê.”¹²⁴

¹²³ Entrevista, Sra. M.C.S., Assentamento São Bento, 2005.

¹²⁴ Idem, 2005.

Para Fukuyama (1996) os governos devem promover uma comunidade quando nesta ocorre um déficit de sociabilidade espontânea. As alianças estratégicas entre diversos agentes locais, como entidades públicas, Ongs, empresas privadas, podem traduzir-se em iniciativas inovadoras que poderão contribuir para o desenvolvimento e promoção das diversas formas de organizações (DIRVEN 2003). Com isso, espera-se que o Estado atue de maneira direcionada para as atividades que contemplem as capacidades e potencialidades locais, por meio de políticas de coordenação e promoção das iniciativas sociais (MORAES, 2003).

Nesse sentido, a Fundação Itesp desenvolve um importante trabalho para a promoção da organização da associação das mulheres, mas há algumas críticas dos próprios assentados sobre essa parceria.

“Essa Amas aí que você vai conversar, você vai diagnosticar isso aí na sua pesquisa. A Amas tem um grau de, de subordinação total ao Itesp, ela só funciona se o Itesp quiser que funciona.”¹²⁵

As críticas são importantes para que as associadas reflitam sobre os possíveis pontos que podem enfraquecê-las, pois se desejam que a associação seja sustentável, esta não pode ser dependente de nenhum tipo de instituição. Futuramente, isto poderia comprometer o seu bom desempenho. Por outro lado, apesar das críticas, o que foi notado em relação a essa associação das mulheres é que ela é uma das que mais credibilidade e confiança possui entre os assentados, devido às várias conquistas obtidas por elas. Desta forma, acreditamos que as parcerias entre as associações e as diversas instituições podem ser muito proveitosas para promover e enriquecer o capital social.

Apesar do sucesso dessa associação, suas integrantes não apóiam a entrada de mais mulheres, mas sim que estas se organizem para formar outras associações nos assentamentos.

“A gente só tá com as nossa companheira, nós tamo com elas mesmo por enquanto né, porque a gente tem que tá mais organizada né, aí depois que a gente tá mais organizada, tá

¹²⁵ História de Vida, Sr. Z.L.S., Assentamento São Bento, 2005.

buscando muito mais recurso aí sim é hora da gente chamá mais companheira né. Por enquanto ela tá fechada, só tá com essas mesmo né ela tá fechada, é se organizá melhor, a gente que é, é, trazê mais projeto e pedi que dê certo esses projeto, porque daí você pode tá incentivando outras companheira a montá outras associação pra ter mais força. Pra tá incentivando também a fazerem mais associação né, como a nossa tá dando certo, é reuni outras companheira pra que elas se associe também e possam fazer outra né, pra tá vindo, pra essas outras associações.”¹²⁶

O modo mais útil de capital social, normalmente, não é a capacidade de trabalhar sob o comando de uma comunidade ou de um grupo, mas a capacidade de formar novas associações e cooperar dentro dos padrões estabelecidos por elas (FUKUYAMA, 1996). Sem saber sobre essa teoria as mulheres vão tecendo suas estratégias para o aumento e promoção do capital social não apenas na sua associação, mas nos assentamentos como um todo. Assim como numa experiência relatada por Durston (1999), um dos fatores para a formação do capital social em Chiquimula (Guatemala) foi o “empoderamento” das mulheres camponesas, que com o apoio de um Programa do Ministério da Agricultura¹²⁷, conseguiu formar grupos produtivos de mulheres que recebem créditos e assessoria e possuem voz ativa nas discussões comunitárias, conseguindo liberar e capacitar recursos humanos que antes permaneciam excluídos. Assim, como em Chiquimula, a experiência das mulheres da Amas está fomentando a participação e a formação de novas experiências nos assentamentos contribuindo, dessa forma, para a formação e fortalecimento do capital social.

Inicialmente, através de um estímulo econômico, qual seja, a liberação de recursos para a construção e melhoramento da habitação, estão surgindo diversas associações nos

¹²⁶ Entrevista, Sra. M.C.S., Assentamento São Bento, 2005.

¹²⁷ Esta ação foi uma parceria entre o Ministerio de Agricultura y Ganadería/Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola/Organización de Países Exportadores de Petróleo/Programa Mundial de Alimentos/Países Bajos (Proyecto MAGA/FIDA/OPEP/PMA/Países Bajos).

assentamentos, uma vez que apenas quem estiver associado poderá ter acesso a esse recurso. Por esse motivo, a Amas ganhou ainda mais credibilidade, pois como é, talvez, a associação melhor organizada dos assentamentos, muitos assentados vão obter tal recurso via essa associação, que receberá e depois repassará o dinheiro para as famílias.

Em vista desse fato, muitos assentados decidiram montar a sua própria associação para conseguirem não apenas esse recurso, mas outros possíveis e não dependerem de outras associações. Assim, um exemplo bastante interessante dado por Abramovay (1999) sobre capital social se refere ao fundo de aval que determinados grupos de agricultores formam para facilitar o acesso a recursos bancários. Por meio da união de pessoas o processo torna-se mais ágil, e se caso os agricultores optassem por tentar conseguir recursos de forma individualizada provavelmente seria mais difícil alcançar o objetivo almejado.

“Na realidade é, nós enfrentamos muita dificuldade aqui né, tanto em termos de, de projeto e o povo também tá muito afastado um do outro né, então a tendência nossa é unir o povo pra consegui recurso né, que tá difícil. Então a fundação mais da associação é pra isso né, pra tá correndo atrás de outras coisas que funcione aqui pro povo né, pra tê alternativa pra melhorá. Nós vê a dificuldade né, que o povo tá passando, a gente, cada vez a tendência, a situação tá apertando mais né, tá tipo um funil, tá cada vez mais, a situação nossa tava apertando mais, então aí nós surgiu essa idéia, porque tem a associação das mulheres, da Amas, que tá trabalhando, o projeto delas tá devagarzinho, mas tá indo pra frente né, então nós falemo, vamo fundá uma também né.”¹²⁸

O exemplo dado por Abramovay (1999) ilustra o que Coleman (1990) definiu sobre capital social. Para esse autor o capital social é produtivo e possibilita que certos objetivos sejam alcançados quando a sua existência é presente, caso contrário, sem a presença de

¹²⁸ Entrevista, Sr. J.P.A., Assentamento São Bento.

capital social, possivelmente os objetivos não seriam alcançados. Diferentemente de outros tipos de capital, o capital social nasce das relações sociais, diferenciando-se, portanto do capital físico, o qual aparece em aspectos meramente econômicos, e do capital humano, baseado na formação escolar, profissional de um indivíduo, ou seja, relaciona-se com a qualificação. Diante disso, percebe-se que o capital social dificilmente é mensurado, mas pode ser facilmente especificado, utilizando-se como medidor determinados comportamentos sociais (DIAS JR., 2001).

Se o motivador inicial, para que nos assentamentos fossem formadas diversas associações, foi o capital econômico, este com o decorrer do tempo pode se transformar em outro, pois de acordo com Bourdieu (1986) uma das propriedades do capital é sua possibilidade de conversão de uma forma para outra.

“A conversão dos diferentes tipos de capitais é a base das estratégias dirigidas a garantir a reprodução do capital (e a posição ocupada no espaço social) com a ajuda do menor custo em termos de trabalho de conversão e as perdas inerentes à própria conversão” (BOURDIEU, 1986, p. 252-253).

Se o capital social é a soma dos capitais e poderes contidos nas relações sociais formadas por um grupo de agentes (BOURDIEU, 1986), os assentados se mobilizaram a partir da rede de relações sociais a qual pertenciam para conseguirem superar problemas de ordem econômica o que significa, nesse sentido, a conversão do capital social em econômico. Tal fato também foi observado por Ros e Schneider (2003) ao estudarem as estratégias de reprodução social dos produtores familiares do Planalto de Jujéno, na Argentina, onde os nativos desse território viram a necessidade de colocar em prática outro tipo de estratégia para a geração de renda e procuraram a solução a partir dos recursos disponíveis, ou seja, a partir dos capitais que possuíam. Desta forma, o capital social presente numa comunidade pode ser um importante instrumento para promover o acesso a diversos benefícios, como também para a promoção da formação de novos grupos associativos.

“É o que eu falo pra você, muitas vezes fñda ficando sozinho e sozinho ninguém ganha nada não. Ou se une, ou vai descer cada vez mais. Que nem no meu caso, nós tamo quereno montá otra,

só que essa aí eu não posso nem citá porque essa daí (envolve indústria). Se nós consegui, vai ser em seis. Outras pessoas, aqui do Che Guevara. Não é obrigado o cara que é da mesma, entrar. É interesse próprio. Se o cara que vai, se não que, também não é obrigado. Tamo conversano pra vê se dá certo (nova indústria), uma mini farinheira porque aqui tem muita mandioca. Pra você tirá uma mandioca pra fora, fica na viagem, então você tem como ganhá o frete porque tem a Conab aí que tá comprano, pode sê beneficiado pela Conab e tem outras também que pode sê beneficiado. Tamo tentano, se der certo pro ano que vem deve tê outra associação, mas até agora continuamo na mesma. A idéia é aumentar associação porque se você tem associação, você tá em conjunto.”¹²⁹

Há nos assentamentos do Pontal do Paranapanema uma associação com o objetivo de resgatar a história do acampamento União da Vitória, é a Associação de Desenvolvimento União da Vitória, Aduv.

“Aduv se propôs a fazer esse resgate do acampamento União da Vitória, por isso que ela é Aduv, Associação de Desenvolvimento União da Vitória. Todo esse negócio aqui ele nasce da idéia do União da Vitória e resgatar isso é fundamental na memória e na perspectiva de reorganizar aquilo.”¹³⁰

Conforme Bourdieu (1986), os capitais são formas de poderes acumulados nos indivíduos ou na coletividade, assim os capitais podem possibilitar às pessoas a apropriação do poder neles contidos para a efetivação de seus interesses. Isso vai ao encontro com o objetivo da Aduv, que através da formação do capital social objetiva, além do resgate histórico, conseguir melhorias para os assentamentos. Assim sendo, o capital inicial estará se transformando em capital cultural e capital econômico.

¹²⁹ Entrevista, Sr. J.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

¹³⁰ História de Vida, Sr. Z.L.S., Assentamento São Bento, 2004.

“O objetivo dessa associação é também ajudar a discutir o desenvolvimento rural, né, dos assentamento, e também, angariar recursos através de projetos, projetos de, como é que fala, projeto de instalação de poços, instalação de tanques de resfriadores de leite, é projetos de, de infra-estrutura.”¹³¹

Essa associação tem apenas três anos de fundação sendo que suas atividades ainda estão em fase inicial, de acordo com um de seus associados; para que pudessem pleitear algum tipo de recursos deveriam ter primeiro três anos de registro e, passado esse tempo, teriam direito a obtenção de recursos por meio de projetos. Essa associação conseguiu recursos para que fossem instalados três tanques resfriadores para o leite nos assentamentos. Os assentados articulam-se de maneira bastante organizada para suprir algumas necessidades. Se por um lado, isso é uma ótima estratégia estabelecida por eles, por outro lado, acabam por tirar algumas responsabilidades do Estado. Assim, o surgimento de cooperativas, associações, fundações e Ongs cujo objetivo é a melhoria da qualidade de vida das comunidades fortalecem e estimulam o espírito de coletividade e solidariedade, preenchendo a ausência e isolamento do Estado em determinados casos e com isso vão construindo ou fortalecendo o capital social na região (DURSTON,1999).

“Tamo discutindo em Mirante com o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, o conselho é formado por, é um da secretaria, da CATI, é um representante de cada associação dos assentamento e outras associações também que tem aí dos pequenos produtores. Nós tamo discutindo um projeto, inclusive tem um recurso aí do Banco Mundial, nós tamo querendo, queremos ver quando é que vai ser implantado isso. Aqui é muito costumeiro na nossa região, não sei se você conhece bem, faz assim (...), surge um projeto, às vezes até a fundo perdido, mas nós não tava participando do conselho e eles decidiam priorizar pequenas outras áreas pecuaristas, inclusive programa de Bom Caminho, programa de, uma série de

¹³¹ Entrevista, Sr. D.A.R., Assentamento São Bento, 2005.

programas do governo federal e ia pra outros né, e nós ficava meio de fora, então a associação também tá querendo intervir nisso, inclusive nós temos uma cadeira no Conselho agora, é nós vamo ponhá cara lá também.”¹³²

A noção de capital social, foi importada da sociologia pela economia.

“(...) a sociedade não é a soma de indivíduos agindo de maneira independente uns dos outros e coordenando suas ações por meio de um instrumento supostamente neutro – o mercado. Ela possui estrutura, normas, valores, pressões, incentivos e restrições” (ABRAMOVAY , 1998, p. 9)

Os valores, incentivos, as restrições, as pressões, as normas e a estrutura da sociedade são capazes de formar recursos para um ou mais agentes. Desta forma, o capital social se torna cada vez mais forte a medida que se amplia o círculo das relações sociais em que vivem os participantes da sua construção. Nesse sentido, as parcerias realizadas entre as associações dos assentamentos com outras instituições são bastante importantes para o bom desenvolvimento dos projetos. Uma das associações que os assentados dos dois assentamentos estão participando, a Acap, que é a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal do Paranapanema, a qual possui um projeto para a produção de sementes crioulas nos assentamentos da região, cujo objetivo é o resgate da formação e produção de sementes pelo agricultor, conta com diversas parcerias para a sua viabilização. Essas parcerias foram realizadas com as seguintes instituições: Esalq, Incra, Itesp, AS-PTA, IAC, Centro Paula Sousa, Conab, Unesp-Presidente Prudente, Embrapa, Apoema.

Segundo o engenheiro agrônomo que está trabalhando nesse projeto das sementes crioulas, 80% dos recursos do projeto é destinado à capacitação das pessoas. Num primeiro momento os técnicos envolvidos serão capacitados e, após, estes farão a capacitação dos assentados. Algumas parcerias, como a Embrapa, a Esalq, o IAC, serão os que farão essa capacitação.

¹³² Entrevista, Sr. D.A.R., Assentamento São Bento, 2005.

“A idéia nossa é fazê a nossa capacitação primeiro, dos técnicos, que vai, que vai tocá o projeto, capacitá primeiro, aí depois, os assentados. Capacitá eles também no dia a dia de campo, é as visita técnicas a gente vai tá indo, comentando, falando, informando.”¹³³

Percebe-se que as instituições parceiras do projeto com sementes crioulas da Acap são, com exceção da AS-PTA e da Apoema, instituições públicas. Isso vem reforçar que é importante a participação do Estado na articulação e promoção dos projetos nas associações e cooperativas, sendo também um agente promotor para a criação e/ou fortalecimento do capital social. De acordo com Fukuyama (1996), nos casos em que existe um déficit em capital social, essa carência pode ser suprida através da intervenção estatal. Nessa mesma linha de raciocínio institucional sobre o capital social está Fox (1996) que acredita que as instituições públicas possuem importantes meios para a mobilização dos recursos sociais. Assim, o Estado exerce um papel central na convergência das demandas sociais, precisando, em última instância o êxito de iniciativas coletivas.

As parcerias estabelecidas entre as associações e cooperativas dos assentamentos são muito importantes, porém é preciso tomar o cuidado para que esses grupos coletivos não se tornem demasiadamente dependentes desses convênios.

A Acap, com o projeto de sementes crioulas, está abrangendo dez assentamentos, estando aí incluídos os assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, com a participação em cada um de 30 e 25 famílias respectivamente, que irão plantar em seus lotes 2 ha com essas sementes (milho, feijão e mandioca).

“Acap ela é nova, é uma que tá recém-chegada. Nós tamo começano a planejar isso aí, ela deve tá chegando agora esse mês. Esse mês tá previsto chegá o calcário, a semente, o adubo não sei se tá vindo pra cá, o óleo, o dinheiro das máquina, que é tudo viável desse projeto e aí nós tamo com intenção de empurrar pra frente porque se é viável pra nós, o certo é nós

¹³³ Entrevista, Sr. A.G.D., técnico da Cocamp, 2004.

tocá o barco. Essa Acap eles fala num projeto assim, tipo raízes, uma coisa assim que tá no passado, tá lá no fundo e a gente que trazê pra hoje. Que nem no caso, você tem a semente crioula, você não vai mais tê que ir no mercado comprá. Você já vai fazê sua própria semente. O objetivo é esse, se você tem a sua própria semente, não vai gastar em cima pra pudê (...) por exemplo, hoje, você vende o saco de milho a R\$16,00 mas na hora que for comprá vai pagá R\$80,00, depende do preço que tá o mercado, então não vai compensá comprar. Você tem que armazená pra podê tê o objetivo.”¹³⁴

Tanto as organizações formais, como a Acap e a Cocamp, quanto as informais, representadas por meio das parcerias estabelecidas entre os assentados (trocas de dias, tratores) são muito importantes para a promoção e para o fortalecimento do capital social. Algumas parcerias foram construídas quando os mesmos estavam na fase de acampamento, fato este essencial para a compreensão dos laços que foram sendo criados entre eles, além disso, os laços de confiança e amizade são valores que os assentados levaram consigo para o assentamento. Tais valores quando fortalecidos tornam-se fundamentais para potencializar o capital social. Já as organizações formais, como a Cocamp e a Acap, se fizeram presentes entre os assentados após o assentamento dos mesmos, sendo que, no momento em que foram formadas transformaram-se em importantes instrumentos para o incremento do capital social.

A Cocamp, ao iniciar suas atividades (1998) contou com a participação e o interesse massivos dos assentados, porém após as dificuldades enfrentadas, essa participação não é uma constante. A importância da Cocamp ocorre desde a sua fundação até os dias atuais, contudo, a confiança dos assentados depositada nessa cooperativa diminuiu ao longo dos anos. A Acap, por apresentar uma proposta nova para a aquisição de sementes passou a ser uma importante alternativa aos assentados. Essa associação tem, atualmente, conquistado a confiança das pessoas. Como a sua proposta é diferente e

¹³⁴ Entrevista, Sr. J.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

objetiva, e apresenta resultados imediatos, a Acap poderá gozar da confiança dos assentados ao longo do seu funcionamento, o que certamente contribui para a manutenção do capital social entre eles.

5.4. O papel das instituições e organizações na formação do capital social

Nas práticas e representações dos assentados da São Bento e Santa Clara/Che Guevara, Borges (2004) observou alguns princípios que são fundamentais para se ter capital social, como a confiança, a solidariedade, o respeito às pessoas. Tais princípios fazem parte de um sistema que o MST e sua militância almejam alcançar.

Das instituições e organizações presentes nos assentamentos, o MST foi o que apresentou a maior porcentagem de confiança entre os assentados. No assentamento São Bento 85,20% dos assentados pesquisados disseram confiar muito no MST e no assentamento Santa Clara/Che Guevara, o índice foi de 70%. Esses dados indicam a importância que o Movimento tem para os assentados.

“O MST, no meu modo, no meu modo de pensar eu, eu, é muito importante o MST, importantíssimo, porque eu devo muito aqueles pessoal que incentivava a gente a agüentá mais um pouquinho né, apesar que foi muitos ano pra gente pegá a terra, ó foi quantos ano? Quatro ano, mais valeu a pena né, e eles incentivavam a gente, eles buscô a gente na cidade pra isso né, pra vim atrás de pegar esse pedacinho de terra que pra nós hoje é tudo né.”¹³⁵

¹³⁵ Entrevista, Sr. D.S.G., Assentamento São Bento, 2005.



Figura 19. Foto da caixa d'água do assentamento Santa Clara/Che Guevara pintada com a bandeira do MST.

Foto: Vanilde F. de Souza, 2005.

Alguns aspectos são importantes para a construção do capital social nesses assentamentos. Um deles diz respeito à presença de organizações como o MST, o qual promoveu a mobilização das pessoas para a promoção da luta pela terra. Além disso, esses trabalhadores sem terra ao interagirem com o Movimento e com outras instituições e organizações favoráveis à reforma agrária deram início à formação do capital social entre eles. Evans (1996), com sua visão institucionalista do capital social enfoca a importância que um agente mobilizador, participativo politicamente, pode possuir na constituição de um círculo virtuoso para o desempenho de políticas públicas. Nos assentamentos estudados o MST é, talvez, o principal agente mobilizador de políticas que resultem numa melhoria das condições de vida dos assentados.

“O MST, primeiramente, se não fosse o MST, nós num tinha lote aqui, porque isso aqui vivia 40 ano nas mão dos fazendero, terra devoluta aí. E o MST chegou aqui, reuniu nós tudo, viemos aqui e tivemos vários despejo, depois vortava pra terra, inté qui o fazendero fez acordo com o governo. O governo pagou a benfeitoria dele, ele foi embora e nós pegamo o lote. Mas, se não fosse o MST, ninguém tinha lote aqui porque quem qui vinha? Nós num tinha coragem de vim sozinho.”¹³⁶

De acordo com ABU-EL-HAJ (1999), os teóricos sobre capital social tidos como neo-institucionalistas opõem-se à relação direta estabelecida por Putnam (2000) entre a inter-relação sócio-cultural histórica com a hipótese da formação de laços de confiança e o nível de engajamento cívico. Para Evans (1996), o capital social não é somente um atributo cultural, formado apenas em locais onde existem raízes históricas. O capital social pode ser formado ao longo das gerações. Dessa forma, as instituições e organizações dos trabalhadores possuem uma grande contribuição para a construção e fortalecimento do capital social e, com certeza, o MST tem um papel muito importante nesse sentido.

Mesmo sendo o MST um dos principais agentes mobilizadores nos dois assentamentos, os dados dos questionários indicam que para os assentados o MST, apesar da sua grande significância, possui um trabalho mais expressivo no acampamento.

“Eu não posso afirmá o que o MST faz hoje pelos assentado porque eu não tenho conhecimento. Eu tenho pouco conhecimento deles, então o pouco que a gente tem pode falá. O que nós vê hoje mesmo é que eles ocupa, dá assistência na base de ocupação porque adipois que passa a sê conhecido pelo governo fica noutra situação (...). O MST eu acredito que não tá mais fazeno parte no assentamento, e tá no sentido que nós tem um direito com nós e nós com eles, são uma obrigação nossa

¹³⁶ Entrevista, Sr. J.S.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

porque se você fez parte da luta, eu acredito que a luta pra nós não acabou. Continua a mesma.”¹³⁷

É interessante notar que a dinâmica do processo organizativo do MST ocorreu, em primeira instância, dentro dos acampamentos. Quando as famílias chegavam no acampamento elas se viam perdidas sem saber o que fazer e nem como agir; é a partir desse momento que as pessoas começam a se juntar e a se dividir em grupo, como o grupo do trabalho, o grupo da saúde, o grupo da educação, o grupo das finanças, sendo que cada grupo tinha o seu coordenador, e é daí que, muitas vezes, surgem as lideranças.

“(…) o acampamento, (...), preparava o sujeito para o Movimento. Pode-se depreender daí que o acampamento seria o espaço do movimento social, de sua formação e do “fazer-se” sujeitos da luta. No momento em que se “formavam” pela prática, iam para a organização.” (BORGES, 2004, p. 202).

O acampamento pode ser um espaço de medos e aflições como também um espaço de “espera e de esperança” para essa população, onde a solidariedade da grande família que se forma ameniza as angústias. A espera pela terra e a esperança em conseguí-la caminhavam junto com os acampados (BORGES, 2004). O MST, como agente mediador, contribuiu intensamente para a construção do capital social.

Apesar dos assentados crerem que o Movimento age mais intensamente nos acampamentos, isso não diminui a importância desse Movimento junto a eles. Desta maneira, os assentados atribuem a este Movimento alguns papéis fundamentais que apenas esse tipo de mediador poderia realizar, como manifestações, ocupações em bancos, em órgãos federais e estaduais para agilizar benefícios para o conjunto dos assentamentos. Para os assentados, se não existisse a pressão exercida pelo MST frente aos órgãos governamentais, não existiria também o acesso a grande parte de financiamentos conseguidos.

“Pelos assentado, ah eles (MST) corre atrás de, de financiamento, quando o banco fica travando, nós fecha, eles

¹³⁷ Entrevista, Sr. J.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

fecha banco né, eu nem falo que quase eu não participo dessas coisa, mas eles fecha o banco pra ver se sai o financiamento no horário, no dia certo, vamo lá brigá no Itesp pra melhoria disso, melhoria daquilo, vamo pra Brasília, vamo pra São Paulo. Eu acho muito importante, o MST é um, uma coisa extraordinária eu acho importantíssimo o MST, inclusive ele é a nível nacional né é uma coisa, vixe eu admiro demais.”¹³⁸

Em entrevistas realizadas junto aos assentados da Santa Clara/Che Guevara, Borges (2004, p. 222) detectou “*a ênsafe na crença em relação ao Movimento Sem Terra, ou seja, a esperança da conquista brotando das práticas e representações desse Movimento. (...) a exposição de um ideário de ações de luta em comum, tornando-se difícil delinear o indivíduo e o coletivo (...).*”

No tempo presente, a maioria dos assentados possui uma participação menos ativa no Movimento, se comparada à época de acampamento. Pode-se dizer que se os assentados não participam ativamente do MST não é pela descrença no Movimento e sim por necessitarem enfrentar diariamente outras lutas que o trabalho na terra requer. É preciso ter consciência de que após conquistar a terra o assentado simplesmente não adota um estilo de ser através de um modo de produção individual, mas é necessário compreender que para ele torna-se difícil conciliar o trabalho no lote com as práticas de organização coletiva.

“Bom, eu acredito o seguinte, que o assentado hoje em dia ele, ele não tem muito tempo de tá ajudando o Movimento Sem-Terra, e o Movimento Sem-Terra sozinho ele não faz nada, então o MST chama o assentado pra luta, mas ele tem a desculpa que tem que tirá o leite, que tem que cuidá dos porco e por isso ele não vai pra luta.”¹³⁹

Algumas vezes existe um distanciamento entre os assentados e o Movimento, mas que não é convertido na descrença dos assentados em relação ao MST, pois em determinados

¹³⁸ Entrevista, Sr. D.S.G., Assentamento São Bento, 2005.

¹³⁹ Entrevista, Sr. J.R.F., Assentamento São Bento, 2005.

momentos quando o assentado percebe-se ameaçado do direito adquirido de ser um agricultor familiar ele e o Movimento tornam-se um só.

O MST sendo uma importante organização para a mobilização dos trabalhadores rurais sem-terra torna-se importante também para formação de capital social. De acordo com Abramovay (1998) o capital social não é simplesmente um atributo cultural cujas raízes estão cravadas ao longo das gerações, ao contrário, ele pode ser criado a partir do momento em que haja a presença de “organizações suficientemente fortes” indicando às pessoas alternativas aos procedimentos políticos convencionalmente adotados.

Os assentados se descobriram como sujeitos da história a partir do momento em que se foi formando e se desenvolvendo o acampamento e, também, no momento em que entraram na terra para realizarem seu trabalho, pois se num momento anterior estes sujeitos eram objetos da história, onde quase tudo lhes fora tirado, depois de participar do processo de luta pela terra há o resgate, em cada um, do sonho da transformação da realidade e assim, passam a ser sujeitos da história (BORGES, 2004).

Os assentados, como sujeitos da sua história começam a fazer reivindicações para transformar suas realidades e passam a exigir do Estado os direitos que lhes são atribuídos como assentados. Evans (1996), ao buscar uma alternativa neo-institucionalista à visão “culturalista” de Robert Putnam (2000), deu ênfase ao papel decisivo da burocracia estatal para a constituição de capital social, caminhando na direção de que a função do Estado passaria da ação reguladora da interação social para a de indutor e mobilizador do capital social, unindo cidadãos e mobilizando as instituições públicas a melhorarem a eficácia governamental, a partir de uma ação simultânea entre o Estado e a sociedade civil como um conjunto de relações que transpõe a divisão público-privado.

Nesse sentido, percebemos que tanto o governo federal quanto os governos estadual e local atuando como mediadores podem ser fundamentais para a indução e formação de capital social nos assentamentos. No tempo de acampamento é atribuído aos governos federal e estadual um papel muito importante na vida dessas pessoas, já que foram nesses governos que eles conseguiram passar da condição de sem terra para assentados. Mas, a importância auferida ao Poder Público não significa a negação da luta, esta sim principal responsável pela ação do Estado. O assentamento é um produto que pode ser idealizado pelo Estado, mas ele se reordena a partir da atuação das diversas instituições que lhes reordena e reformula para

objetivá-lo, sendo essas instituições diferenciadas conforme a função exercida por cada uma (NEVES, 1997).

Atualmente, a instituição estadual que tem presença constante nos assentamentos é a Fundação Itesp. Existem inúmeras críticas, por parte dos assentados, a essa instituição e aos seus técnicos, porém a grande maioria acredita que ela é fundamental para garantir o bom desempenho dos assentamentos.

Apesar de na época de acampamento a atuação da Fundação Itesp ocorrer por meio da regularização fundiária, cadastramento das pessoas, com atuações também em assistência social, os assentados não lhes atribuí grande importância nesse momento. No assentamento essa instituição, para os assentados, tem um papel muito importante para a viabilidade da produção, contudo possui uma ação deficiente. Embora haja críticas ao Itesp, os assentados num tempo anterior lutaram para a sua permanência no Pontal do Paranapanema.

“Agora eu já fui pra São Paulo né, até pra ajudá esse pessoal do Itesp mesmo ficá na época né, que eles queria tirá, já fui pra São Paulo.”¹⁴⁰

Segundo os técnicos do Itesp as críticas em relação a eles sempre existiram e sempre irão existir, pois, de acordo com eles, é muito difícil agradar a todos. Além disso, a instituição conta com um quadro reduzido de pessoal sendo o número de famílias a serem assistidas muito grande. Nesse sentido, os técnicos procuram trabalhar com os assentados por meio de reuniões e quando surge alguma demanda por parte dos assentados, os técnicos procuram atendê-los.

“Olha, infelizmente a gente tem uma demanda muito grande, porque nós temos um número de famílias muito grande né. Eu, por exemplo, tenho mais de 100 famílias pra você ter uma idéia. Então assim, a gente procura atuar mais em reuniões né, mais no coletivo.”¹⁴¹

¹⁴⁰ Entrevista, Sr. D.S.G., Assentamento São Bento, 2005.

¹⁴¹ Entrevista, Sr. A.G.M., Fundação Itesp, Teodoro Sampaio, 2005.

O Itesp como uma instituição do governo estadual pode ser importante para potencializar o desempenho da função “coercitiva” ou “protetora” das relações sociais geradoras de capital social. Segundo Woolcock (1998), existem três formas de capital social que variam de acordo com a posição das relações sociais. A primeira delas seria o “capital social extra-comunitário”, o qual é dado pelas relações sociais geradoras de capital que determinada comunidade estabelece com grupos sociais e econômicos externos. A importância deste tipo de capital social nas relações estabelecidas entre os indivíduos permitindo as trocas (relações de mercado) e o acesso às informações (conhecimento) externas; a segunda forma tipo é o “capital social comunitário”, ou seja, aquele que corresponde às relações sociais comunitárias dos indivíduos. Essa forma de capital social se refere à capacidade das pessoas em gerar relações sociais baseadas em reciprocidade e confiança nas suas comunidades, além do potencial organizativo que estas mesmas comunidades possuem; e a terceira forma é o “capital social institucional”, o qual expõe as relações sociais ocorridas entre a sociedade civil e o Estado. Neste caso inclui-se a integração dos diversos órgãos de governo com a sociedade na concretização de ações conjuntas.

Silva (2005) em estudo realizado na Fazenda Pirituba-SP sobre o capital social aponta para o caminho onde as redes de relacionamento estabelecidas entre os assentados e órgãos do governo e organizações não-governamentais favorecem a constituição do capital social, e este por sua vez contribui para a harmonia social nos assentamentos, porém tal fato não significa a não ocorrência de conflitos entre as partes envolvidas. Desta forma, nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara foram identificadas essas redes de relacionamento entre os assentados e algumas instituições governamentais, mas aquela que apresenta uma presença mais marcante e, também conflituosa é o Itesp.

“O Itesp? Eu acho que eles faz alguma coisa, mas é muito devagar, eu não vou dizer que não faz porque eles faz né. É muito devagar e, e eu vejo neles também, né eu sou sincero, eu vejo neles que eles faz que não tem vontade que a gente vai pra frente, que a gente dá um passo pra frente, que eles segura o

máximo que pode e é com banco, com tudo, com negociação de banco, é muito devagar.”¹⁴²

Devido às atribuições administrativas que os técnicos também possuem e à falta de pessoal suficiente para atender aos assentados, estes acreditam que os técnicos deveriam trabalhar mais no campo do que no escritório, principalmente na parte de assistência técnica e agilização de liberação de recursos. A liberação de recursos dentro do prazo de plantio é uma das grandes reclamações dos assentados para com os técnicos, mesmo que esse tipo de problema não possa ser resolvido apenas pelo técnico, já que é um problema de instância superior a eles.

“Igual você vai, a gente vai plantar aí um, um tipo de plantio, e eu acho que o serviço dele era pelo menos acompanhá, ele falou ó você tem que fazê isso aqui, você tem que seguir assim, assim pelo menos, porque é tem muita gente que coitado tá plantando ali e ele não sabe que a terra precisa de um adubo, precisa né, alguma coisa é e o cara não sabe, acho que eles tem que tá orientando essas parte aí, é a parte de criação de gado aí, a gente tinha que tá perto né, ajudando né. O cara às veis tem um, tem um reprodutor aí, sei lá é inviável ou não ter ele no pasto né, essas coisa, mas ele não faz isso aí não, não faz de jeito nenhum.”¹⁴³

O Itesp por meio de sua atuação procura estimular os assentados para que sejam mais participativos, isto é que se reúnam através de grupos, associações para poderem juntos alcançar seus objetivos; desta forma essa instituição governamental contribui para a formação do capital social nos assentamentos. No início da criação dos assentamentos o objetivo era que se formassem grupos de pessoas para trabalharem juntos, a partir daí formaram-se o grupo de trator, grupo para furar poço. Infelizmente, esse estímulo foi se perdendo ao longo do tempo.

¹⁴² Entrevista, Sr. F.G.D., Assentamento São Bento, 2005.

¹⁴³ Entrevista, Sr. E.M., Assentamento São Bento, 2005.

Mesmo que nem todos os serviços prestados pelas instituições manifestem resultados diretos e em determinados momentos sejam desastrosos, as marcas simbólicas da sua presença e a demonstração dos incentivos do Estado realizados pelas instituições produzem garantias da legalização e oficialização do processo (NEVES, 1997). E, apesar das críticas ao Itesp e, principalmente, aos técnicos, a grande maioria dos assentados diz estabelecer uma boa relação com eles.

O poder local tem também uma função bastante significativa para a promoção do capital social nos assentamentos, pois é através das prefeituras que alguns serviços básicos são oferecidos para a população assentada. Quando estavam acampados, dizem os assentados do assentamento São Bento que a prefeitura de Mirante do Paranapanema pouco fez para facilitar ou melhorar suas condições de vida no acampamento. Nas falas aparece referência à prefeitura no sentido da necessidade de apoio dessa instituição quanto à questão de infra-estrutura e alimentação.

As principais reclamações em relação ao trabalho desenvolvido pela prefeitura nos assentamentos se referem às estradas, à saúde e à educação, nessa mesma ordem de prioridade.

“Óia, quando eles viero aqui pedi voto, nós falemo, principalmente as estrada, saúde e o estudo pras criança. É o que a gente prifere, né. A gente que é fraco, é da roça, num sabe de outra coisa, só trabaiá memo, a gente queria uma estrada pra quando vai pra cidade fazê qualquer coisa, tê uma estrada boa. Tê um estudo certo pras criança, e a saúde. Aqui tudo é difícil pra eles. Aqui, quando aduece um, vai pra Mirante, marca aquela consulta, aquele exame pa fazê com dois, treis mês, as vez nem faz e o ensino das criança tá mais ou menos, tem vez que pára, fica uma semana e depois continua e estrada não tem, estrada é aí cheia de buraco.”¹⁴⁴

¹⁴⁴ Entrevista, Sr. J.S.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

No tempo presente a relação entre o poder local e os assentados parece ter melhorado. Isto se deve ao fato do novo prefeito ter assumido publicamente que faria melhorias nos assentamentos.

“A prefeitura o que ela trabalha é só as estrada, assim mesmo esse ano, quando o Eduardo (prefeito) ganhou, porque, o outro nunca ponhou uma máquina aqui dentro, ele nunca ponhou uma máquina aqui dentro, diz que era porque a prefeitura não tinha direito de colocá a máquina aqui dentro. Aí o Eduardo ganhou, ele, ele entrou em janeiro, quando era no final de janeiro já tava a máquina aí dentro fazendo a estrada, ta boa a estrada.”¹⁴⁵

No caso da prefeitura de Mirante do Paranapanema, o atual prefeito tem interesse direto em melhorar as condições de infra-estrutura dos assentamentos, uma vez que ele é dono de um dos laticínios da região que depende da produção leiteira dos assentados, sendo a manutenção das estradas importante não apenas em termos de realizar uma boa administração, mas também do ponto de vista empresarial.

Assim como o Estado, o Poder Municipal, por meio de políticas públicas pode contribuir para criar condições propícias ao desenvolvimento do capital social, favorecendo processos participativos, estimulando atividades voluntárias e comunitárias e tomando providências para se criar condições sociais adequadas e igualitárias. Desta forma, a atual prefeitura de Mirante parece seguir nesse caminho.

“Nós temos feito né, ações da seguinte ordem, falar nessa perspectiva, vamos falar dos tratores agrícolas. São três tratores e mil e duzentos assentados, nós temos que ter algum critério né. O primeiro critério vai ser esse, se não estiver organizado em associação, não que não tem, vai ficar no fim da fila, você vê, a prioridade pras máquinas da prefeitura é pra quem tiver organizado, entendeu? Em associação, em sindicato, e por aí vai, essa é uma ação. A outra, nos programas de distribuição de

¹⁴⁵ Entrevista, Sr. C.J.G., Assentamento São Bento, 2005.

sementes dos projetos, nós vamos privilegiar quem tiver organizado em associação, entendeu? Eu não tenho o poder né de ir lá e organizar né, então é uma questão de eficiência, de organização política. Agora, fazer uma, fazemos, fazemos é uma certa indução, certo?”¹⁴⁶

De acordo com Evans (1996), quando o Estado passa de ator regulador da interação social a indutor e/ou mobilizador de capital social, unindo cidadãos e articulando-se a um conjunto de relações que vão além da divisão público-privado, ele contribui para aumentar a sua eficácia governamental e desenvolve um círculo virtuoso de mudança institucional.

Além do poder local uma outra instituição importante para estimular o capital social nos assentamentos é a igreja. A participação da igreja, durante a fase de acampamento teve uma importância significativa, estando associada aos trabalhos desenvolvidos pela CPT, isto é, alguns (poucos) padres simpáticos à causa dos sem-terra. Nos assentamentos a ação dos religiosos está mais relacionada ao culto do que propriamente na organização das pessoas. Apesar disso, foi observado que no assentamento São Bento o padre estimulou os assentados a se organizarem para conseguirem acesso aos benefícios.

“A igreja também né, a igreja sempre ajudava. Pedia pra ajudá e a cidade de lona, a cidade preta, falava a cidade preta, e ajudava. Os padre dava muito apoio, vinha rezá missa que naquele tempo era uma violência danada.”¹⁴⁷

Desta forma, a atuação da CPT durante a fase de acampamento foi bastante importante para que eles tivessem esperança e continuassem na luta pela terra. No estudo realizado por Ferrante (1994) a atuação da CPT na região de Araraquara, durante a fase de acampamento, ocorreu pela falta de uma atuação mais intensiva do sindicato rural. Assim, durante os diferentes momentos a presença da CPT, através da atuação dos agentes pastorais, teve um papel muito significativo na formação da lutas dos bóias-frias.

¹⁴⁶ Entrevista, Sr. I.C., secretário da Secretaria de Desenvolvimento Agrário da Prefeitura Municipal de Mirante do Paranapanema, 2005.

¹⁴⁷ Entrevista, Sr. J.S.S., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

De acordo com o bispo da região de Marília e integrante da CPT, essa Comissão é uma entidade vinculada à CNBB, porém a CPT é ecumênica nascida da igreja católica e da igreja luterana, mas que sempre foi vinculada à CNBB, e esta faz questão de manter representantes atuando junto à CPT.

“Então a CPT ela, ela é uma entidade ecumênica que visa em primeiro lugar apoiar todos os movimentos que lutam por reforma agrária. O Movimento dos Sem Terra, que também é autônomo, independente, ele nasceu, ele nasceu depois da Comissão Pastoral da Terra. Ele nasceu justamente, ele nasceu a partir de um trabalho da Pastoral da Terra. Então a Pastoral da Terra nasceu porque havia já uma demanda né, demanda antiga por reforma agrária, certo. Nasceu a partir da necessidade de se organizar, de se organizar as forças das igrejas, incluindo aí a igreja católica, organizar as forças para, as forças eclesiais, para apoiar e ajudar na organização daqueles que defendiam a reforma agrária.”¹⁴⁸

A Comissão Pastoral da Terra, no estado de São Paulo, teve altos e baixos. Na década de 1980 a CPT teve uma atuação bastante dinâmica no Estado, com núcleos em quase todas as dioceses e equipes de trabalho. A atuação da CPT, se comparada à atualidade, dentro do estado de São Paulo, foi muito mais intensa nas décadas passadas. Atualmente essa Comissão está com poucos núcleos que funcionam. Esses núcleos estão localizados em Registro, São Paulo (grande São Paulo), Piracicaba, Bauru, Promissão, Assis e Presidente Prudente que, bem ou mal, estão realizando o seu trabalho (Informação Oral Dom M.).

Desta forma, percebemos que a atuação da CPT no Pontal é mais intensa no tempo de acampamento do que no assentamento. Nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara a atuação dos padres ocorre na realização das missas mensais. Nessas missas os padres costumam chamar atenção para o trabalho coletivo e para a organização dos assentados e, certamente, ao realizarem esse tipo de atuação estão também contribuindo para a formação

¹⁴⁸ Entrevista com o bispo representante da CNBB na CPT de Marília Dom M., Rancharia, 2004.

do capital social, uma vez que organizados os vínculos uns com os outros são fortalecidos, propiciando o aumento da solidariedade e confiança entre eles.

No tempo do acampamento havia um padre do município de Mirante do Paranapanema que promovia arrecadação de alimentos no município para serem enviados aos acampados e, hoje são os assentados que se organizam e se juntam para arrecadarem cestas de alimentos e enviarem à igreja de Mirante para que sejam distribuídas entre aqueles que necessitam. Desta forma, o sentido de solidariedade é iniciado desde o acampamento ao compartilharem das mesmas dificuldades, e também dos mesmos sonhos e desejos e por possuírem o mesmo objetivo, qual seja, a busca pela terra (BORGES, 2004).

Dentre as organizações não-governamentais que exercem atividades nas áreas rurais do país, no Pontal do Paranapanema existe uma cuja presença nos assentamentos está vinculada à preservação e recuperação ambiental, o Ipê. Essa Ong procura atuar junto aos assentados através do fornecimento de espécies nativas para o reflorestamento de áreas desmatadas, porém a relação dessa Ong com uma família assentada do assentamento Santa Clara/Che Guevara vai além dessa atuação.

Inicialmente, a família do Sr. V.M.D. realizou uma parceria com o Ipê para auxiliá-lo na formação de um viveiro para a produção de mudas nativas visando ao reflorestamento. Nessa parceria o Ipê contribuía com a parte técnica e com o fornecimento das mudas e a família com a mão-de-obra, com o passar dos anos essa parceria se tornou mais sólida. Atualmente, essa Ong junto com essa família desenvolvem um projeto para a produção e comercialização de buchas ecológicas.

“A parceria com o Ipê nunca mais acabou, essa parceria continuou e foi sempre crescendo. Começou com o viveiro e aí entrou no projeto da ecobucha e de lá para cá não tem mais como acabá, porque a gente depende um do outro. O meu resultado hoje a gente usa no resultado do Ipê. E o resultado do Ipê me ajuda no trabalho da ecobucha, então é um casamento que deu certo né, até que a morte os separe.”¹⁴⁹

¹⁴⁹ História de Vida, Sr. V.M.D., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

Como a presença de capital social em uma comunidade está, também, associada à existência de instituições “fortes”, podemos crer que o Ipê, como uma organização não-governamental, está contribuindo para a promoção do capital social no assentamento, assim notamos que o benefício dessa parceria é recíproco para ambas as partes. O projeto da ecobuchas está, atualmente, englobando não apenas a família do Sr. V.M.D., como também outras nove famílias desse assentamento.

“Na verdade nós tamo formando um grupo aqui de produtores de bucha e a gente conseguiu financiar dez famílias, tudo do Che. (...) Isso se torna sustentável isso porque quando você faz a primeira parte, as outras parte vai acontecendo em seqüência. É como plantar bucha hoje, nós já não tamo hoje só com a idéia de plantar bucha, nós vamo plantar o palmito, vamo plantar a fruticultura intercalada com agrofloresta, que aí já entra já o reflorestamento, (...) então você começa já a fazer uma seqüência de trabalho, o projeto só tem começo e meio, não tem um projeto que tem um fim.”¹⁵⁰

Dessa forma, o projeto inicial que começou com apenas uma família hoje está agregando outras, porém é necessário esclarecer que a família do Sr. V.M.D. possui uma micro-empresa e compra a matéria-prima (bucha) dos outros produtores do assentamento e a transforma em mercadorias que terão um valor agregado e serão vendidas no mercado. Nesse caso é interessante observar a rede de relações que se formou nesse assentamento ao redor desse projeto, uma vez que envolve dez famílias para a produção de buchas. Além disso, quando o Sr. V.M.D. necessita de mão-de-obra (costureiras) para a fabricação dos produtos originados da bucha ele adquire essa mão-de-obra no próprio assentamento, ampliando assim essa rede de relações e contribuindo para o fortalecimento do capital social.

“Quando a gente precisa funcionário, a gente contrata. Na verdade, o nosso projeto não é um projeto pra enricá ninguém, mas é pra levá mais uma fonte de renda para cada propriedade

¹⁵⁰ Entrevista, Sr. V.M.D., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005.

integrada ao projeto. (...) Contrato as pessoas daqui mesmo do assentamento, (...) a gente quer que todo mundo aqui cresça.”¹⁵¹

A ampliação das relações sociais fortalece o capital social nas comunidades, esse tipo de capital, como visto no caso do projeto da Ecobucha, tende a se transformar em outros capitais, como foi apontado anteriormente por Bourdieu (1986). Nesse caso específico vemos que a parceria entre uma Ong e assentados tornou possível a conversão do capital social no capital econômico sem, no entanto, a exclusão do primeiro, uma vez que as relações entre as partes ainda se verificam e se fortalecem com o passar do tempo.

Percebe-se através das várias instituições e organizações que se fazem presentes nos assentamentos a importância dada a cada uma delas. Se num determinado momento as críticas quanto a atuação dessas instituições e organizações ocorrem, isso não significa o enfraquecimento do capital social, pelo contrário, pois os indivíduos estão mobilizados em uma causa comum, passando a atuar de maneira mais crítica e exigindo seus direitos. Contudo, apesar das críticas, percebemos que os assentados estabelecem uma boa relação com as instituições e organizações. Dessa forma, quando ocorre uma interação harmoniosa entre as partes envolvidas, com a promoção e o estímulo da participação e organização, ocorre também a formação e o fortalecimento do capital social, e este poderá ser convertido em outras formas de capital o que contribuirá para o processo de desenvolvimento do assentamento.

¹⁵¹ História de Vida, Sr. V.M.D., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, percebemos que as transformações referentes às relações sociais nos assentamentos são uma constante. Se num dado momento algo contribui negativamente para um bom relacionamento entre os envolvidos, tal situação pode ser revertida a partir do momento que os envolvidos passam a crer mais uns nos outros e a acreditar que juntos o caminho pode tornar-se mais suave.

Nesse sentido, fomos construindo nossa pesquisa de maneira que pudéssemos compreender como as relações entre os assentados dos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, bem como entre esses e as instituições e organizações presentes nesses assentamentos deram suporte para a promoção de um processo organizativo e à formação e fortalecimento de capital social. Para isso utilizamos, sobretudo, fontes orais a partir das entrevistas e das histórias de vida dos personagens de nossa pesquisa, pois acreditamos que os fatos narrados por nossos entrevistados nos deram importantes subsídios para a elaboração deste trabalho. De acordo com Queiroz (1988), o relato oral é a base de obtenção de todas as informações, antecedendo qualquer outro tipo de técnica de obtenção e conservação do saber, pois a palavra é uma das técnicas mais antigas utilizadas para tal fim.

Nosso objetivo foi analisar as relações sociais que se estabeleceram entre as instituições e organizações e os assentados, sendo que essas têm a capacidade de convergir num processo organizativo no interior dos assentamentos, já que essas relações poderão ser constitutivas de um capital social. Nossa hipótese principal foi a de que nas áreas e nas organizações onde há um intenso processo participativo dos indivíduos, seja através de grupos formais ou não, conseqüentemente haverá também uma maior presença de capital social.

Ao utilizarmos o termo desenvolvimento decidimos pelo emprego da definição dada por Amartya Sen (2000), uma vez que esse autor acredita ser esse um conceito mais amplo do que a simples noção de desenvolvimento econômico, atribuindo o desenvolvimento às liberdades que o homem é capaz de possuir.

O conceito de capital social nasce cercado de diferentes debates, dessa forma utilizamos, para o desenvolvimento da nossa pesquisa, autores cujas contribuições vão desde a visão de poder instituída por Pierre Bourdieu (1986), passando pela culturalista de Robert Putnam (2000) e pelas visões dos neo-institucionalistas como a do autor Peter Evans (1996).

Entretanto, a colaboração para o debate acadêmico sobre a relevância das diferentes teorias apenas é significativa na medida em que são confrontadas com a realidade e tornam possível a sua legitimação.

Sendo assim, entendemos o capital social como aquele que ocorre por meio das relações instituídas entre as pessoas, sendo essas relações mais ou menos fortes a partir de alguns elementos constitutivos desse tipo de capital como a confiança, a solidariedade, o sentimento de gratidão, a reciprocidade.

Observamos que nos assentamentos existe uma formação do capital social nos assentamentos, sendo este construído a partir das relações estabelecidas entre os assentados quando estes ainda estavam na fase de acampamento. Assim, essas pessoas quando acampadas, através de valores como a reciprocidade, a confiança, a solidariedade, foram formando suas redes de relações e à medida que essas redes se fortaleciam tais valores solidificavam-se. No momento em que passaram a ser assentadas e a conviverem próximas umas das outras, ou seja, à medida que o grupo do acampamento é perpetuado no assentamento, essas pessoas, já portadoras de elementos que constituem o capital social (como confiança, solidariedade, reciprocidade, ajuda mútua) passam a potencializar tais elementos nas práticas do dia a dia.

A formação e o fortalecimento do capital social ocorre nas situações vivenciadas no cotidiano dos assentados, uma vez que passam da condição de sem-terra para assentados, cuja compreensão da nova realidade se constrói com o passar do tempo. Dentro dessa nova realidade essas pessoas aprendem a reivindicar seus direitos e a exigir dos órgãos governamentais o que lhes é de direito. Para isso, unem-se, novamente, em torno de algo comum.

Essa união vai além da reivindicação de direitos básicos como educação, saúde, infraestrutura. Os assentados ao participarem de associações e cooperativas tramam uma nova forma de luta para sobreviverem em suas propriedades. Porém, isso apenas será possível pela presença dos valores que são os elementos constitutivos do capital social. Tais valores foram identificados nas relações sociais estabelecidas nos dois assentamentos pesquisados.

Os sentimentos de confiança, reciprocidade surgem, sobretudo, nas parcerias informais estabelecidas pelos assentados, como no caso das atividades de troca de dias. Também a

participação das pessoas em pequenas associações objetivando a produção de um bem comum contribui para o fortalecimento desses valores e, conseqüentemente, do capital social.

A associação dos assentados junto à Cocamp é massiva, porém a participação ativa dos mesmos em suas atividades é pouco significativa. Apesar disso, caso essa cooperativa supere os obstáculos presentes, principalmente no que diz respeito ao funcionamento de seu parque agroindustrial, os assentados voltariam a crer na sua atuação junto a eles. Tal fato nos aponta para a permanência de elementos que formam o capital social, como a confiança, uma vez que a maioria dos assentados tem o conhecimento das dificuldades por ela enfrentadas.

As relações estabelecidas entre os assentados e as instituições, muitas vezes, são conflituosas. Um exemplo disso é a relação desses com a Fundação Itesp e com a Prefeitura Municipal. As críticas e as cobranças dos assentados para com elas (instituições) são inúmeras, contudo acreditam que cada um pode realizar um trabalho capaz de melhorar suas condições de vida. Nesse sentido, essas relações são importantes, pois essas instituições podem também ser promotoras de capital social nos assentamentos. A promoção do capital social por esses órgãos ocorre na medida em que estes passam a estimular a participação dos assentados em associações e cooperativas, com isso estimular alguns valores que poderiam estar adormecidos.

Percebemos que tanto nas associações informais, quanto nas formalizadas há uma expectativa muito grande entre os seus participantes para que esse tipo de atitude simbolize uma melhora das condições de vida. Essa melhora pode ser de caráter econômico, através do acesso ao crédito; de caráter cultural, por meio de conquistas na educação; de caráter social, pois fortalece as relações entre eles e até mesmo de caráter simbólico, pois existe um lado simbólico, relacionado ao respeito e credibilidade, a quem faz parte de uma organização social, de acordo com a maior ou menor importância dessa.

Verificamos, portanto, que as diversas instituições e organizações que se encontram presentes nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara respondem algumas vezes por fortes vinculações entre seus participantes e outras por relações bastante sutis, o que nos indica, por um lado, a ocorrência de um capital social já instituído mas, por outro, torna-se necessário que as relações sociais entre os atores envolvidos se solidifiquem.

Faz-se necessário reafirmarmos que esse estudo sobre o capital social nos assentamentos ocorreu, sobretudo, pela qualidade das relações que se estabeleceram entre os

atores envolvidos e não apenas pela quantificação das instituições e organizações presentes nos assentamentos, uma vez que a análise do capital social não pode limitar-se apenas aos dados quantitativos.

Assim, podemos concluir que nos assentamentos pesquisados existe uma formação do capital social. O fortalecimento desse tipo de capital ocorrerá a partir da promoção dos elementos que o constituem ocorrendo, sobretudo, por meio das relações sociais estabelecidas entre os atores envolvidos.

Dessa forma, as bases das relações sociais foram estabelecidas nos assentamentos rurais São Bento e Santa Clara/Che Guevara, basta seguir o melhor caminho que possa proporcionar a formação e o fortalecimento do capital social, o qual poderá se concretizar num dinamizador para o desenvolvimento dos assentamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Capital social: cinco proposições sobre o desenvolvimento rural. In: **II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica “A formação de capital social para o desenvolvimento local sustentável”**. São Luis, 1998, 16 p.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Porto Alegre, julho de 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo; CARVALHO FILHO, José Juliano de. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 24, n. 3, p. 36-53, set./dez., 1994.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica. In: **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. n. 47, p. 65-79, Rio de Janeiro, 1999.

ALMEIDA, Joaquim Anecio. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A conquista da terra pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema: as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara**. 1993. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 74 p.

_____. **Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente. 240 f.

_____. Os (des) caminhos do campesinato brasileiro: o ontem e o hoje nos assentamentos do Pontal do Paranapanema-SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 19/20, AGB. Presidente Prudente, nov/97.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. A Reforma agrária na contramão: a controvertida experiência do Banco da Terra. In: **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora, 27 a 30 de julho de 2003, Anais..., CD-Rom.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Família camponesa na bibliografia sócio-antropológica sobre o meio rural: padrões culturais e obtenção dos meios de vida. In: **Caderno CERU II (5)**, São Paulo, 1994.

_____. 15 anos de assentamentos de trabalhadores rurais no estado de São Paulo: o caso da família Pereira. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira.; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha; AUBRÉE, Maria; CHONCHOL, Maria Edy Ferreira de. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. In: **São Paulo em Perspectiva**. v. 7, n. 3, p. 125-132, jul./set., 1993.

ATRIA, Raúl. Capital social: concepto, dimensiones y estrategias para su desarrollo. In: **Capital social y la reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**. Atria, Raúl et al. (Comp.). CEPAL: Santiago, Chile, 2003.

BARDIN, Laurence. **L'analyse du contenu**. Paris: Ed. Presses Universitaires de France (PUF). 7. édition, 1993.

BARONE, Luís Antonio. **Revolta, conquista e solidariedade:** a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

BARONE, Luís Antonio; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; KURANAGA, Alcir Antonio. O futuro dos assentamentos rurais em questão: o retrato dos dilemas em espaços regionais distintos. In: **II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais**. Brasília: NEAD; Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2005.

BEDUSCHI Fº, Luiz Carlos. **Assentamentos rurais e conservação da natureza:** do estranhamento à ação coletiva. São Paulo: Iglu: Fapesp, 2003.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria-Edy. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros:** espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. Os impactos regionais dos assentamentos rurais de São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & LEITE, Sérgio (Orgs.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Rio de Janeiro: CPDA, 1999.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello; OLIVEIRA, Rosângela A. P.; PINTO, Leonardo, de Barros. Condições de vida e trabalho nos assentamentos rurais de São Paulo. In: **XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Passo Fundo, 28 a 1 de julho de 2002, Anais..., CD-Rom.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello; OLIVEIRA, Rosângela Ap. Pereira de; PINTO, Leonardo de Barros. A diversidade dos impactos locais e

regionais dos assentamentos rurais de São Paulo. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social. **Actes de la Recherche**, n. 3, 1980.

_____. The forms of capital. In: **Handbook of theory and research for the sociology of education**. 1986, p. 241-260.

_____. **Coisas ditas**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **O poder simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BORGES, Maria Celma. **De pobres da terra ao movimento sem terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP**. 2004. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Assis. 459 f.

BRASIL, MARA/INCRA. In: ROMEIRO, Adhemar Antonio et al. (Orgs.) **Reforma Agrária produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARVALHO Fº, José Juliano de. Política Agrária do Governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. In: LEITE, Sergio (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

CASTILHOS, Dino Sandro Borges de. **Capital Social e Políticas Públicas**: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS/IEPE/PGDR, Porto Alegre.

COLEMAN, James S.. **Foundations of social theory**. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1990.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL - CONCRAB. **Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999)**. São Paulo, 1999.

CRUZ, Manuel Ángel Gómez et. al. Capital social y pequeños productores de leche em México: los casos de los Altos de Jalisco y Aguascalientes. In: **Capital social y la reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma. Atria, Raúl et al. (Comp.). CEPAL: Santiago, Chile, 2003.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária: um atlas. In: SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto (Orgs.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque.; MALAVASSI, Laura M. Ortiz. El capital social y las políticas de desarrollo rural. Punto de partida o punto de llegada? In: **Capital social y la reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma. Atria, Raúl et al. (Comp.). CEPAL: Santiago, Chile, 2003.

DIAS JUNIOR, Cláudio Santiago. **Capital social e violência**: uma análise comparada em duas vilas de Belo Horizonte. 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DIRVEN, Martine. Entre el ideário y la realidad: capital social y desarrollo agrícola, algunos apuntes para la reflexión. In: **Capital social y la reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma. Atria, Raúl et al. (Comp.). CEPAL: Santiago, Chile, 2003.

DONATO, Hernani. **Chão bruto**. A conquista do extremo sudoeste paulista. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

DURSTON, John. Construyendo capital social comunitário. **Revista de la CEPAL** n. 69, Dic. 1999. p 103-118.

EVANS, Peter. Government Action, Social Capital and Development : Reviewing the Evidence on Synergy. **World Development**, v. 24, n. 6, p. 1119-1132, 1996.

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. In: **Terra Livre**. n. 19, ano 18, p. 75-94, São Paulo, jul/dez, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST no estado de São Paulo. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Brasil: 500 anos da luta pela terra. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, n. 1, jan./dez., 1998; n. 2, 3 jan./ago., 1999.

_____. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo.** 2. ed.. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. A questão agrária no limiar do século XXI. In: 15º Encontro Nacional de Geografia Agrária. Goiânia, 02 a 05 de dezembro de 2000 **Anais...**, CD-Rom.

_____. Enumerando a reforma agrária.<<http://www.mst.org.br>>, 29/01/2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira.; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.** Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas. In: MEDEIROS, Leonilde et. al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger. A reforma agrária e o Pronaf nos anos FHC (1995-2002). In: **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** Juiz de Fora, 27 a 30 de julho de 2003, Anais..., CD-Rom.

FOX, Jonathan. How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural. In: **World development**, Mexico, v. 24, n. 6, p. 1089- 1103, 1996.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS “JOSÉ GOMES DA SILVA” DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lista de Comunidades Atendidas. Dezembro, 2005.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança:** valores sociais e criação de prosperidade. Lisboa: Gradiva, 1996.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar:** comparação internacional. Tomo I. Trad. TIJIWA, Angela Maria Naoko. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: HUCITEC, 1998.

LEITE, Sérgio Pereira; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela (Coords). **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. UNESP (Co-editora e distribuidora), 2004.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Ed. Caetés, 1987.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** Paz, produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Relatório de Gestão Exercício de 2004.** Fevereiro, 2005.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e desenvolvimento rural local. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora, 27 a 30 de julho de 2003, **Anais...**, CD-Rom.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, RJ: UFRRJ, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. Sistema cooperativista dos assentados. **Caderno de cooperação agrícola**, n. 5. São Paulo, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

OLSON, Mancur. **The logic of collective action**. Cambridge: Harvard University Press, 1965/1971.

PUTNAM, Robert D.. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 2. ed.. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. Relatos rurais: do “indizível “ ao “dizível”. In: VON SINSOM, Olga de Moraes (Org.). **Experimentos com história de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

ROMEIRO, Adhemar et al. (Orgs.) **Reforma agrária**: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

ROS, Carlos Cowan; SCHNEIDER, Sergio. Capital social: um novo conceito e uma velha disputa teórica. In: **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora, 27 a 30 de julho de 2003, Anais..., CD-Rom.

_____. **Capital social e luta simbólica – o caso da Red Puna**: uma experiência territorial de articulação social na província de Jujuy, Argentina. 2003.. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS/IEPE/PGDR, Porto Alegre.

SAN'TANA, Antônio Lázaro et al. Estratégias de comercialização e geração de renda em dois assentamentos da região de Andradina (SP). In: BERGAMASCO, Sonia. Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Ligia Osorio. **Terras Devolutas e Latifúndio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA, Rubens Alexandre da. **Assentamentos rurais na fazenda Pirituba**: capital social, parcerias, resistência e desenvolvimento. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 275 p.

SOUZA, Maria Antonia de. **A formação da identidade coletiva**: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SOUZA, João Maria de. **Memorial Teodoro Sampaio**: sua gente, sua história, sua geografia. Teodoro Sampaio, 2002.

SOUZA, Vanilde Ferreira de. & BERGAMASCO, Sonia Maria pessoa Pereira. A importância das instituições nos assentamentos rurais do pontal do paranapanema. In: **II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais**. Brasília: NEAD; Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2005.

SPRANDEL, Márcia Anita. Remando por este mundo de Deus: terras e territórios nas estratégias de reprodução camponesa. In: Woortmann, Ellen Fensterseifer (Org.). **Significados da terra**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

WOLF, Eric R. Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo em las sociedades complejas. In: **Antropologia social de las sociedades complejas**. Michael Banton (Org.). Madrid: Ed. Cast. Alianza Editorial, 1980.

WOOLCOCK, Michael. **Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework**. Theory and Society 27(2): 151-208, 1998.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

ANEXOS

ANEXO 1.

SUPERINTENDENCIA DE POLÍTICA AGRÁRIA (SUPRA) BRASILEIRA .-

OP. Cp / Br Nº 516/64

Em 03 de setembro de 1.964 .-

Do interventor da supra em Brasília .-
Ou Promotor Público da Comarca de Paracity.-

Senhor PROMOTOR.-

1).- Tenho a honra de apresentar-lhe o Sr. JOÃO RODRIGUES FILHO, e SEBASTIÃO PATRÍCIO DA SILVA, que se deslocaram até esta cidade buscando uma solução para seus problemas .-

2).- Pelas informações dos mesmos o assunto se encontra na esfera do judiciário, escapando portanto à competência desta Superintendência .-

3).- Assim sendo, resta-me apenas solicitar-lhe a gentileza de estudar o assunto face as determinações legais dando-lhe a solução que é melhor se enquadre no espírito da justiça.-

Ao encerro, apresento a vossa senhoria os protestos de elevada consideração e apreço .-

ENÍDIO DE PAULA.-

Major quema

ASM/CGA .-

ANEXO 2.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ofício /INCRA-4(09)T/Nº 857

Em 20/10/83

Do SR.CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA

Curitiba-Pr.

Endereço Av.Vicente Machado, 1239

Ao SR. JOÃO RODRIGUES FILHO

Assunto Informação (presta)

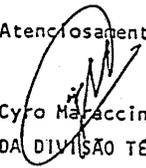
Prezado Senhor

Em atenção a correspondência dirigida ao Senhor Presidente do INCRA por Vossa Senhoria, informamos que existe a possibilidade de assentamento no Projeto ANAUÁ, localizado no Território Federal de Roraima, em lotes com área aproximada de 60,00 ha.

Outrossim, informamos que no projeto em questão já estão assentados cerca de 1.000 famílias, algumas delas oriundas deste Estado e que não dispomos de recursos para o transporte das famílias até aquele local.

Caso haja interesse de sua parte, solicitamos sua presença nesta Coordenadoria Regional, sita à Av. Vicente Machado, 1239, em Curitiba-Pr., para melhores esclarecimentos.

Atenciosamente


Cyro Marzaccini
CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA
SUBSTITUTO

ANEXO 3.

Caro Excia. Sr. Presidente da Republica.

Respeitavel Sr. e Amigo.

Faco o presente para que em primeiro lugar, Rogar a Deus nas alturas, que illumine sempre o seu Espirito de generosidade emprestando aquelles que necessitam de sua Valiosa Colaboração, e em segundo lugar, é para levar ao conhecimento da Vossa Excia. Que nós estamos sofrendo todas as necessidades e privações, Que o Prefeito deste Municipio, o Sr. Carlos ~~de~~ ^{Pereira}, depois que se chegou até hoje ele não foi um bom administrador. Não fez ponte, não fez manutenção das estradas, não cuidou da Saúde, não tem uma ambulancia para carregar um doente, e o posto de ^{saúde} está abandonado sem Medicos, tem apenas dentario mas não tem dentista, e as escolas não tem Seguranca, e os alunos tem perdido muitos aulas, por causa dos transportes que é pessimo. Nós reclamamos, ele diz que o governo não manda a verba, que já fez o que pode, e tem recurso. A merenda pros alunos é ruim. Violencia e que mais tem.

CONAB. Foz projeto, e atrasa o pagamento 5 meses, Planta fora do tempo, e muito até este mes de Novembro ficou muito sem receber ITESP, a ainda não pagou, e nem vai pagar este ano. Como pode cultivar o plantio fora do tempo, não pode produzir. Eu mande umas fotografias do viver ITESP que as mudas que já morreram. Sêca, rido quando chega 4 Zeladores e fica até as 17 Horas e vai pra casa, e as mudas morre, e tem irrigação, é muito desmane. Queiro a finalizar, rogar a Deus para que cubra a V. Excia. e todos seus de Saude e felicidade. A tençiosamente desde já agradeço.
João Rodrigues Filho.

APÊNDICES

APÊNDICE 1. MODELO DE QUESTIONÁRIO ASSENTADOS

A. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

1. Nome:

2. Tempo na Propriedade:

3. Como teve acesso ao lote?

Participou da ocupação

Participou do acampamento

Participou de outra forma de luta

Constava do cadastro do Inera/Sindicato

Comprou

Trocou Herdou Outra

B. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nome	Estado Civil	Grau Dep.	Data Nasc.

D. CAPACITAÇÃO

4. O Sr. já fez algum curso de capacitação técnica?

() Sim () Não

5. Se sim:

Tipo	Local	Instituição	Formação	Aproveitamento	Aplicação

6. O Sr. já fez algum curso de capacitação política?

() Sim () Não

7. Se sim:

Tipo	Local	Instituição	Formação	Aproveitamento	Aplicação

C. SOCIABILIDADE

8. O Sr. tem parentes que vivem nesse assentamento?

() Sim () Não

9. O Sr. tem compadres/comadres ou afilhados que vivem nesse assentamento?

() Sim () Não

10. O Sr. costuma participar de alguma atividade religiosa? Se sim, qual?

() Sim Qual? _____ () Não

11. O que o Sr. costuma fazer nas horas de folga ou aos domingos?

- () Descansar () Visitar/receber amigos () Visitar/receber parentes
() Ler () Ver televisão (..) Ir à associação/cooperativa
() Ir à igreja () Praticar esportes

12. O Sr. costuma receber visitas em sua residência?

() Sim () Não

13. Quem o Sr. recebe com maior frequência?

() Amigos do assentamento () Parentes () Amigos de fora do assentamento

(...)Outros

Quem? _____

14. O Sr. confia muito (CM), pouco (CP) ou não confia (NP):

() Parentes () Amigos () Vizinhos

15. O Sr. já teve algum conflito no assentamento? Se sim, qual o motivo?

() Sim Motivo: _____ () Não

D. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

16. O Sr. pertence ou pertenceu a alguma organização social:

() Sim () Não

17. O Sr. já participou de cargos na direção de alguma dessas organizações? Se sim, qual cargo ocupado?

() Sim Cargo: _____ () Não

18. O Sr. Participa das assembleias/reuniões dessas organizações?

() Sim () Não

19. O Sr. confia muito (CM), confia pouco (CP) ou não confia (NP) nessas organizações?

() Associação do assentamento () Associação de fora do assentamento

- Cooperativa do assentamento Cooperativa de fora do assentamento
 STR do município STR de outro município
 Outro sindicato Pastoral da Terra
 MST ONGs

20. Para o Sr. qual a importância que essas instituições possuem na época da ocupação do assentamento? Muito importante (MI), Pouco importante (PI) ou Sem importância (SI)

- Associação Cooperativa STR do município
 STR de outro município Pastoral da Terra MST
 ONGs Itesp Incra
 Prefeitura Governo estadual Governo federal
 Banco do Brasil Ibama

21. Para o Sr. qual a importância que essas instituições possuem na época da implantação do assentamento? Muito importante (MI), Pouco importante (PI) ou Sem importância (SI)

- Associação Cooperativa STR do município
 STR de outro município Pastoral da Terra MST
 ONGs Itesp Incra
 Prefeitura Governo estadual Governo federal
 Banco do Brasil Ibama

22. Para o Sr. qual a importância que essas instituições atualmente possuem no assentamento? Muito importante (MI), Pouco importante (PI) ou Sem importância (SI)

- Associação Cooperativa STR do município
 STR de outro município Pastoral da Terra MST
 ONGs Itesp Incra
 Prefeitura Governo estadual Governo federal
 Banco do Brasil Ibama

23. O Sr. participa de mutirões no assentamento ou fora dele?

- Sim Não

24. O Sr. já se uniu com algum vizinho ou parente para o trabalho no lote?

Sim

Não

E. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

25. O Sr. recebe assistência técnica?

Sim

Não

Instituição:

Periodicidade:

26. Como o Sr. avalia a assistência técnica recebida?

Muito boa

Boa

Regular

Ruim

Muito ruim

Não recebe

27. Quando necessita de alguma ajuda ou dúvida sobre a produção/beneficiamento/comercialização, a quem o Sr. recorre?

Associação

Cooperativa

Vizinhos/amigos

Sindicato

Técnico Itesp/Incra

Outro

F. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Equipamentos Sociais	Sim	Não
Energia Elétrica		
Água Encanada		
Área de Lazer		
Armazém		
Telefone		
Posto de Saúde		
Escola		
Outros		

G. RELAÇÃO ENTRE A UNIDADE FAMILIAR E O ESTADO

28. Na sua opinião, no Brasil, as pessoas vivem melhor:

Na cidade No campo É igual Não sabe

29. Para ser bem sucedido na agricultura, o Sr. acha muito importante ou sem importância:

	MUITO IMPORT.	POUCO IMPORT.	MAIS OU MENOS	NÃO SABE
Investir constantemente na propriedade				
Diversificar a produção				
Ter boa formação técnica				
Sempre utilizar máquinas				
Ter uma renda externa à unidade de produção				
Se organizar com outros assentados				
Utilizar créditos sempre que possível				

30. Na sua opinião, qual é a situação da maioria dos assentados desta região?

Muito boa Boa Mais ou Menos Ruim
 Muito ruim Não sabe

31. Qual o melhor lugar para:

	Cidade	Campo	Igual
Cuidados Médicos			
Escola			
Moradia			
Diversão			
Compras para a casa			
Relações com as pessoas			

32. Como o Sr. avalia a sua vida após a chegada ao assentamento?

- Muito boa Boa Mais ou Menos Ruim
 Muito ruim Não sabe

33. Para o Sr. o que melhorou na sua vida após a chegada ao assentamento?

- Moradia Saúde Alimentação Educação
 Lazer Poder de compra Segurança

34. A sua confiança nas pessoas aumentou após a chegada ao assentamento?

- Sim Não É igual

35. Qual dos seguintes termos é o mais correto para designar o Sr.?

- Agricultor Familiar Empresário Agrícola Trabalhador Rural
 Produtor Rural

36. Qual das seguintes profissões é a mais parecida com a de agricultor?

- Técnico Agrícola Engenheiro Agrônomo Empresário Profissional Autônomo
 Comerciante Operário

37. O Sr. já fez reclamações a alguma das seguintes instituições ou serviços ?

- Itesp Incra Procon Prefeitura
 Ibama Polícia Cooperativa Associação

38. Essas reclamações foram antes ou depois de entrar no assentamento?

- Antes Depois

39. O Sr. já se dirigiu pessoalmente, por carta ou telefonema a algum político ou governante para dar sugestões, fazer um pedido pessoal, ou pedir solução para problemas do assentamento?

- Sim Não

40. A política atual do governo para os assentados é:

- Muito Favorável Relativamente Favorável
 Relativamente Desfavorável Muito Desfavorável

41. A atual política agrícola do governo:

- Favorece apenas certos grupos de agricultores
 Trata todos os agricultores da mesma maneira

42. Na sua opinião, o futuro dos assentados depende antes de mais nada:

- Dos Próprios Assentados Do Governo

APÊNDICE 2. ROTEIROS DE ENTREVISTAS

1) PREFEITURA

- 1) Nome do entrevistado.
- 2) A prefeitura tem um setor de agricultura e tem algum técnico?
- 3) Este técnico atua no assentamento?
- 4) Qual é a atuação desse técnico no assentamento?
- 5) Qual a atuação da prefeitura em termos de infra-estrutura dos assentamentos?
- 6) A prefeitura sempre atuou no assentamento?
- 7) Qual o papel da prefeitura durante o acampamento?
- 8) Como foi o início da atuação da prefeitura no assentamento?
- 9) Que tipo de trabalho a prefeitura desempenha no assentamento?
- 10) O Sr.(a) acha que os assentados estão satisfeitos com o trabalho da prefeitura?
- 11) Que tipo de trabalho a prefeitura poderia fazer para realizar melhorias no assentamento?
- 12) Existe alguma proposta, por parte da prefeitura, de promover a participação dos assentados em algum tipo de associação/cooperativa?
- 13) Qual a relação da prefeitura com o MST ou Cocamp?
- 14) Existe alguma parceria entre a prefeitura e a Cocamp?

2) ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA

- 1) Nome do entrevistado.
- 2) Nome da associação.
- 3) Quando foi o início de funcionamento da associação/cooperativa?
- 4) Qual o papel /objetivo da associação/cooperativa?
- 5) Qual o número de associados?
- 6) Como funciona a associação/cooperativa?
- 7) Que tipo de atividade/benefícios a associação fornece aos assentados?
- 8) Hoje, como está o trabalho da associação/cooperativa?
- 9) Como é estimulada a participação dos assentados na associação/cooperativa?
- 10) Qualquer assentado pode fazer parte da associação/cooperativa?
- 11) Porque muitos assentados ainda não participam da associação/cooperativa?
- 12) Qual a contribuição da associação/cooperativa para os assentados/assentamentos?
- 13) O Sr.(a) gostaria de falar mais alguma coisa sobre a associação?

3) ITESP

- 1) Nome do entrevistado?
- 2) Função?
- 3) Qual é a função do Itesp?
- 4) Que tipo de trabalho o Itesp desenvolve nos acampamentos?
- 5) Como o Itesp trabalhou nos acampamentos (São Bento e Che Guevara)?
- 6) Como foi o início do trabalho do Itesp no assentamento?
- 7) Quantas vezes e quantos técnicos visitam os lotes dos assentamentos?
- 8) Com que frequência essas visitas ocorrem?
- 9) Que tipo de atividades são realizadas?
- 10) Qual a proposta do Itesp para o assentamento?
- 11) Como é a relação dos técnicos com os assentados?
- 12) O Sr.(a) acha que os assentados estão satisfeitos com o trabalho do Itesp?
- 13) Que tipo de trabalho o Itesp poderia fazer para realizar melhorias no assentamento?
- 14) Existe alguma proposta, por parte do Itesp, de promover a participação dos assentados em algum tipo de associação/cooperativa?
- 15) Como o Itesp poderia estimular a participação/organização dos assentados?
- 16) Qual a relação do Itesp com o MST?
- 17) Existe alguma parceria entre Itesp e Cocamp?

4) ASSENTADOS

- 1) Nome do entrevistado.
- 2) Número do lote.
- 3) O Sr.(a) participa de alguma associação ou cooperativa? Porquê?
- 4) Para o Sr.(a) pertencer a uma associação/cooperativa pode estimular a solidariedade/confiança entre as pessoas?
- 5) O Sr.(a) faz troca de dias?
- 6) O que o Sr.(a) acha dos seus vizinhos?
- 7) O Sr.(a) costuma se reunir, visitar ou trabalhar com seus vizinhos?
- 8) Para o Sr.(a) o que significa a Cocamp?
- 9) O Sr.(a) acha que a Cocamp faz um bom trabalho com os assentados?
- 10) A Cocamp é importante para os assentados?
- 11) Quais são os pontos positivos da Cocamp?
- 12) Quais são os pontos negativos da Cocamp?
- 13) Como a Cocamp deveria agir com os assentados?
- 14) O que o Sr.(a) espera da Cocamp?
- 15) O Sr.(a) conhece os dirigentes da Cocamp?
- 16) Que relacionamento o Sr.(a) tem com eles?
- 17) Quem dá assistência técnica ao assentamento?

- 18) O que o Sr.(a) acha do trabalho do Itesp?
- 19) Os técnicos vem sempre no seu lote?
- 20) Que tipo de trabalho eles fazem?
- 21) Qual o envolvimento dos técnicos com os assentados?
- 22) Quais são os técnicos?
- 23) Que tipo de trabalho a prefeitura faz no assentamento?
- 24) O que a prefeitura poderia fazer para melhorar o assentamento?
- 25) O Sr.(a) participa do MST?
- 26) Qual o significado do MST para o Sr.(a)?
- 27) O que o MST faz, hoje, pelos assentados?
- 28) Qual foi o papel do MST durante o tempo do acampamento?
- 29) O Sr.(a) gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto?